

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE**

LUCIANO ANTONIO FURINI

**MODERNIDADE, VULNERABILIDADE E POPULAÇÃO DE
RUA EM PRESIDENTE PRUDENTE (SP)**

**Presidente Prudente
2003**

LUCIANO ANTONIO FURINI

**MODERNIDADE, VULNERABILIDADE E POPULAÇÃO DE
RUA EM PRESIDENTE PRUDENTE (SP)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, com vistas à obtenção do título de Mestre em Geografia (Área de Concentração: Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental).

ORIENTADORA: EDA MARIA GÓES

**Presidente Prudente
2003**

Ficha catalográfica elaborada pelo Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação –
UNESP – FCT – Campus de Presidente Prudente

F983m Furini, Luciano Antonio.
Modernidade, vulnerabilidade e população de rua em Presidente
Prudente (SP) / Luciano Antonio Furini. - Presidente Prudente : [s.n.],
2003
193 f. : il.

(mestrado). - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e
Tecnologia
Orientador: Eda Maria Góes
Inclui bibliografia

1. População de rua. 2. Representações sociais. 3. Ideologia. 4. Processos
sociais excludentes . I. Furini, Luciano Antonio. II. Título.

CDD (18.ed.)910.1

Railde e João,

dedico a vocês com muito carinho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus,

Agradeço as diversas pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho.

A atenção, as informações, os incentivos e as cobranças, me possibilitaram as condições básicas para realizá-lo.

À Professora Eda Maria Góes, por sua orientação criteriosa e atenciosa. Transmitindo confiança, simplicidade e empenho contagia aqueles que estão a sua volta, tornando-se referência para vários colegas.

Aos Professores da FCT/UNESP/Presidente Prudente: Eliseu Savério Sposito, Everaldo Santos Melazzo, Jayro Golçalves Melo, Maria Encarnação Beltrão Sposito, Maria Suzana de Stefano Menin e Raul Borges Guimarães, que foram atenciosos quando precisei de suas informações. Em especial, as importantes contribuições do Professor Raul, por suas participações no Exame de Qualificação e Banca Examinadora; e da Professora Suzana por sua participação no Exame de Qualificação.

Aos também Professores da FCT/UNESP: Arilda, Bernardo, Castilho, Cesar Leal, Claudemira, Fátima, Godoy, João Lima, Magaldi, Margarete, Miguel, Nivaldo, Rosângela, Ruth, Tadeu e Thomaz, entre outros. Muito do que aprendi na academia foi mediado por eles, com dedicação e competência.

Aos(Às) amigos(as), do Curso de Graduação e Pós Graduação: Adriana, Adriano, Agda, Anderson, Angélica, Denis, Fabrício, Fernanda, Flávia Ikuta, Flávia Spineli,

Francini, Gleison, Ivan, Jean, João Osvaldo, Jones, Jorge, José Alves, José Augusto, Júlia, Karina, Kleber, Liz, Luciano Rocha, Marcelino, Marcelo, Márcia, Marcus Vinícius, Maria, Maria José, Oscar, Robson, Rosa, Rusvênia, Sílvia, Valéria, entre outros. Além dos momentos que passamos juntos, muito me alegrou quando começaram a surgir diversas sugestões de leitura, no vai e vem pelos corredores da FCT/UNESP/Presidente Prudente, clara postura de desapego e amizade.

Aos colaboradores, muitos dos quais continuam morando nas ruas. Espero que o respeito que tanto almejam possa ser conquistado rapidamente.

Aos responsáveis pelas entidades assistenciais e órgãos públicos pesquisados. Em especial ao Pe. Jerônimo Gasques.

À Professora Margarida Maria de Andrade da FFLCH/USP, pela atenção, material fornecido e participação na Banca Examinadora.

À Professora Simone Duran Toledo Martinez da Associação Toledo de Ensino, pelas valiosas informações.

Aos responsáveis pelo Programa de Pós Graduação em Geografia e pelo respectivo Conselho de Curso devido ao apoio e estrutura necessária que proporcionaram.

Aos funcionários da FCT/UNESP, em especial: Nair e Lúcia do Departamento de Geografia, Márcia, Washington e Erinate do Departamento de Pós Graduação, Marilda, Fátima e Raquel da Biblioteca e Dona Maria e Toninho. Sempre atenciosos.

Aos responsáveis pela Universidade Estadual Paulista, valorizando o ensino público superior.

Aos responsáveis pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelos recursos necessários à realização do trabalho.

Aos responsáveis pelos grupos: Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais (GAsPERR) e Sistema de Informação e Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas (SIMESPP), neste em especial agradeço à Rose que sempre forneceu-me o apoio necessário.

Aos colegas da diretoria da AGB/Seção Presidente Prudente. Motivação a mais no dia a dia.

Aos amigos Jurandir, pelo valioso auxílio nas entrevistas, Nabor Junior, Nabor, Elza, Débora, Valter, Ivete, Claire, Valmir, Luiz Pereira e Rocha, pelo apoio.

Aos familiares: Marisa, Luiz, Marcelo, Luiz Eduardo, Eliana e Benilda. Em especial: Lucilene, Fernanda, Tiago e Ana Carolina. Compreensão, carinho e apoio em todos os momentos.

Enfim a todos que desde a graduação tornaram possível este momento.

Obrigado!

Como tudo, como nada

*Como leito o chão, como teto a imensidão;
Como remédio a cachaça, como consolo, a saudade.
Como afeto o incerto, relento como morada;
Sofrimento como companhia;
Como amor a solidão, as tristezas, as angústias;
Esmolas como ganha-pão.*

*Amigos? Quem lhe estende a mão.
Como tudo, como nada.*

*Maria Elizabete Lima Mota,
moradora e sofredora de rua em São Paulo*

RESUMO

A cada instante são reproduzidos, no mundo, processos sociais excludentes, os quais conferem padrões de inserção precária a diversos segmentos da população mundial.

No Brasil estes processos são acirrados devido a grande concentração de riquezas nas mãos de poucos, pautados em ideologias que buscam justificar tal concentração, permitindo a convocação de pessoas para o *sacrifício* coletivo em nome da pátria e o afastamento das mesmas para que não partilhem de seus *benefícios*. A incorporação ou não destas ideologias decorre da formação das representações sociais pelos grupos atingidos, desse modo, a teoria das representações sociais norteou o desenvolvimento dessa pesquisa.

Em meio a este contexto, a vulnerabilidade sócioespacial é agravada e conseqüentemente surgem casos extremos como o da população de rua – pessoas que usam a rua como local de moradia. Nesta pesquisa, analisamos especificamente o caso da população de rua de Presidente Prudente (SP).

A despeito das adversidades e das políticas geridas por grupos de interesse, ocorre certo enfrentamento dessa vulnerabilidade no caso brasileiro. Este enfrentamento dilui-se nas limitações políticas ou na própria lógica da ação assistencial, que, em geral, limita-se a remediar ao invés de elaborar caminhos condizentes com uma resposta adequada ao caso.

Inserido precariamente na sociedade, aquele que se encontra como morador de rua cria diversas estratégias de sobrevivência, o que confere uma particularidade ao lugar que ocupa socialmente.

Considerando as escalas, o redimensionamento que estas implicam ao meio geográfico e aos fluxos que perpassam esse meio, analisamos o lugar e o vivido da população de rua como polo contrário do desenvolvimento tecnológico, da concentração das riquezas e das

revoluções logísticas. Além disso, mesmo se conhecendo o contexto da organização social, ainda se confere à população de rua a culpa por assim se encontrarem.

No contexto de uma contradição entre o âmbito público e o privado é que a população de rua se encontra. Desse modo, buscamos problematizar o sentido de cada um deles.

Quando adentramos ao campo em que as ações governamentais poderiam dirigir-se à população de rua percebemos um duplo caminho: a) a população de rua é hoje composta por um grande número de pessoas, o que impede soluções que não sejam as de se reorganizar toda a sociedade, o que levaria muito tempo. Contudo, esse caminho é negado pelas pesquisas, as quais apontam para um número menor do que o especulado. Além disso muitos governantes – buscando demonstrar que seu governo é eficaz – negam que seja numerosa ou que exista. b) A população de rua, hoje, é composta de um reduzido número de pessoas, o que nos leva a perguntar: se são tão poucos por que não se resolve esse *problema*?

Nos deparamos assim com a *armadilha* que foi construída socialmente para justificar a existência e permanência da população de rua. Basta agora que esta seja desarmada e em seguida elaborem-se ações que não sejam expulsivas, desmoralizadoras ou eliminadoras para com a população de rua.

Palavras-chave: População de rua; inserção precária; modernidade; processos sociais excludentes; vulnerabilidade; ação assistencial; lugar; escala; involução logística; representações sociais; ideologia; Presidente Prudente (SP).

RÉSUMÉ

À chaque instant sont reproduits dans le monde, des procès sociaux excludents, lesquels confèrent paramètres d'inclusion précaire à plusieurs segments de la population mondial.

Au Brésil ces procès sont stimulés grâce la grande concentration de richesses aux mains de la minorité, basé dans les idéologies que recherchem à justifier telle concentration, en permettant le rappel de gens pour le *sacrifice coleif* en nom de la patrie et l'éloignement des mêmes pour qu'il ne partagent pas des ses *avantages*. L'incorporation ou non de ces idéologies découle de la formation des représentations sociaux pour les groupes atteints, de cette manière, la teorie des représentations sociaux a guidé le développement de cette recherche.

Au milieu de ce contexte, la vulnérabilité sociospatial est empirée et par conséquent surgissent cas extrêmes comme la *frange-des gens* que utilisent la rue comme lieu de logement. Dans cette recherche, nous analysons specifiement le cas de la *frange-des gens* de Presidente Prudente (SP).

En dépit des adversités et des politiques gérées pour des groupes d'intérêts, se déroule certain confrontation de cette vulnérabilité dans le cas brésilien. Cette confrontation s'est diluée aux limites politiques ou à la propre logique de l'action assistencial, que en général, se limite à remedier au lieu d'élaborer segments assortis avec une réponse adéquate au cas.

Incluse précairement dans la societé, celui que se rencontre comme *frange-des gens*, forme divers stratégies de survivance, ce que confère une privée au lieu que s'occupe socialement.

En considérant les échelles, l'améliorement que les mêmes impliquent au milieu géographiques et aux flux que passent dans ce milieu, nous analysons le lieu et la vie de la *frange-des gens* comme pôle contraire du développement techinologique de la concentration des

richesses et des revolutions logistiques. En plus, même en connaissant le contexte de l'organisation sociale, se vérifie encore, la *frange-des gens*, la faute, pour ainsi s'en rencontrer.

Dans le contexte d'une contradiction entre le cadre public et le privé, c'est que la *frange-des gens* se rencontre. De cette manière, nous cherchons problematiser le sens de leur chacun.

Quand nous entrons dans le moyen que les actions du gouvernement puissent s'adresser à la *frange-des gens*, nous avons perçu un double chemin: a) aujourd'hui, la *frange-des gens* est composée par un grand numéro de personnes, ce qu'empêche des solutions que ne soient pas lesquelles de se reorganiser tout la société, ce qu'il faut beaucoup de temp. Cependant ce chemin est refusé par les recherches, lesquelles montrent par un numéro plus petit que le spéculé. En plus, plusieurs gouvernements cherchent démontrer que son gouvernement est efficace – ils refusent qu'il soit nombreuse ou qu'existe. b) Aujourd'hui, la *frange-des gens* est composée d'un petit numéro de personnes, ce que nous emmenons à demander: si ce sont si peu pourquoi ne se résoudre ce problème?

Nous nous trouvons ainsi avec la piège qu'il a été construite socialement pour justifier l'existence et permanence de la *frange-des gens*. Il faut maintenant qu'en soit desarmée et en suite s'élaborer des actions que ne soient pas expulsées, démoralisées ou éliminées avec la *frange-des gens*.

Mots-clés: la frange-des gens; inclusion précaire; modernité; procès sociaux exclusifs; vulnérabilité; action assistencial; lieu; échelle; involution logistique; représentation sociaux; idéologie; Presidente Prudente (SP).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

CARTOGRAMA 1 – Presidente Prudente (SP): Relação entre as áreas atendidas por entidades assistenciais de iniciativa não governamental (2001), com as áreas de alta e média exclusão (2000).....	64
CARTOGRAMA 2 – Presidente Prudente (SP): Áreas atendidas por entidades assistenciais de iniciativa não governamental.....	72
CARTOGRAMA 3 – Presidente Prudente (SP): Pontos de pernoite /população de rua.....	128
CARTOGRAMA 4 – Relação entre as áreas de adensamento das atividades comerciais e de serviços, com as áreas de localização dos pontos de pernoite da população de rua	130
CARTOGRAMA 5 – Presidente Prudente (SP): Pontos de pernoite da população de rua que foram inviabilizados com a colocação de grades	132

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relação das entidades de iniciativa não governamental que mantiveram algum tipo de relacionamento com a população de rua, embora o direcionamento do atendimento não fosse específico para esse segmento da população	69
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População de rua, agrupamentos por idade	22
Tabela 2 – População de rua, agrupamentos por tempo de rua	23
Tabela 3 – População de rua, tamanho dos grupos	24
Tabela 4 – População de rua, quantidade de pessoas encontradas	24
Tabela 5 – Algumas profissões citadas como exercidas no período anterior ao <i>morar nas ruas</i>	25
Tabela 6 – Tipos de logradouros onde estão localizados os pontos de pernoite.....	26
Tabela 7 – Valores repassados pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo, por meio da Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, às entidades e projetos assistenciais em 2002	75
Tabela 8 – Valores repassados pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, por meio da Prefeitura Municipal de Presidente Prudente (SP), às entidades e projetos assistenciais em 2002.....	76
Tabela 9 – Quantidade de matérias que se referem às entidades assistenciais de iniciativa não governamental pesquisadas, jornal O Imparcial, período: janeiro a junho de 2001.....	82
Tabela 10 – Entidades e projetos mencionados que não foram diretamente pesquisados no trabalho, jornal O Imparcial período: janeiro a junho de 2001	83

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA

AGRADECIMENTOS

EPÍGRAFE

RESUMO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE QUADROS

LISTA DE TABELAS

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1	29
1 LOGÍSTICA, IDEOLOGIA E PROCESSOS SOCIAIS	
EXCLUDENTES	30
1.1 A internacionalização da economia	30
1.2 As revoluções logísticas.....	48
1.3 A ideologia da modernização.....	51
1.4 A involução logística	54
CAPÍTULO 2	59
2 A VULNERABILIDADE DA AÇÃO ASSISTENCIAL	60
2.1 A ação assistencial de iniciativa governamental e não governamental	60
2.2 A ação assistencial no jornal.....	81
CAPÍTULO 3	87
3 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA POPULAÇÃO DE RUA	88
3.1 A representação social do trabalho	100
3.2 A representação social da associabilidade	103
3.3 A representação social da reciprocidade	105
3.4 A representação social dos parentes.....	108
3.5 A representação social do lugar	111

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Analisar as dinâmicas implícitas em diversos processos que reproduzem a sociedade brasileira, contrapondo o discurso dos dominantes ao dos dominados em algumas de suas manifestações, pode fornecer elementos valiosos para elucidar a existência de fenômenos como o da população de rua.

Nesse sentido é que, nesta pesquisa, procuramos considerar aspectos relativos as dinâmicas entre público e privado, exclusão e inclusão, global e local. Esses foram alguns dos campos privilegiados na investigação que permitiram-nos desvendar parte da formação do processo implícito neste fenômeno. Outras perspectivas também foram importantes para se examinar a questão e proporcionar uma caracterização ampla das etapas do processo, como a discussão acerca da cidadania, que combina a questão dos direitos e deveres, e a discussão relativa às representações sociais, que remete-nos a questão das práticas sociais com suas respectivas transformações.

Para conseguirmos uma inserção da discussão desse fenômeno no universo de pensamento reificado optamos por dissertar seguindo o seguinte caminho: primeiro, constituindo o objeto de estudo – a vulnerabilidade das condições socioespaciais de alguns segmentos da população da cidade de Presidente Prudente (SP); segundo, identificando os sujeitos da pesquisa – as pessoas que vivem na rua e aquelas que são atendidas por entidades assistenciais; terceiro, optando por procedimentos metodológicos por meio das atividades compilatória, correlatória, semântica e normativa (SPOSITO, E., 2000a), registrando dados e textos em fichamentos ou bancos de dados informatizados, homogeneizando o conteúdo compilado com base no objeto de pesquisa e nos conceitos, combinando os processos identificados e redigindo as diversas abordagens, respectivamente.

O caminho do método é um caminho difícil de percorrer. Estabelecer a relação entre qualitativo e quantitativo parece gerar uma ilusão de prioridades, podendo chegar a limitar as interpretações. Optar por um método que confira prioridade a uma determinação do objeto pelo sujeito, vice-versa ou à equiparação de ambos, parece algo determinado e não passível de escolha. Nesse sentido, a Teoria do Conhecimento classifica as inúmeras *aventuras metódicas* que não comportem uma equação aceitável na relação sujeito objeto. Ontologismo, logicismo ou psicologismo são conhecimentos que não apresentam uma solução consensual para a relação sujeito objeto ou que polarizam certas áreas do conhecimento desprezando outras. Não pretendemos entrar no debate específico da Teoria do Conhecimento, contudo, pensamos ser importante frisar que o objeto pode se tornar sujeito e vice-versa, deixando claro que é a delimitação do campo de análise, juntamente com o enfoque dado ao fenômeno, que conferem as especificidades da abordagem. Daí que consideramos, neste trabalho, o caráter contraditório da relação sujeito objeto. Nesse sentido, e elegendo como objeto a vulnerabilidade das condições socioespaciais de alguns segmentos da população desta cidade, é que iniciamos as atividades.

Em meio ao levantamento bibliográfico e demais atividades acadêmicas próprias do mestrado, foi percorrido o caminho da pesquisa, que teve início com as *visitas às entidades assistenciais*, nas quais foi possível o preenchimento de um questionário (ANEXO A) e a compilação de dados fornecidos: relação dos atendidos e panfletos ou jornais da entidade. A maioria destas entidades disponibilizou as informações, porém, algumas se recusaram a fazê-lo. Um dos objetivos dessa primeira etapa, era obter informações relativas a dimensão do atendimento assistencial na cidade e das áreas em que esses atendimentos mais ocorriam no espaço urbano.

Outra etapa da pesquisa buscou nas *entrevistas com as pessoas pertencentes à população de rua*, elementos passíveis de correlação com a Teoria das Representações Sociais

por meio da pesquisa oral temática. Estas entrevistas, em número de vinte e cinco, foram realizadas em duas etapas. Em primeiro lugar foram feitas dez entrevistas e a partir delas buscou-se um aperfeiçoamento do roteiro empregado, que possibilitasse maior profundidade nas próximas quinze entrevistas, todas com pessoas diferentes (ANEXOS B e C). Além disso, dois outros cuidados foram tomados desde o início: a realização de entrevistas em diferentes pontos de pernoite localizados e a entrevista com representantes de vários grupos identificados.

Meihsy (2000) enfatiza que: “A história oral temática é quase sempre usada como técnica, pois articula, na maioria das vezes, diálogo com outros documentos” (MEIHSY, 2000, p. 67). Ele também destaca que ao utilizá-la: “o entrevistador pode e deve apresentar outras opiniões contrárias e discuti-las com o narrador. Tudo com a finalidade de elucidar uma versão que é contestada”. Outro aspecto importante refere-se ao uso de questionários: “A história oral temática não só admite o uso do questionário, mas mais do que isso, este se torna peça fundamental para a aquisição dos detalhes procurados” (MEIHSY, 2000, p. 68). Foi com base nessa perspectiva que montamos nossas entrevistas, considerando também que em representações sociais, entrevistas bem estruturadas são sugeridas como de grande importância para se obter resultados compatíveis com a teoria.

Realizando entrevistas, optamos por trabalhar, em grande parte, com a palavra. Sposito (2000) mostra que para a Teoria do Conhecimento: “A palavra é um elemento que não existe sozinho. Ela está nas e identifica as coisas, como significante contém significados e é decodificada por todos segundo sua própria condição e situação em momentos de interlocução, seja oral ou graficamente” (SPOSITO, E., 2000a, p. 75). Consideramos que a palavra que *colhemos* da população de rua – independentemente de revelar a realidade ou a fantasia da pessoa – possui significados *sociais*. Usar estes significados como elementos da Teoria das Representações Sociais foi o que fizemos neste trabalho. A *observação e mapeamento dos*

lugares freqüentados pela população de rua e do fluxo de utilização desses lugares, além dos aspectos próprios a eles, foram fundamentais a tal perspectiva.

Mas trabalhar com representações sociais implica considerar os mediadores sociais. Apesar da importância da televisão optamos pela pesquisa em um jornal local devido à viabilidade das pesquisas com jornais. Assim percorremos as páginas do jornal O Imparcial, que foram publicadas de janeiro a junho de 2001, em busca de referências a esse segmento social, mas significativamente, apenas uma matéria indireta foi encontrada.

Na correlação do conjunto de dados obtidos ao longo da pesquisa, podemos observar a caracterização das entidades e da população de rua em meio a um contexto de vulnerabilidade que tem entre suas características principais a inserção precária da pessoa quando esta é atingida por processos sociais excludentes.

Como veremos no capítulo 2, as entidades existem em grande número na cidade e caracterizam-se pela contradição entre a transformação e a perpetuação de padrões de vulnerabilidade. Quando nos aventuramos a analisar as bases em que estão organizadas, pautadas em variados tipos de atendimentos e variadas motivações em suas origens associativas, identificamos uma rede de assistência que envolve significativa parte da população da cidade.

Com relação aos moradores de rua de Presidente Prudente, procuramos traçar seu perfil levando em conta o estabelecimento de comparações com os resultados de outras pesquisas acerca deste segmento social, nesta ou noutras cidades.

Na tabela 1 podemos observar que a faixa de idade com maior ocorrência de pessoas morando nas ruas é a que vai dos 40 aos 49 anos. A associação dessa informação com a referência freqüente à relação entre viver na rua e estar desempregado é reveladora de um dos aspectos mais perversos da etapa econômica vivenciada atualmente, em escala global. Trata-se do *descarte* cada vez mais prematuro de trabalhadores.

A baixa incidência de crianças e jovens (até 19 anos) também chama a atenção e pode ser atribuída a uma ação mais rigorosa das agências estatais, sobretudo dos Conselhos Tutelares. Em que medida tal política reflete mais uma conscientização social que pressões de organismos internacionais, não temos condições de responder.

Tabela 1 – População de rua, agrupamentos por idade (relativo aos 25 colaboradores)

Idade (anos)	Quantidade de pessoas	%	
0 – 19	1	4	
20 – 29	3	12	
30 – 39	3	12	Média
40 – 49	9	36	45,2
50 – 59	5	20	anos
Acima de 60	4	16	
Total		25	100

Pesquisa e organização dos dados: Luciano Antonio Furini, 2002.

Ao confrontarmos as informações obtidas nesta cidade com as obtidas por outros pesquisadores na cidade de São Paulo, uma informação que pode revelar especificidades de uma cidade do interior e de porte médio é a que diz respeito ao tempo de permanência das pessoas na rua. Os colaboradores que nos informaram estar nas ruas há mais de cinco anos somam mais de 50% do total em Presidente Prudente, enquanto que em pesquisa realizada sobre a capital paulista, o índice foi de apenas 24,6% (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 1994). Considerando que muitas das pessoas aqui entrevistadas declararam ter passado por grandes centros urbanos, ou seja, não permaneceram todo esse período na cidade, podemos propor – a despeito da referência a universos de tamanhos bastante diferenciados – a hipótese da interiorização de parte dessa população quando atinge certo tempo de vida na rua.

Tabela 2 – População de rua, agrupamentos por tempo de rua
(relativo a 18 colaboradores)

Tempo de rua (anos)	Quantidade	%
Até 0,5	03	16,6
0,5 – 01	01	5,5
1,1 – 05	04	22,2
5,1 – 10	05	27,7
Acima de 10	05	27,7
total	18	99,7

Pesquisa e organização dos dados: Luciano Antonio Furini, 2002.

Veremos mais adiante aspectos relativos à formação de grupos na população de rua, que implicam segurança, afetividade e companheirismo, ou seja, guardam, em certa medida, relações perdidas quando do processo de ruptura com a família. Os grupos seriam assim, a forma mais característica de permanência nas ruas, exceto em alguns casos de pessoas que apresentam dificuldades mentais ou que vivem intoxicadas a ponto de não conseguir estabelecer relações com um mínimo de discernimento.

Os grupos apresentam certa fluidez em relação ao deslocamento inter-grupos na cidade, exceto aqueles mais enraizados cuja associabilidade tenha se sedimentado. Eventualmente é possível encontrar alguns membros de um grupo *visitando* outros pontos de pernoite.

Somente dois grupos apresentaram tamanho superior a oito pessoas. O motivo pode ser a inviabilidade, devido a visibilidade que um grande número de pessoas pode atrair, ou até devido as brigas que ocorrem com frequência nos grupos grandes.

Tabela 3 – População de rua, tamanho dos grupos
(relativo a observação no período de fev/2002 a jul/2002)

Qtde de pessoas por grupo	Qtde de grupos	%
1 pessoa	6	31,6
2 – 3	5	26,3
4 – 7	6	31,6
8 – 15	2	10,5
Total	19	100,0

Pesquisa e organização dos dados: Luciano Antonio Furini, 2002.

Ao mapearmos os lugares freqüentados pela população de rua, realizamos várias visitas, as quais mostraram uma média de 42,6 pessoas. Considerando a possibilidade de existirem pessoas desse segmento internadas em hospitais, casas de recuperação e abrigos, entre outros, estimamos que a quantidade de pessoas vivendo nas ruas de Presidente Prudente possa chegar a aproximadamente 60. Nas visitas noturnas semanais em que grupos religiosos realizam a distribuição de alimentos, chegou-se a contar, nos pontos mais conhecidos, um máximo de 50 pessoas e em outras apenas 7 pessoas, o que mostra a fluidez desse segmento da população. Frente a esses números, a pergunta que fica e não quer calar é: se são tão poucos, por que continuam nas ruas, sem uma solução?

Tabela 4 – População de rua, quantidade de pessoas encontradas*

Data da visita	Masculino	Feminino	Quantidade de pessoas
13/02/2002	43	01	44
27/03/2002	38	04	42
08/05/2002	44	02	46
19/06/2002	45	03	48
07/08/2002**	30	03	33
Média	40	2,6	42,6

Pesquisa e organização dos dados: Luciano Antonio Furini, 2002.

(*) Observações realizadas no período noturno.

(**) Nesta data já havia sido inaugurada a Colônia Santa Clara de Assis.

Buscando explorar a relação entre desemprego e vida nas ruas, a tabela 5 mostra várias profissões citadas por colaboradores nas entrevistas, como exercidas num momento anterior a ida para a rua. O setor de serviços é disparado o setor mais citado, com a maior parte relativa a construção civil. É possível que este setor seja usado por alguns para se enquadrar enquanto trabalhadores e assim, não ser rotulado com discriminação por não possuir uma profissão. As duas profissões que figuram como técnicas foram *erodidas* por mudanças estruturais da economia e devido aos *avanços* tecnológicos: mecanógrafo e técnico de máquinas de beneficiamento de algodão.

Dois entrevistados, que se declararam aposentados, foram flagrados coletando numa lata de lixo, mostrando a precaridade da assistência social, a qual parece reduzir a pessoa apenas um número de matrícula, sem interpelar-lhe sobre outras dificuldades.

Alguns entrevistados se diziam envergonhados, ao se referirem aos *bicos* que faziam no momento em relação a profissão que exerciam anteriormente, revelando que a dificuldade não é só financeira, mas também simbólica.

Tabela 5 – Algumas profissões citadas como exercidas no período anterior ao *morar nas ruas**

Setor	Profissão	Quantidade
Serviços	Construção civil	14
	Técnicos	02
	Outros	05
Comércio	Camelôs	02
Indústria		02
Agrícola		04
Instituições	Militar	01
	Aposentado	02
Outros		02

Pesquisa e organização dos dados: Luciano Antonio Furini, 2002.

(*) Relativo a 22 colaboradores.

Quanto aos tipos de logradouros, a grande maioria menciona ruas, avenidas e praças. Contudo, não qualquer rua, avenida ou praça. Estas devem, prioritariamente, pertencer a áreas de adensamento das atividades comerciais e de serviços. Dessa maneira, como veremos mais adiante, segurança e obtenção de recursos estão diretamente ligados a questão da localização dos pontos de pernoite e de permanência durante o dia.

Tabela 6 – Tipos de logradouros onde estão localizados os pontos de pernoite

Logradouros	Quantidade
Ruas e avenidas	19
Praças	05
Viadutos	01
Canteiros	01
Terrenos Baldios	01
Construções abandonadas	03
Outros	03

Pesquisa e organização dos dados: Luciano Antonio Furini, 2002.

O texto agora apresentado está organizado em quatro capítulos. Os capítulos 1 e 2 buscam apresentar questões teóricas que problematizam as situações ou condições sociais de carência, segregação, discriminação, vulnerabilidade e inserção precária. A abordagem considera quatro processos como norteadores da discussão: a internacionalização da economia, os processos sociais excludentes, as revoluções logísticas, e a ideologia da modernização, além de dois processos complementares: *chaves excludentes* e *involução logística*. Mas também, pauta-se numa discussão relacionada à escala geográfica e ao conceito de lugar.

Esses capítulos analisam ainda o enfrentamento da vulnerabilidade pela ação assistencial, que revelou uma carência de proteção social, e o tratamento dado pelo jornal O

Imparcial ao tema durante o ano de 2001. Esses primeiros capítulos buscam confrontar o objeto da pesquisa às *respostas* dadas pela sociedade, que costumam ser, em muitos casos, alicerçadas em bases teóricas frágeis ou ideologizadas.

No capítulo 3 buscamos mostrar o papel das representações sociais enquanto modos de assimilação de saberes sociais e enquanto modos de construção dos saberes sociais no contexto da população de rua. Prática social e representação social são contrapostas às relações sociais entre população de rua e domiciliados em geral. O *encontro*, nas relações sociais, entre classes sociais antagônicas, é discutido considerando algumas formas de poder e de coerção, como as realizadas pelo Estado.

Uma caracterização do vivido, do cotidiano e do lugar da população de rua é o que buscamos no capítulo 4. As particularidades das ruas, o modo de organização e algumas relações sociais inerentes são aspectos que procuramos aprofundar e, assim, obter elementos que revelem os processos que culminam com o fenômeno.

O público e o privado, enquanto dimensões do vivido e do cotidiano, formam a base de uma abordagem relevante quando se trata da população de rua, a qual, em nenhum dos dois domínios, possui um lugar de direito, restando-lhe somente lugares residuais. Essa perspectiva também foi explorada no quarto capítulo, em item específico.

Finalmente, nas considerações finais buscamos mostrar a importância do conceito de lugar para este trabalho, concatenando-o com outros conceitos que formam, ao nosso ver, o contexto geral e as circunstâncias que permitem a apreensão de processos que culminam com a vulnerabilidade das condições socioespaciais de alguns segmentos da população da cidade de Presidente Prudente (SP).

Tal organização do texto não significa que outros temas, não diretamente contemplados pelas subdivisões propostas, sejam irrelevantes. Um exemplo importante é a

questão da ideologia, entendida por Oliveira A. (1990) como *instrumento de dominação*. É nesse sentido que em seguida, no capítulo 1, trataremos de internacionalização da economia, logística, processos sociais excludentes e modernização.

CAPÍTULO 1

1 LOGÍSTICA, IDEOLOGIA E PROCESSOS SOCIAIS EXCLUDENTES

1.1 A internacionalização da economia

O processo de internacionalização da economia caracteriza-se pela busca da consolidação de um mercado mundial. Tal consolidação ocorreu com o estabelecimento do sistema mundo que: “estabeleceu-se a partir do momento em que todas as terras foram distribuídas entre Estados territoriais e seus prolongamentos coloniais.” (DOLFUS, 1997, p. 25).

O funcionamento deste sistema mundo é baseado em revoluções logísticas que possibilitam a formação de diversas redes e cadeias técnicas, as quais permitem a maximização do controle e da ação hegemoneizante por meio do mercado e do Estado, possibilitando ao capitalismo a absorção de qualquer reação à organização dominante.

Todo esse processo *precisa* ser apresentado aos dominados e controlados de maneira que estes não esboçem reação ao que lhes parece um planejamento *coerente* ou *natural*. Dessa forma, ideologias como a do progresso e a do desenvolvimento são criadas para justificar o *sacrifício coletivo*. Essa hegemonia que impera com auxílio das ideologias usa hoje a competitividade como nova ideologia: “nos tempos presentes, a *competitividade* toma como discurso o lugar que, no início do século, ocupava o *progresso* e, no pós-guerra, o *desenvolvimento* [...] A competitividade é um outro nome para a guerra [...] a *nova ordem mundial* que se constrói é baseada numa competitividade sem limites morais” (SANTOS, 1997, p. 18-9, grifos do autor). Desta maneira, três ideologias – a do *progresso*, a do *desenvolvimento* e a da *competitividade* – colaboram para manter o consenso social e reforçam práticas segregacionistas que fragmentam a sociedade. Com estas ideologias, o *sacrifício coletivo* sempre foi solicitado sob pretexto de se atingir o equilíbrio sócio econômico.

A competitividade ocorre sem a justificativa ética das ideologias anteriores, assim se insere no universo representacional com novos elementos que vão conferir *boas razões* para transformações nas relações sociais, onde os fins são buscados sem constrangimento em relação aos meios utilizados. O deslocamento dos fluxos hegemônicos vai encontrar ou não resistência no lugar, no corpo humano e em suas representações, pautados também nestas *boas razões* para implementar mudanças ou manter tradições. Assim, o lugar se tornará padronizado ou ainda mais diferenciado em virtude de tais fluxos de acordo com a *vocação central do lugar* e com as *variáveis* que perpassam o lugar. Já o corpo resistirá ou não aos fluxos que atingem o lugar, permanecendo ali fisicamente, em forma de trabalho morto ou em forma de representação. Por fim as representações interpretarão estes fluxos de acordo com fatores relacionados ao social e assim implicarão ou não na transformação das práticas sociais e do lugar. Nesse sentido, os fluxos hegemônicos comportariam ideologia, tecnologia e certo arranjo espacial, além de entrarem em atrito com as resistências do lugar, do corpo e do representacional, entre outras.

Desse modo, os responsáveis pela construção ideológica possuem o controle social e a melhor parte dos benefícios sociais gerados, contudo, concomitantemente, distribuem a responsabilidade e a culpa pelos *problemas sociais* criados para a coletividade. Diversas teorias tentaram e tentam explicar o processo no qual os dominantes se esforçam para não repartir com os dominados os *frutos* da sociedade.

A teoria da pobreza é uma destas teorias. A pobreza é um conceito relativo (à riqueza), analisado por alguns pesquisadores enquanto pobreza relativa e pobreza absoluta, conforme a situação de precariedade econômica em que se encontra a pessoa ou o grupo, sendo vinculada à desigualdade. A pobreza, tal qual outros termos que designam situação social e econômica precária, abrange tanto o estado estrutural quanto o estado pessoal (pobreza/pobre). A pobreza pode ser observada por meio de índices, de representações sociais ou de observações em

geral. O estado de *pobre* não inspira um inconformismo e uma possível ação como outros termos inspiram, possuindo, assim, uma conotação quase que *romântica* quanto a situação de precaridade das pessoas consideradas pobres.

Já a teoria da marginalidade possui outras características em relação a da pobreza, embora conflua em algumas questões. Marginalidade também é conceito relativo (à centralidade). De acordo com Escorel (1999):

Marginalidade é uma noção que evoca a oposição centro/periferia; designa uma posição integrante de uma estrutura social. Essa posição, porém, situa-se nas margens em termos de acesso e usufruto das riquezas e benefícios disponíveis, o que lhe confere as qualidades de inferioridade e subalternidade. (ESCOREL, 1999, p. 39).

O termo marginalidade, tal qual pobreza, abrange tanto o estado estrutural como o estado pessoal (marginalidade/marginal). Com frequência o termo é associado a transgressão da ordem e ao uso da violência.

Temos hoje a exclusão social como um protótipo de conceito relativo (à inclusão). Ela possui, diferentemente dos conceitos de pobreza e marginalidade, a idéia de processo implícita, contudo, permanece, como ocorre com a pobreza e a marginalidade, a idéia de estado estrutural e estado pessoal (exclusão/excluído). Se a pobreza se relaciona mais à renda e a marginalidade mais às áreas urbanas, a exclusão se relaciona mais a distribuição dessa renda e a gestão dessas áreas, além de revelar parte da não distribuição da riqueza simbólica.

Hoje discute-se bastante acerca do conceito de exclusão o qual parece-nos configurar uma nova fase e uma nova abordagem de um processo antigo, frente ao qual o conceito estaria mais adequado para se apreender o próprio processo do que apenas se deter nas conseqüências dele, que permitiriam a existência de dominantes e dominados.

Vamos aqui apresentar uma pequena apreciação sobre o debate relacionado ao conceito de exclusão e tentar apontar sua relação com: a) o processo de internacionalização da

economia, b) com as revoluções logísticas, c) com a ideologia da modernização e d) com o que propomos chamar de *involução logística*, buscando apreender a exclusão enquanto um processo social e não enquanto um estado.

Em Foucault (1972, p. 216) encontramos referências à exclusão social enquanto idéia portadora de condições e procedimentos. No contexto em que a exclusão social foi apresentada naquele trabalho (França do século XIX), percebeu-se que sua manifestação e apreensão revelou a influência que exercia no surgimento de novas abordagens pré-científicas.

Outro autor “distingue a esfera socioeconômica, que é a esfera da desigualdade e da qual Marx foi o grande intelectual crítico, da esfera sociocultural, ligada também às questões simbólicas, morais e, nesta esfera, estaria a exclusão e seu teórico poderia ser M. Foucault” (SANTOS, 1995 apud VÉRAS, 2001, p. 36). Percebemos que nesta concepção a abordagem psicológico social da exclusão seria priorizada.

De acordo com Wanderley (2001, p. 16), tem sido atribuída a René Lenoir a invenção da noção de exclusão. Lenoir passou a entender a exclusão “não mais como um fenômeno de ordem individual mas social, cuja origem deveria ser buscada nos princípios mesmos do funcionamento das sociedades modernas” (WANDERLEY, 2001, p. 16). Segundo o autor, as causas da exclusão seriam: o rápido e desordenado processo de urbanização; a uniformização do sistema escolar; o desenraizamento causado pela mobilidade profissional; a desigualdade de renda e de acesso aos serviços. Logo, seriam origens sócioeconômicas que estariam por trás do processo.

Nascimento (2000) destaca que em 1980 foi gerada a base do conceito de exclusão e que em 1992 ela chega ao Brasil, como categoria analítica importada da França. Ele também reflete sobre a relação entre desigualdade e exclusão:

No mundo, e no Brasil, o novo movimento da internacionalização da economia, associado à hegemonia liberal, produziu um aumento considerável das desigualdades sociais. A questão da justiça social tornou-se o centro dos debates internacionais e nacionais. Perguntamo-nos se o crescimento da desigualdade – produzindo o fenômeno da exclusão – não irá criar rupturas sociais significativas, extinguindo o sonho de uma sociedade democrática e justa, que marcou o nascedouro da sociedade moderna no Ocidente. (NASCIMENTO, 2000, p. 57).

O autor revela sua concepção acerca da origem da exclusão social: econômica e ideológica. De acordo com tal ponto de vista, percebemos que exclusão é tanto produto como produtora da destituição de bens materiais e simbólicos e, ainda, que a origem representacional da exclusão se dá no momento em que o chamado *destituído* não é tido como eixo norteador de políticas sociais e sim é deixado de lado, sendo seu lugar e ação preenchidos com *rótulos* negativos. Desta forma, destacamos a idéia de que é no processo de internacionalização da economia juntamente com as bases ideológicas que a amparam que se inicia a materialização da exclusão, porém acrescentamos o ingrediente *involução* como condutor da geração dos desvios e estigmas acima mencionados.

Nascimento (2000, p. 62) também assinala que pode haver exclusão sem desigualdade e pobreza. A exclusão seria captada, então, em um âmbito que não se limita ao estado – ricos, pobres – e sim a um processo de direcionamento de práticas políticas. Neste sentido, a exclusão social, embora fomentada por processos mais amplos, se materializa realmente por meio da gestão política que evidentemente é influenciada por tais processos.

A face cruel deste processo implicaria em uma organização social, em grande parte, conivente com a desclassificação implementada por setores que possuem a gestão das políticas sociais. Estes setores selariam a materialização do processo de exclusão social. Para Escorel (2000), a materialização do processo de exclusão pode ser percebida no cotidiano e seria “um processo no qual – no limite – os indivíduos são reduzidos à condição de *animal laborans*, cuja única atividade é a sua preservação biológica, e na qual estão impossibilitados do exercício

pleno das potencialidades da condição humana.” (ESCOREL, 2000, p. 140, grifos do autor). Nestas condições sociais, sobreviver e escapar com vida seria o padrão. Viver e gozar a vida configuraria a exceção. Esta *criação de humanos*, semelhante à criação de outros animais, implica que anteriormente os mesmos devam ser enquadrados no que propomos chamar de *chaves excludentes*.

As *chaves excludentes* configuram os rótulos nos quais, ao ser encaixada, a pessoa é passível de ser expulsa de um ambiente com uma *justificativa* construída socialmente, ou seja, a chave é o estereótipo que abre a *porta* pela qual será *justificadamente* excluído aquele que está numa situação não aceita pelo laço social estabelecido. Tais chaves seriam uma *autorização social* para que a pessoa atingida pelo rótulo seja, no mínimo, desprezada socialmente. Estas chaves não originam o processo de exclusão, porém, surgem enquadrando e segregando a pessoa em patamares criados por um processo mais amplo – tal qual a relação entre o rótulo *vagabundo* e o trabalho, na qual o rótulo pode autorizar a *não ajuda*.

Em Wanderley (2001), são apresentados conceitos relacionados, em parte, com os processos sociais excludentes que emergem de diferentes matrizes psicológicas e sociológicas:

a) A *desqualificação*: processo relacionado a fracassos e sucessos da integração, a partir da obra de Paugam [...] A desqualificação social aparece como o inverso da integração social. [...]; b) A *desinseção*: trabalhada por Gaujelac e Leonetti (1994) como algo que questiona a própria existência das pessoas enquanto indivíduos sociais, como um processo que é o inverso da integração [...]; c) A *desafiliação*: analisando as metamorfoses da questão social Robert Castel cunha este conceito significando uma ruptura de pertencimento de vínculo societal [...]; e d) A *apartação social*: proposta por Cristovão Buarque (1993) designa um processo pelo qual denomina-se o outro como um ser *à parte* [...] um *não semelhante*, um ser expulso não somente dos meios de consumo, dos bens, serviços etc. mas do gênero humano. (WANDERLEY, 2001, p. 20-2, grifos do autor).

Tomando por base as contribuições desse autor, acreditamos que a exclusão revelaria o caráter de uma desidentidade coletiva, a qual seria implementada com o respaldo dos mediatizadores sociais como a mídia, suprimindo ou exacerbando aspectos que justificam o uso das *chaves excludentes*.

Este reforço de tais chaves é facilmente percebido nos meios de comunicação social como por exemplo no uso do termo *invasão*, ao invés de *ocupação*, quando da chegada de pessoas *sem lugares* em áreas de posse e uso suspeitos. Logo, tê-los como invasores ajuda a não ter urgência de suprir-lhes a necessidade de um lugar, bem como sugere-lhes uma identidade não compartilhada coletivamente. É viável propormos aqui a consideração implícita do conceito de *lugar* para se conferir maior precisão ao conceito de exclusão, pois, estar excluído é estar fora da conta ou do lugar, ou seja, não ser contado para receber benefícios, nem para fazer parte de lugares beneficiados ou, justamente, ser considerado no lugar tido como indevido, para posterior exclusão.

Mas as críticas ao conceito de exclusão também não podem ser ignoradas e tem em José de Souza Martins (1997) uma de suas vozes mais contundentes. Segundo ele; “ao invés de a palavra *expressar uma prática*, rica aliás, ela acaba *induzindo a uma prática*, pobre aliás”, e prossegue mostrando que: “[...] rigorosamente falando, *não existe exclusão: existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes.*” (MARTINS, 1997, p. 11 e 14, grifos do autor).

Frente a tais críticas, propomos direcionar a reflexão no sentido de se entender a exclusão social como categoria, conceito ou noção. É necessário desvendar se é um conceito que explica o fenômeno ou um conceito que faz parte da construção e manutenção do fenômeno. Para tanto, também é necessário fazer a ligação entre epistemologia e aplicação dos resultados científicos, sob uma visão equânime, pois:

O genocídio que pontuou tantas vezes a expansão européia foi também um epistemicídio: eliminaram-se povos estranhos porque tinham formas de conhecimento estranho e eliminaram-se formas de conhecimento estranho porque eram sustentadas por práticas sociais e povos estranhos. O epistemicídio foi muito mais vasto que o genocídio, porque ocorreu sempre que se pretendeu subalternizar, subordinar, marginalizar, ou ilegalizar práticas e grupos sociais que podiam constituir uma ameaça à expansão capitalista...ou comunista. (SANTOS, 1996, p. 328 apud GUARESCHI, 2001, p. 153).

Desta forma é que vislumbramos a raiz sócio cultural dos processos sociais excludentes na *bagagem* do processo de internacionalização da economia. Além disso, percebemos que tais processos – devido à significação que possuem no campo geopolítico – podem estar radicados na exacerbação do nacionalismo. Daí que o epistemicídio causaria degradação social em duas direções, a partir deste nacionalismo, expandindo as fronteiras e metamorfoseando ou eliminando o *estranho*, ou assimilando a hegemonia dominante e interiorizando a subordinação e adaptação ao *novo discurso* imposto por nacionalismos hegemônicos.

O discurso que justifica ou compactua com esses processos sociais excludentes pode ser bastante sutil. Vêras (2001, p. 28) identifica a ideologia que permeou a Escola de Chicago ao se conceber a pobreza como uma inadaptação social, sendo a culpa pela situação degradante deslocada para o atingido. Também é destacada a ideologia do atraso e a da competitividade a partir da qual se buscava supra equalizar o social, rotulando todos os que eram desfavorecidos dos benefícios gerados pela sociedade.

Rótulos como marginalizados, espoliados ou excluídos nos dão a entender que tais pessoas chegaram a ter algo e perderam, porém, sabe-se que, no caso do Brasil, na maioria das vezes eles foram historicamente mantidos em situação de *exclusão*, sem sequer ter chegado a participar dos benefícios sociais.

Guareschi (2001, p. 143) mostra como as relações sociais de produção se modificaram, passando da relação de dominação de pessoas – no feudalismo e no escravismo – para a relação de exploração da mão-de-obra, a partir da Revolução Industrial, culminando, hoje, com a relação de exclusão, quando a desnecessidade marca a contemporaneidade do processo histórico. Notamos que os dois primeiros se referem ao *uso* de pessoas e o terceiro ao seu *não uso*

progressivo. Ou seja, diversos discursos desenvolvimentistas são *negados* quando se observa, na prática, as atuais relações sociais de produção. Desta forma, o desenvolver–crescer–repartir se revelou, na verdade, um envolver–acumular–eliminar.

A partir dessas considerações e de nossa participação nas discussões promovidas pelo Grupo de Pesquisa SIMESPP (Sistema de Informação e Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas), do qual fazemos parte, é que destacamos algumas proposições gerais acerca do conceito de exclusão social. Cabe destacar, no entanto, que tais proposições não se caracterizam por uma identificação com os resultados até agora divulgados pelo referido Grupo de Pesquisa, ainda que o objetivo geral de buscar uma aproximação entre o conceito em questão e a realidade concreta na qual estão envolvidos indivíduos, famílias e grupos seja um forte aglutinador.

Consideramos que, embora se possa falar em processo social excludente, não se pode falar em excluído (individual). Enquanto processo social, a exclusão dá visibilidade aos mecanismos construídos para desprezar pessoas no interior da sociedade, possibilitando a reversão do quadro. No entanto, o rótulo *excluído* apenas mostra que pessoas estão num estado patológico quase irreversível.

A exclusão, embora radicada enquanto projeto dos dominantes/poderosos, é reforçada por toda a sociedade por meio das relações sociais discriminatórias, quando da construção de representações sociais. A decisão de manter pessoas excluídas dos projetos sociais ou de não se buscar uma nova configuração social baseada em padrões de distribuição de renda equilibrados, é gerada por grupos cuja moral é fabricada segundo a lógica da dominação que exercem. Contudo, o estigma da ameaça é construído socialmente para caracterizar esteticamente lugares, pessoas e objetos. Grande parte da sociedade aceita essa caracterização estética e

despreza a ética. A ideologia neoliberal, após impor-se no âmbito político-econômico, joga seu *lixo* no âmbito social, por meio dos processos sociais excludentes.

A exclusão social é, em grande parte, processo mediatizado pelas representações sociais engendradas na disseminação do medo da morte e da individualização da vida pela identificação da pobreza com a marginalidade, reforçando os preconceitos. As representações sociais são saberes sociais que possuem em comum núcleos estruturantes aos quais podem ser adaptados ou assimilados conteúdos diversos. Aqueles que dominam os canais de mediação social podem controlar ou alimentar representações sociais de tal forma que o medo sempre seja evocado para excluir ou incluir conteúdos e, assim, o poder se exerce atingindo uma dimensão que em muito contribui para formular as atitudes.

A idéia de sociedade como *canteiro de obras* justifica e legitima os processos sociais excludentes. Assim se perpetua o uso das *chaves excludentes* para legitimar a quebra do laço social. Apresentar a sociedade enquanto *acabada* seria para os dominantes o fim do controle, pois as pessoas passariam a vislumbrar todas as injustiças sociais sob a ótica estática, o que geraria uma maior visibilidade dos processos sociais excludentes.

Estas proposições buscam evidenciar a importância da noção de processo de exclusão social, o perigo dos rótulos – inclusive o de excluído – e a função das representações sociais em tal processo. Ao nosso ver, a premissa que envolve o conceito de exclusão estaria ancorada em algo como uma política de distribuição hierárquica futurista, na qual as riquezas materiais e simbólicas seriam distribuídas, não por prioridades sociais e sim por condicionamentos representacionais, ou seja, são elencados fatores que ao serem incorporados na representação social desviam a atenção dos problemas sociais prementes para problemas sociais criados representacionalmente.

Nestes termos, a exclusão seria um processo social de descompromisso com o ser humano em geral, fechando-lhe o acesso aos benefícios e serviços sociais (direitos sociais), gerando uma relação de sobrevivência em substituição da vida. Vérias (2001) expõe dois ângulos de interpretação:

O termo exclusão acabou por ser algo duplamente interpretado. De um lado, conceito amplo, espécie de palavra-mãe (conceito horizonte) que abriga vários significados para reunir pessoas e grupos que são abandonados, desafiados (Castel), deixados de lado, desqualificados (Paugam) quer do mercado de trabalho, quer das políticas sociais etc.. De outro ângulo, é um conceito equivocado, atrasado, desnecessário. (VÉRAS, 2001, p. 27).

Considerando as diversas abordagens e a necessidade de uma especificação do processo, confluímos para o termo *processos sociais excludentes* como o mais adequado para se tratar o processo em destaque. Este termo caracteriza tanto o aspecto negativo de certas ações e controles sociais, como guarda a natureza social na qual ocorrem as interações.

Jodelet (2001, p. 53) refere-se ao nível das interações entre pessoas e grupos como o mais adequado para a abordagem da exclusão. Neste nível das interações entre pessoas e grupos, tem-se que a exclusão social configura uma lógica contemporânea, na qual ocorre um desencaixe propositado de grupos como não pertencentes à classe ou raça dominantes e assim passíveis de serem desconsiderados. Este espaço das interações sociais permitiria obtermos recursos para combatermos a banalização do *mal do outro*. Banalização que está ligada à teoria da categorização social, segundo a qual categorias são atribuídas para encaixar o desconhecido numa representação social. Estas categorias seriam os preconceitos, os estereótipos, a discriminação e a identidade social, funcionando como mediadores da exclusão e agravando-a.

Um dos mecanismos que podem levar a considerar pessoas e grupos atingidos por processos sociais excludentes como *problema* a ser resolvido é o que comporta a pressão internacional sobre os indicadores sociais em países que dependem de empréstimos financeiros de outros países, como é o caso do Brasil.

Pode-se observar hoje uma preocupação com índices e não com pessoas. Se a taxa de mortalidade de outros países for menor que a do Brasil, provavelmente não se interpela com eficácia a ação governamental e o sistema adotado ou imposto. O império dos índices e das taxas suplanta a justiça social e contribui para que as políticas sociais sejam eficientes até o nível demarcado e não como direito de todos. O perigo estaria em conferir a alguns índices, como o da escolaridade, a centralidade da questão social, uma equação unívoca poderia propor que a causa dos problemas sociais fosse em grande parte a falta de escolaridade.

Quando se satura o grau de satisfação dos índices e taxas, os guardiões do Estado desviam a atenção, lançando a culpa sobre as próprias vítimas por se encontrarem em *situação de exclusão*, como evidenciam estes autores norte americanos: “Os guardiões do Estado ou os beneficiários dessa mudança muitas vezes buscam atenuar seus afloramentos mais deletérios concentrando-se nas supostas imperfeições das próprias vítimas ou em alguma estreita política institucional que tenha dado errado” (SNOW e ANDERSON, 1998, p. 397). Estes transformam os direitos em ajuda acirrando os processos sociais excludentes, recorrendo a duas estratégias marcantes dos dominantes para manter a coesão social: a atenuação da visibilidade de processos sociais excludentes e a apropriação da imagem de provedor social.

Para Sawaia (2001b, p. 124), até o conceito e a afirmação de identidade pode ser excludente se mal interpretado, quando concede um grau de inserção social ao seu possuidor:

Identidade é conceito político ligado ao processo de inserção social em sociedades complexas, hierarquizadas excludentes, bem como ao processo de inserção social nas relações internacionais. O clamor pela identidade, quer para negá-la, reforçá-la ou construí-la, é parte do confronto de poder na dialética da inclusão/exclusão e sua construção ocorre pela negação dos direitos e pela afirmação de privilégios. Ela exclui e inclui parcelas da população dos direitos de cidadania sem prejuízo à ordem e harmonia social. (SAWAIA, 2001b, p. 124).

No contexto brasileiro, onde a identidade é bastante trabalhada no campo ideológico, a apreensão do conceito de exclusão possui particularidades distintas, já que o

progresso ainda é um projeto nacional no Brasil, conforme destaca Telles (1996 apud WANDERLEY, 2001, p. 19). Nestas circunstâncias, falar do Brasil como adepto da ideologia *canteiro de obras* sugere pensarmos os processos sociais excludentes como processos estritamente atrelados às ideologias do progresso, da modernidade e do desenvolvimento.

Para Nascimento (2000), “Três são os personagens clássicos da exclusão social no Brasil, pois que nascem sob este signo: os índios, os negros e os trabalhadores rurais” (NASCIMENTO, 2000, p. 71). Destacando que os índios foram eliminados, os negros foram transformados em mercadoria e os trabalhadores rurais foram necessários ao processo de industrialização, o autor evidencia que todos foram indispensáveis ao desenvolvimento econômico e que a modernização traz acoplada a cidadania excludente. Assim, as pesquisas a partir das décadas de 80 e 90 deixam de estudar o pobre para entender a exclusão social. Com este novo enfoque, surge uma aproximação maior com as origens dos processos que segregam e fragmentam a sociedade brasileira.

Guareschi (2001) considera alguns dos aspectos ideológicos que sustentam a exclusão: a competitividade, a estratégia de culpabilização (individualização da culpa) e a exclusão dos saberes (não reconhecer outros conhecimentos [...] implicaria desqualificar práticas sociais). Neste sentido, a exclusão passa a ser condição e não apenas o resultado do processo de acumulação capitalista.

É relevante considerarmos estas idéias no contexto brasileiro, onde é possível identificarmos referências que vinculam a organização social com uma concepção democrática. O voto e algumas *ilhas* de debates políticos podem alimentar estas concepções. Ideologicamente a publicidade acerca da democracia brasileira torna mais fácil impor saberes alienantes e assim legitimá-los socialmente. Além disso, tal alienação também é reforçada pela consolidação de uma estrutura baseada nos limites da democracia liberal.

Perante este universo de significações, optamos por considerar a exclusão social uma *noção* que encerra um conjunto de *estados* negativos – desinserção, desqualificação, desafiliação, despersonalização [...] – nas esferas mundial, nacional e local. Sendo uma *noção* ampla, ela revela uma anormalidade em relação ao universo de pensamento consensual – é apresentada pela sociedade como *doença* a ser combatida – e uma normalidade em relação ao universo de pensamento reificado – é apresentada pela academia como resultado comum de um sistema organizacional baseado em um *modo de produção desumano*. Contudo, a *noção* precisa ser minuciosamente contextualizada para poder ser utilizada, pois a exclusão pode ocorrer no interior de grupos excluídos, podendo haver exclusão *dentro* da exclusão. Daí a sua flexibilidade escalar, ou seja, ora num contexto relativo a algum grupo e ora relativo a todo um segmento social. Essas considerações instigam-nos a buscar novas abordagens para explicarmos estes processos.

Ao corroborarmos com a idéia de *processos sociais excludentes* cumpre-nos contextualizar suas ocorrências ou, em outras palavras, as dinâmicas dos eventos que podem gerá-los.

Sugerimos que um dos principais fatores que geram estes processos é a falta de domínio (intencional ou não) do *fator dimensional escalar* que encerra uma das funções do que Milton Santos chamou de meio técnico-científico-informacional e do conseqüente direcionamento desse domínio para o bem estar social.

Santos (1999, p. 121), ao tratar dos eventos, suas durações e abrangências, propõe a existência de *escalas de origem* – que seriam variáveis envolvidas na produção do evento – e de *escalas do impacto* – relacionadas a realização do evento. As forças provenientes da escala de origem objetivam-se na escala do impacto, sendo re-apresentadas a cada lugar,

transportadas hoje por esse meio técnico-científico-informacional, além de já estarem nesse meio enquanto estrutura de comunicação e controle.

Se as próprias lógicas, técnica, organizacional e espacial, que constituem o que estamos chamando de fator dimensional escalar, são excludentes, quanto mais o serão as manipulações destas. Deste modo, uma força proveniente da escala de origem – tal qual uma política econômica adotada pelo Estado diante de certo contexto global – é vetorizada por canais que a dimensionarão antes mesmo de chegarem ao lugar do impacto onde sofrerão outras alterações devido as formas de resistência ou adesões ali presentes.

Nesse sentido, a particularidade do *fator dimensional escalar* é que ele é, muitas vezes, *partida, meio e chegada* das forças que circulam na sociedade, as quais podem ser heterogeneamente impactantes, apesar da homogeneidade inicial do planejamento de origem; além do que podem fragmentar e segregar, concentrar e desconcentrar, ou como propõe Lefebvre (1991a), implodir e explodir. Isso poderia conferir ao tratamento da pobreza, exclusão, segregação, ou outros, o patamar de mercadorias políticas que autorizam projetos, os quais, por sua vez, reproduzem estas mercadorias criando a base da dependência política institucional.

É dessa forma que os processos sociais excludentes podem ser originados e culminar com a existência da população de rua – pessoas que efetivamente usam as ruas como local de moradia – que geralmente se concentram no centro abandonado após a desconcentração residencial ou a verticalização ali ocorridas.

Smith (2000) discute a importância da escala analisando os projetos do artista Kreysztof Wodiczko de Nova York: o *veículo do sem teto* e o *poliscar*, destacando que as duas versões do veículo são uma crítica a falta de moradia no coração do capitalismo. Ele afirma que: “a imobilidade dos expulsos prende-os na armadilha do espaço ou antes, prende-os nos interstícios de uma geografia urbana produzida e reproduzida de forma a excluí-los” (SMITH,

2000, p.135). Para este autor os dois projetos buscariam expandir a escala do controle auto centrado e contrair a escala do controle oficial. Seria a mobilidade e a geração de *lugares* (para dormir, guardar as posses, transportar, jantar, abrigar-se e lavar-se) oferecidos pelos projetos que possibilitariam *saltar escalas* e conseqüentemente possibilitariam a sua libertação política.

Imaginando o *veículo do sem teto* sendo empurrado pelas ruas de Presidente Prudente (SP), pensamos que o projetista teria que incorporar a ele um motor, devido ao relevo da cidade ser composto de vários morrotes. Afora as *adaptações* que o veículo sofresse para ser utilizado aqui e a possível inviabilidade financeira do projeto, resta ressaltar que o tom crítico do invento denuncia a importância do acesso ao espaço.

Dessa forma, vários conflitos próprios à cidade, como os relativos à sua função social e econômica, à segregação e à fragmentação socioespacial urbana e aos interesses individuais e coletivos, emergiriam e relacionariam à existência da população de rua a discussão sobre os processos que interceptam o acesso ao espaço a grande parte da população brasileira, como a ponta do *iceberg* da vulnerabilidade.

Para facilitar sua explanação, Smith (2000) tipifica as escalas do corpo, da casa, da comunidade, da cidade, da região, da nação e do globo. Ele também enfatiza que: “é a escala geográfica que define as fronteiras e limita as identidades em torno das quais o controle é exercido e contestado.” (SMITH, 2000, p. 144).

Considerando a identidade no contexto das escalas, podemos observar que à população de rua é conferida uma matriz de identidade que sequer aparece diretamente na tipificação: a rua, enquanto lugar. A rua poderia ser tipificada, em Smith, como a escala da comunicação, do contato e do inesperado. Também comportaria, no caso da população de rua e da exclusão, a classificação enquanto espaço final ou último lugar, mas também enquanto meio possível.

O veículo do sem teto e o poliscar, apresentados por Smith, metaforicamente permitiriam a produção do espaço e a reprodução concreta da escala geográfica, o que propiciaria a organização e a resistência para *saltar as escalas*, além de possibilitar: “aos expulsos dissolver as fronteiras espaciais que são em larga medida impostas de cima e que detêm em vez de facilitar, sua produção e a reprodução da vida cotidiana.” (SMITH, 2000, p. 137). Ou seja, o tom crítico de Wodiczko sugere uma técnica estratégica para restituir o espaço e a possibilidade de vida aos que foram descartados mais explicitamente do acesso ao espaço.

Contudo, se levarmos em conta asserções de Santos (1999), perceberemos que restituir espaço implica mais uma reorganização ampla e sistematizada pois: “o espaço é formado de objetos; mas não são os objetos que determinam os objetos. É o espaço que determina os objetos: o espaço visto como um conjunto de objetos organizados segundo uma lógica e utilizados (acionados) segundo uma lógica.” (SANTOS, 1999, p. 34).

O veículo do sem teto, enquanto símbolo do planejamento polarizado, nos permitiria então, questionar a própria noção de posse em relação a intencionalidade presente nesta técnica libertadora, pois, seria possível considerar que: “a perda do sujeito se daria na própria coisa que começou por possuir, e que agora absorve o senhor que havia pensado controlá-la.” (MARCEL, 1965, p.165 apud SANTOS, 1999, p. 74).

Entendemos dessa forma que o meio técnico-científico-informacional – o meio geográfico, de acordo com Santos (1999) – guarda em si objetos que possuem relativa autonomia da expulsão e conferem ao espaço novas funções. Assim, a própria técnica contida na arquitetura das edificações pode criar fachadas *anti-mendigos*, como destaca Yázigi (2000).

Cabe destacar que o grau de densidade técnica – contemporâneo – dos objetos no espaço não só indica a sua parcela de subordinação à lógica, mas a parcela de segregação ou expulsão que podem gerar. Daí que, provavelmente, devêssemos ocupar-nos da função social que

ao meio técnico-científico-informacional coubesse priorizar, para possibilitar resistência ou expansão da escala do *controle auto centrado* e a contração da escala do *controle oficial* que Smith conferia ao veículo do sem teto e ao poliscar.

Considerando-se a técnica enquanto mediadora, que contém e é contida pelo lugar, e enquanto instrumento de comunicação entre o local e o global, pensamos que a relevância da análise do lugar da população de rua, a qual nos dedicaremos mais adiante, se acentua, pois: “o *lugar* se apresentaria como o *ponto de articulação* entre a mundialidade em constituição e o local enquanto especificidade concreta, enquanto momento.” (FANI, 1996, p. 16).

Assim concordamos com Santos (1999) em seu destaque à idéia de Mlinar (1990): “os lugares, desse ponto de vista, podem ser vistos como um intermédio entre o Mundo e o Indivíduo.” (SANTOS, 1999, p. 251).

O lugar constitui-se não somente da homogeneidade impactante *da técnica* direcionada pelo mundo, mas também da heterogeneidade da resistência à técnica desencadeada por pessoas, grupos ou técnicas anteriores no lugar. Poderíamos relacionar essa heterogeneidade à desigualdade sócio espacial. É dessa maneira que as diferenças delimitam as fronteiras entre os lugares e conferem particularidades a estes. Contudo, os lugares podem guardar a especificidade do descontínuo territorial e do contínuo do arranjo técnico funcional, assim: “a acumulação da técnica tornou-se o elemento mais importante na análise do lugar, na produção das condições de existência que as condições naturais.” (FANI, 1996, p. 32).

Veremos mais adiante que a análise das estratégias de sobrevivência da população de rua vai possibilitar parte da captura do lugar próprio desta população, pois os trabalhos que desenvolvem e o local que ocupam possuem relação direta com a forma e a função social que a técnica – que em muitos casos é gerada por investimentos dos empresários em

função de lutas e guerras – possibilitou. Dessa maneira é que buscamos elementos para estabelecer o lugar da população de rua pois: “o lugar não seria definido apenas pela escala mas como parte integrante de uma totalidade espacial fundamentada na divisão espacial do trabalho como produto direto da morfologia social hierarquizada.” (FANI, 1996, p. 33).

O lugar da população de rua permite-nos uma análise do *reverso* do uso da técnica no lugar. A técnica neste lugar foi implantada desconsiderando que por certo período ele cumpriria uma função de acolhimento. Daí, nem todos os objetos possuem mecanismos de expulsão da população de rua, fato que só ocorre devido ao desconhecimento do porvir. Nesse caso, a colocação de grades em locais de pernoite e a expulsão pela força serão os meios utilizados ou incitados por domiciliados incomodados.

Com esta nova função dada a técnica, no lugar, concordamos que: “é o lugar que atribui às técnicas o princípio de realidade histórica, relativizando o seu uso, integrando-as num conjunto de vida, retirando-as de sua abstração empírica e lhes atribuindo efetividade histórica.” (SANTOS, 1999, p. 48).

1.2 As revoluções logísticas

Apreciamos nas seções anteriores algumas considerações a respeito das relações entre o processo de internacionalização da economia e os processos sociais excludentes. Apresentaremos nesta seção reflexões relacionadas com as *revoluções logísticas*, sobretudo ao sentido otimizado destas, enquanto fator que confere maior complexidade a tais relações. Sposito (1999) destaca a relação das revoluções logísticas com a mundialização do capital:

Assim, e ampliando mais nossa escala de enfoque, podemos dizer inicialmente que a mundialização do capital faz-se, primordialmente baseada nas *revoluções logísticas*, porque elas são decorrentes de: incorporação das tecnologias aos transportes;

necessidade de aumentar a velocidade nos fluxos de capitais e na circulação das informações, principalmente aquelas ligadas às novas idéias, que podem gerar maiores lucros; criação de novas necessidades associadas ao consumo de bens não produzidos no circuito produtivo (paisagem para o turismo, misticismo para a paz individual, separação crescente de pessoas para posições marginais) [...] As revoluções logísticas ocorreram de maneira bem resumida, com o concurso associado entre Estado e empresas, cada um destes dois agentes respondendo, de sua maneira própria, às decisões dos atores situados nos lugares privilegiados da pirâmide social por sua apropriação secular do excedente do trabalho social. (SPOSITO, E., 1999, p. 105, grifo do autor).

A despeito do impacto dessas revoluções ser intenso, nem todas as conseqüências advindas são manifestadas no mesmo período a que se referem. Segundo Spósito, estaríamos atualmente vivendo a quarta revolução logística. A terceira, a segunda e a primeira revoluções logísticas, respectivamente, corresponderam a significativas mudanças que propiciaram grandes transformações nas sociedades da época com efeitos que perduram, obviamente, até os dias de hoje.

Embora Sposito destaque que a ocorrência destas revoluções se dá em escalas, períodos e territórios diferentes, os efeitos que elas proporcionam se manifestam por acumulação e por inserção, independente da época em que se concretizou a internacionalização da economia ou que determinado território foi incorporado ao *sistema mundo*.

Mesmo que se refira ao processo que revoluciona, com grandes transformações em curtos períodos – por fluxos acumulados e não por gradualismo – a idéia de aceleração contemporânea nos dá uma pista sobre a influência das revoluções logísticas em sociedades formadas recentemente:

A aceleração contemporânea impôs novos ritmos ao deslocamento dos corpos e ao transporte das idéias, mas também, acrescentou novos itens à história. Junto com uma nova evolução das potências e dos rendimentos, com o uso de novos materiais e de novas formas de energia, o domínio mais completo do espectro eletromagnético, a expansão demográfica (a população mundial triplica entre 1650 e 1900, e triplica de novo entre 1900 e 1984), a expansão urbana e a exploração do consumo, o crescimento exponencial do número de objetos e do arsenal de palavras. (SANTOS, 1997, p. 15).

O sentido que buscamos aqui ao utilizarmos a idéia de logística relaciona-se às transformações sociais. Castells (1999), ao tratar dos temas tecnologia, sociedade e transformação histórica, revela que:

Essa opção metodológica não sugere que novas formas e processos sociais surgem em consequência de transformação tecnológica. É claro que a tecnologia não determina a sociedade. Nem a sociedade escreve o curso da transformação tecnológica, uma vez que muitos fatores, inclusive criatividade e iniciativa empreendedora, intervêm no processo de descoberta científica, inovação tecnológica e aplicações sociais, de forma que o resultado final depende de um complexo padrão interativo. (CASTELLS, 1999, p. 24).

A idéia que destacamos é, então, a de que a canalização de investimentos para a otimização – respaldada por diversos processos ideológicos – consiste no cerne da logística. Desta maneira, percebe-se que é concedido ou aceito um padrão de autonomia para tais investimentos. A lógica de investir – em logística – seria tida como autônoma, enquanto a lógica de não investir – no social – seria tida como construída socialmente.

Ficamos então, com os aspectos que as revoluções logísticas mais primam, que são as otimizações dos conhecimentos, transportes, produção, comunicação e informação, entre outros. Esses aspectos parecem constituir uma busca incessante com uma velocidade que ultrapassa o movimento real e amplo das sociedades e suas capacidades de adequação. Esta *incapacidade* de adequação cria uma desigualdade interna formando divisões que são sustentadas por ideologias, como as apresentadas no início deste trabalho. A inadequação citada não se refere à limitações daqueles que supostamente a incorporariam e sim na inviabilidade geral de se implantar estas otimizações em todas as sociedades e em todos os setores sociais.

Carlos Walter Porto Gonçalves destacou ser impossível se produzir e distribuir para toda a população mundial padrões de *riqueza* com equidade (informação verbal)¹. Isso nos leva a considerar que, ocorrendo uma canalização de investimentos para setores considerados de

¹ Palestra proferida no dia 04/09/2000, durante a II Semana de Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente.

ponta e setores infra-estruturais dominantes, a equidade da distribuição de renda se torna cada vez mais uma promessa inatingível.

A lógica é simples: se é pela competitividade e busca de lucros que as empresas pressionam a invenção de produtos cada vez mais *eficientes* e *adaptativos* – passíveis de gerar máxima acumulação de capital – é óbvio que dificilmente essas invenções e conhecimentos incorporados poderão ser distribuídos equitativamente, pois, competitividade e lucro fazem parte da lógica de acumulação capitalista, que nunca permite a isonomia. Logo, todo avanço nessa área e nesse contexto implica possíveis *involuções*, no caso de Presidente Prudente os condomínios fechados podem simbolizar a materialização da *tecnologia* em segurança habitacional, enquanto a população de rua pode simbolizar a involução tecnológica, vivendo a insegurança habitacional. Seria o atrito entre auto segregação e segregação forçada.

Se as empresas buscam otimizar e simplificar a produção – priorizando máquinas, técnicas, organização e desprezando trabalhadores – é evidente que a lógica da prioridade tecnológica produz retrocessos em proporções próximas aos avanços conseguidos.

1.3 A ideologia da modernização

O uso do tempo para propor (ou impor) a coesão social parece ser um mecanismo de bastante sucesso. Sua eficácia, no caso brasileiro, é discutida por Jovchelovitch (2000, p. 172) que mostra como, no discurso ideológico, *futuro* e *passado* são usados para cooptar o *presente*. O futuro é usado para martirizar o presente e dessa forma suscitar a futuridade com idéias evolucionistas, como progresso, desenvolvimento e modernização. Essa prática é antiga e ocorre em vários setores, nas esferas mundial e nacional.

O presente, no que diz respeito às pessoas produzirem e usufruírem dos benefícios sociais, é protelado enquanto tempo de resultado e considerado enquanto tempo de dedicação. O presente também é protelado enquanto tempo de distribuição de renda e considerado enquanto tempo de acumulação do capital.

Usar o tempo ainda convence muitos e manipulá-lo mais intensamente, constitui-se numa prática que se dá no mesmo campo de ação que é conivente ou acaba por gerar os processos sociais excludentes, qual seja, a política. Um projeto político projeta no tempo o resultado ideal de um planejamento. Um episódio passado marcante, como por exemplo a saga dos militares pós golpe de 64 no Brasil, também pode ser usado para projetar no presente a intervenção, caso se ultrapasse certas regras forjadas. Daí que o uso do tempo é intrínseco à ideologia modernizante, tanto retrógrada como progressivamente.

Entre os vários efeitos da ideologia modernizante no Brasil, podemos citar exemplos de casos escabrosos como o relativo à violência na Amazônia:

A questão da violência na Amazônia, porém, envolvia muito mais do que a eliminação da pobreza. Ali, na verdade, os pobres estavam sendo eliminados ou violentamente expulsos da terra em nome, justamente de um amplo programa nacional de desenvolvimento econômico e de modernização do País. (MARTINS, 1994, p. 84).

Algumas idéias nos parecem estratégicas para o entendimento da questão da modernização. Em primeiro lugar, *modernização é caracteristicamente setorial e temporal*, ou seja, além de não abranger todos os setores a modernização implica uma renovação constante dos equipamentos e das normatizações para manter-se enquanto processo. Logo, representa alto custo tanto de infra-estrutura quanto de manutenção. Em segundo lugar, *modernização é estritamente disfuncional* quanto ao seu caráter espacial, segrega e fragmenta as relações sociais existentes. Em terceiro lugar, *modernização é estritamente desumana*. No processo que envolve a implantação de técnicas e relações mais adaptadas à otimização do mercado o humano é pensado

somente enquanto passível de adaptação, qualificação e descarte. Além disso, percebemos que o termo modernização é adaptativo ao presente, ou seja, não envelhece enquanto promessa e se encaixa em diversas épocas.

Nesta acepção de modernização, a idéia de que um investimento direcionado, amparado, planejado, financiado e otimizado, forma o pólo contrário de uma falta de investimento, de planejamento, de amparo [...], é a central. Desta maneira, modernizar, embora agregue *melhorias sociais* e promessa de inserção, acaba por gerar condições sociais precárias, tanto simbólica quanto material, especialmente no Brasil, onde:

O surto de desenvolvimento nacional gerou as imagens que associavam a pobreza com aqueles que ainda não tinham se inserido na modernidade, como resíduos de *bolsões tradicionais*, ou com aqueles que, estando em suas margens, prontos seriam absorvidos. (SCOREL, 1999, p. 37, grifo do autor).

O crescimento é elaborado enquanto nacional porém somente alguns grupos acabam sendo beneficiados pelas *vitaminas* do moderno e assim o agravamento da segregação socioespacial vem acoplado como um *efeito colateral* da modernização.

A ideologia da modernização possui também uma lógica territorial bastante evidente que está acoplada ao processo de urbanização e a sua conseqüente materialização enquanto cidade, mais especificamente em grandes cidades e metrópoles. Sánchez (1997) evidencia esta relação ao enfatizar que:

A metrópole apresenta-se como o lugar de produção de modernidade. A cidade, portanto, representa o lugar concreto, o ponto de atuação dos agentes, assim como o sítio onde se produzem os valores de uso – como inovação – e os valores de troca – reforçados pelo prestígio – da modernidade, e de onde competirá como cidade no mercado mundial. (SÁNCHEZ, 1997, p. 298).

Com a mesma intensidade que se otimiza a organização produtiva e conseqüentemente a especialização tecnológica, se polariza no território a materialização destas otimizações. Estes pólos otimizados passam a exercer grande poder de atração populacional, mesmo com as fragmentações e segregações sociais pertinentes aos mesmos. Podemos

considerar que nestes pólos existe o conflito entre igualização e diferenciação (SMITH, 1988), continuidades e descontinuidades, implosão e explosão (LEFEBVRE, 1991a), entre outros. Um conjunto de conceitos propostos vai conformar e dar visibilidade aos fluxos socioespaciais contraditórios que permeiam o ideário da modernização.

A modernização, muitas vezes, e especialmente na sociedade brasileira, é articulada por setores conservadores que a utilizam, juntamente com o tradicionalismo, no âmbito da técnica e da ideologia para mascarar a dominação. Dominação que Faoro (1993) caracteriza como relativa ao patrimonialismo. Podemos pensar nas contradições existentes entre o conservadorismo e a modernização a partir da idéia de propriedade privada. É possível modernizar muitas coisas no Brasil, contudo, reformar o padrão de distribuição de terras – mexer no patrimônio – é algo que dificilmente será aceito pelos setores conservadores. Dessa forma, o conservadorismo sempre moderniza sua ideologia, como sugere Martins (1994) em seu livro *O poder do atraso*.

1.4 A involução logística

Finalmente, propomos a idéia de involução logística a partir dos princípios apresentados em seguida. Em primeiro lugar, a internacionalização da economia é um processo variável porém constante que se mantém ancorado nas revoluções logísticas. Embora a incorporação da maioria das nações na economia mundial pareça por um fim no processo, ele é reapresentado sob novo viés a cada revolução logística. O processo parece longe de um fim; os processos sociais excludentes são, num primeiro momento, condicionantes da coesão social e, num segundo momento, reveladores da não-isonomia social. Em segundo lugar, as revoluções logísticas configuram o espectro bidimensional da organização das sociedades contemporâneas:

sustentam a internacionalização da economia e os processos sociais excludentes. Como último princípio, a modernização simboliza como são *mascaradas* as revoluções logísticas para serem *bem recebidas* pela sociedade.

Considerando os conceitos de circuito inferior e de circuito superior da economia, propostos por Milton Santos, temos que: se revolucionar logisticamente implica otimização do circuito superior, involucionar logisticamente implica a degradação organizacional e material do circuito inferior, contudo, os processos não ocorrem com a mesma intensidade ou no mesmo contexto. A solução apresentada pelo autor para a eliminação da dependência de um circuito para o outro retrata bem a idéia que buscamos realçar: “O ideal, evidentemente seria que *o circuito inferior se tornasse menos inferior, mas isso só poderia ocorrer se o circuito superior se tornasse menos superior*” (SANTOS, 1978, p. 58, grifos do autor).

Considerar a involução logística implica considerar que uma construção evolutiva gera desconstruções involutivas e que não necessariamente toda a sociedade chega a participar diretamente de um ou outro processo. Nestes termos, Vêras (2001, p. 44) aponta o desemprego estrutural como um quase subproduto do avanço científico e tecnológico e da precarização das relações de trabalho.

Santos e Silveira (2001) discutem como a *região concentrada* é uma realidade territorial manifestada enquanto meio técnico-científico-informacional. Para esses autores:

A economia atual necessita de áreas contínuas, dotadas de infra-estruturas coletivas, unitárias, realmente indissociáveis quanto ao seu uso produtivo. Mas esse equipamento chamado coletivo é, na verdade, feito para o serviço das empresas hegemônicas. Construídas com dinheiro público, essas estruturas aprofundam o uso seletivo do território, deixando excluída ou depreciada a maior parte da economia e da população. (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 140).

A concentração no território, a que se referem, está vinculada a uma lógica que agrega padrões técnicos, concentrando-os. Os autores também mostram que, em alguns casos, as técnicas do período atual refuncionalizam e aumentam a cooperação por meio dos centros

regionais tidos como pontos de contato, contudo, a ênfase é colocada no caráter discrepante da concentração polarizada em certas delimitações. Distinguem entre *espaços luminosos* e *espaços opacos*, os luminosos acumulariam “densidades técnicas e informacionais, ficando assim mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização. Por oposição os subespaços onde tais características estão ausentes seriam os espaços opacos” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 264).

Desta maneira, tem-se que a implantação de novas tecnologias transforma e adapta a organização socioespacial, no entanto, devido ao seu caráter unilateral - acumulação do capital – não abrange e não dá conta da nova organização pois, as revoluções logísticas são setoriais e seus produtos – invenções, técnicas e formas de organizações – não são incorporados à sociedade de forma integrada, pois primam por alguns setores ou âmbitos – produção, transporte, economia, lucro, competitividade [...] – e desprezam outros – cultura, moral, social [...].

Enfim, é o caráter localizado e pontual das revoluções logísticas que não permite uma prosperidade social global e é a distância existente entre processo de modernização e equidade social global que descredencia todo e qualquer caminho que culmine com incentivo às revoluções logísticas. Os processos sociais excludentes nasceriam assim no âmbito social que incorpora estes *avanços* logísticos sem dar primazia aos processos sociais e culturais nas políticas de implantação desta suposta modernização:

Os ritmos acentuados de crescimento populacional urbano e a superconcentração de capital nacional e internacional nas metrópoles para a criação da infra-estrutura necessária à reprodução capitalista, promoveram um aumento crescente de população não empregada que se *aloja*, e não *habita* nos maiores centros urbanos. (SPOSITO, M., 1989, p. 70, grifos do autor).

Para exemplificar a relação entre involução logística e processos sociais excludentes, podemos contrapor a tecnologia que hoje pode ser incorporada na construção de um arranha-céu com o alojar-se provisoriamente da população de rua nas cidades. As revoluções

logísticas possibilitaram meios para *avanços* tecnológicos na verticalização das habitações, porém, não otimizaram o *habitar para todos*. O humano é passível de eliminação no capitalismo, e vai sendo descartado conforme deixa de ser útil a este processo de acumulação. Ou seja, a coisificação do humano implica que, quanto maior for o investimento em logística de ponta, maior será a incidência de processos sociais excludentes.

No capítulo 4 buscaremos apresentar *casos* em que pessoas atingidas por processos derivados da involução logística se adaptaram em sua organização social, material e simbólica, no que se refere a uso de objetos, costumes e organização do trabalho.

A involução logística incorporaria desta forma três etapas: a criação da necessidade, cria-se a visão de um *problema social* e de supostos mecanismos e objetos para superá-lo; a acomodação e adaptação às novas necessidades criadas, incorpora-se o *problema social* e ajusta-se a organização social aos novos mecanismos e objetos; a negação e supressão do acesso aos bens e relações que acompanham as necessidades criadas e adaptadas, o *problema social* que era em grande parte virtual passa a ser real – manifestado no social – e tem-se agora a motivação necessária para acumular-se necessidades, criar-se revoluções logísticas e exacerbar a distância entre logística setORIZADA e equidade social global.

Temos agora a possibilidade de apresentar outro aspecto da involução logística – ela dá conta de um processo no qual se consegue identificar na organização da sociedade ou dos grupos sociais, o reverso do processo de modernização no qual revela a utilização de técnicas, objetos e recursos que são de alguma forma considerados *não adequados* a forma de organização social formal, ou mesmo que, embora sejam adequados, configurem uma forma precária de se organizar, relacionar ou interagir material e socialmente.

Podemos apreender a construção de Brasília na década de 60, como um exemplo típico que apresenta como resultado a materialização da involução logística. Em sua

implantação, Brasília simbolizava *o moderno e o progresso*. A logística incorporada previa nova organização social e otimização. O que se vê hoje é que ela comporta espaços segregados em seu entorno (espaço das cidades satélites); espaços segregados em seu interior (espaços da população de rua); objetos e transportes considerados antiquados (carroças puxadas por cavalos); atividades consideradas precárias sendo realizadas com intensidade (viver do lixo) e , ainda, velhas práticas políticas, como corrupção e clientelismo, de acordo com Bursztyn (2000).

Outro exemplo que o trabalho organizado por este autor fornece, baseado nas pesquisas de José de Souza Martins, é a superexploração do trabalhador rural: “vítimas de um sistema que reestrutura as relações sociais, constituindo *novos atores* que irão proporcionar a manutenção e a sobreacumulação do capital” (OLIVEIRA, D., 2000, p. 183, grifo do autor). Trata-se, neste caso, do aspecto organizacional, que tem um paralelo com a involução logística.

Observamos que o *aspecto organizacional* deste processo implica ações fora da ordem logística adotada. O *aspecto material* implica objetos fora do uso logístico convencional adotado, já o *aspecto funcional* implica relações fora da função logística adotada. Uma questão que pode surgir destas colocações: tudo é revolução ou involução logística? Podemos responder que não, destacando que o importante é frisar os movimentos concomitantes, contraditórios e descontínuos que envolvem uma organização social pautada num sistema de dominação que ilumina as revoluções logísticas com mecanismos ideológicos e obscurece as conseqüências deste processo com mecanismos psicossociológicos.

CAPÍTULO 2

2 A VULNERABILIDADE DA AÇÃO ASSISTENCIAL

2.1 A ação assistencial de iniciativa governamental e não governamental

Neste capítulo buscamos discutir a ação assistencial enquanto um enfrentamento da vulnerabilidade socioespacial, mostrando que a inserção precária de pessoas em diversas áreas, inclusive como população de rua, se dá em meio a uma demanda assistencial. Desde já duas pontuações nos parecem relevantes: a primeira é que os processos sociais excludentes exacerbam a vulnerabilidade; a segunda é que essa assistência e essa vulnerabilidade são etapas anteriores comuns à inserção precária da pessoa como população de rua.

De acordo com Mestriner (1992), no Brasil, o Estado do Bem Estar Social foi, num primeiro momento, adaptado para o Estado Meritocrático, no qual empresários e sociedade civil é que assumiam a questão social buscando amenizar os conflitos. A assistência social, instituída em 1942 na Legião Brasileira de Assistência (LBA), já buscava a parceria entre governo e sociedade civil. Sempre presidida pela primeira dama, a entidade permitia ao feminino primar por concepções paternalistas, enquanto o *mérito* da assistência ficava com os interlocutores, entre eles, pessoas da elite nacional.

Em meio a esta prática clientelista surgem reivindicações que buscam conferir ou transformar a política assistencial no sentido de descentralizar os projetos de gabinete e democratizar a gestão. Em primeiro lugar, o pobre-pedinte passaria a usuário e, em seguida, a cidadão. Num segundo momento, o benefício de alguns grupos passaria a direito de todos. Contudo, os avanços foram poucos e o que se conseguiu foi apenas uma reorganização administrativa isolada e parcial, que não conseguiu extinguir a planificação e o desrespeito à autonomia local.

A assistência social como caminho para se resgatar a cidadania tornou-se questionável: “para nós, tudo isso não passa de uma tentativa de travestir o *antigo cliente* da assistência com uma roupagem de cidadão” (SCHONS, 1999, p. 35, grifos do autor). A combinação da Política Econômica Keynesiana com o Estado do Bem Estar Social que se implementou nos países aclamados como *desenvolvidos* após a Segunda Guerra Mundial – os quais buscavam com a combinação intensificar a produção e o consumo – experimentou, no Brasil, uma versão particular:

No lugar do Estado de Bem Estar Social, vivenciamos o Estado Autocrático, tecnoburocrático, paternalista e assistencialista que se alternava nos papéis de Estado-residual a Estado-meritocrático paternalista, sempre excludente, privilegiando com alguns benefícios, algumas categorias e sempre sob o primado do trabalho – discriminando essencialmente o trabalhador da reserva ao ativo – e a prevalência de Constituições elaboradas pelas minorias no poder, que mais instalaram mecanismos de escamoteamento das demandas da população, que procuram de fato regulamentá-las. (MESTRINER, 1992, p. 85).

Os limites das conquistas ou regulamentações mostram não ser difícil reconduzir novas diretrizes – como as contidas na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) (BRASIL, LOAS, 1999) – aos padrões anteriores. Foi em meio a estas tentativas de conferir *status* de definitivo ao paliativo que a ação assistencial *tomou corpo* no Brasil.

A ação assistencial seria, ao nosso ver, produto de duas matrizes sociais: uma que nasce do governo constituído, passa por programas de proteção social, como a seguridade social que por sua vez fomenta as ações assistenciais de iniciativa governamental; outra que nasce na sociedade civil, passa por uma organização social não governamental e que por meio de uma concepção e absorção social também gera ações assistenciais porém, de iniciativa não governamental.

As relações entre Estado e sociedade comportam características próprias em relação as políticas sociais. Estado e sociedade serão concebidos de formas diferentes de acordo

com a inspiração política que as classes adotarem ou criarem. Nogueira (2001), buscando problematizar a questão, sugere um caminho para se buscar minimizar coerções oligárquicas:

trata-se, pois, de conseguir um encontro dialético entre Estado e Sociedade: uma interpenetração dinâmica que sirva tanto para colocar a sociedade no Estado – democratizando-o e controlando-o – quanto para colocar o Estado na sociedade, de modo a fazer com que prevaleçam interesses mais coletivos, mais compartilhados. O que é óbvio, depende de correlação de forças e de luta política. (NOGUEIRA, 2001, p. 30).

Contudo, percebemos que o resultado das lutas estaria, muitas vezes, dado antes das mesmas ocorrerem, devido ao modo de organização social adotado ou imposto: “É por isso que de pouco adianta tentar combater as desigualdades num sistema que se funda sobre elas” (SCHONS, 1999, p. 192).

Estas asserções nos dão idéia do campo volátil que adentramos ao tratar dos grupos inseridos precariamente e das formas de repostas que se dão na sociedade para enfrentar a vulnerabilidade.

A inserção precária a que nos referimos está baseada em Martins (1997): “você chamam de *exclusão* aquilo que constitui o conjunto das dificuldades, dos modos e dos problemas de uma *inclusão precária e instável, marginal*” (MARTINS, 1997, p. 26, grifos do autor). Este autor vai referir-se à uma *nova desigualdade* social como o conceito adequado à atual realidade social, quando trata das carências, instabilidades e desequilíbrios provocados pela lógica capitalista. Essa lógica gera, precariamente: “a inclusão daqueles que estão sendo alcançados pela nova desigualdade social produzida pelas grandes transformações econômicas e para os quais não há senão, na sociedade, lugares residuais” (MARTINS, 1997, p. 26). Dessa maneira, viver na rua seria uma forma de inserção precária. Martins continua, nesse sentido, construindo sua crítica ao conceito de exclusão, ao qual contrapõe o de nova desigualdade.

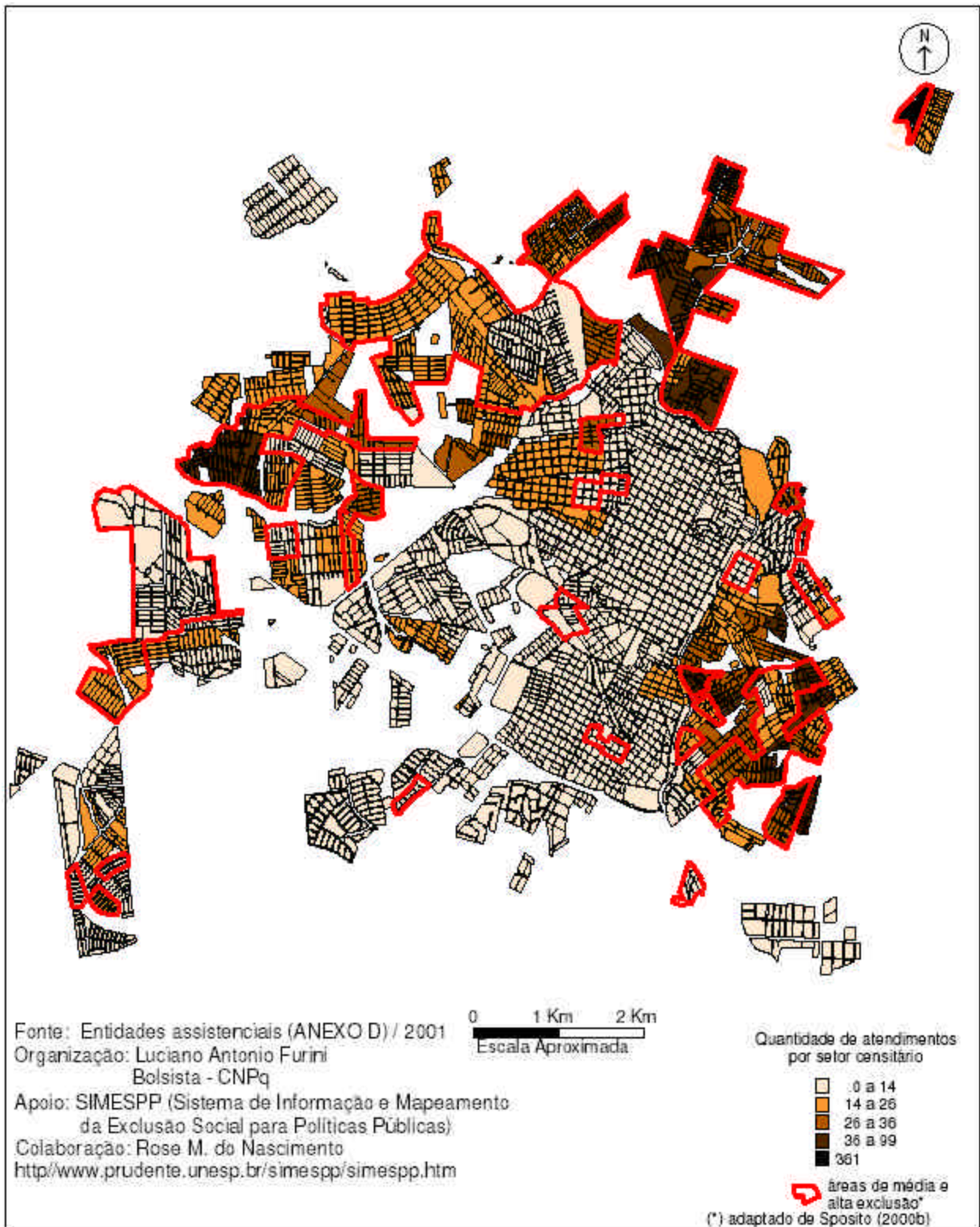
Scorel (2000), baseada em Castel (1995), mostra como na França a vulnerabilidade é considerada um momento posterior ao da assistência social: “A situação

francesa, sempre utilizada como contraponto na medida em que a maior parte dos estudos foi realizada naquele país, caracteriza-se por um contexto de vulnerabilidade de massa pós-proteções sociais, associado a elevados índices de desemprego” (ESCOREL, 2000, p. 146).

Em Presidente Prudente (SP), devido ao caráter eleiçoeiro da assistência no Brasil, esse patamar de vulnerabilidade apresenta-se como um liame cuja exacerbação, ou não, está ligada à resposta dada pela ação assistencial. O CARTOGRAMA 1, mostra a relação entre a localização das áreas com maior probabilidade de vulnerabilidade – áreas de média e alta exclusão (SPOSITO, E., 2000b), com as áreas de localização das residências das pessoas atendidas por entidades de iniciativa não governamental. Podemos observar que a vulnerabilidade é bastante *combatida* pela ação assistencial no caso desta cidade. Considerando que diversos programas de assistência são implementados no âmbito Federal e Estadual, pensamos que não será difícil encontrar em outras cidades, do porte da cidade pesquisada, aspectos semelhantes quanto a resposta dada pela ação assistencial à vulnerabilidade.

Em Presidente Prudente (SP), encontramos pessoas inseridas como camelôs, catadores de papel, população de rua, prostitutas, entre outras inserções precárias. Propomos abordar algumas destas inserções precárias como indícios do processo de *involução logística*, por serem caracteristicamente flexíveis, provisórias ou adaptativas, além de algumas apresentarem grande potencial criativo.

Encontramos assim, alguns trabalhos que discutem estas inserções precárias na cidade, como os de Rangel (1996), Gonçalves (2000) e Ikuta (2002), além de outros que mostram projetos de iniciativa governamental (ver tabelas 7 e 8). Contudo, não encontramos, nestas pesquisas, informações relativas à entidades assistenciais de iniciativa não governamental ou que mantivessem atendimento específico para a população de rua, daí nos dispormos a coletar



CARTOGRAMA 1 - Presidente Prudente (SP): Relação entre as áreas atendidas por entidades assistenciais de iniciativa não governamental (2001), com as áreas de alta e média exclusão (2000)

informações por meio de pesquisa, a qual revelou um quadro sintomático da ação assistencial na cidade.

O ANEXO D mostra os dados gerais das entidades de iniciativa não governamental pesquisadas. A opção por estas entidades levou em consideração critérios relativos a diversidade de atendimento, a demanda existente na cidade e a possibilidade de acesso. Foi buscando delimitar um campo de análise nesta temática que optamos por analisar as relações sócioespaciais estabelecidas entre o processo de institucionalização – implementado pelo Estado – e suas conseqüências, tanto na manutenção da dominação – gerando uma população de assistidos – quanto no surgimento de um sentido novo nas ações sociais – gerando possíveis contra-poderes.

Institucionalizar, como referimos aqui tem o sentido do processo em que o Estado passa a dirigir e dominar ações que surjam como fruto da sociedade civil organizadas fora do âmbito governamental para combater problemas que o Estado não se propõe a combater diretamente: “Uma vez instrumento do Estado, a instituição se enrijece. ‘É assim que as instituições se opõem à mudança, sobretudo aquela que viria – ‘de baixo’ (...). O bloqueio institucional é o resultado normal da institucionalização” (KOSMINSKI; ANDRADE, 1996, p. 66).

No entanto, é possível apreender processos de estabelecimento de solidariedade que permeiam a sociedade os quais surgem, justamente, contrariando o processo de dominação estabelecido e guardando potencialidades de transformações. Também podem surgir processos idênticos ao de solidariedade, mas que se mostram dissimulados ao serem analisados profundamente.

As entidades envolvem um sem número de pessoas entre doadores, colaboradores, voluntários, funcionários e estagiários, constituindo paralelamente a uma clara

forma de dedicar-se ao *outro*, um *modo de vida assistencial*. As ações solidárias passam do patamar do auxílio pontual e involuntário ao do auxílio abrangente e voluntário. Além de que outros tipos de assistência passam a figurar do mesmo modo que aqueles que tem fins rentáveis ou simbólicos. Dessa forma, entre os vários tipos de atendimentos realizados por entidades, propomos a seguinte classificação, segundo o eixo econômico:

Atendimento solidário: com iniciativa da sociedade civil – religiosa ou não – atende as *necessidades sociais* ora existentes enquanto latentes, ora enquanto manifestas. Neste, podem ser estabelecidas: regras de convivência - padrões a serem seguidos no espaço de atendimento; e regras limitadoras – padrões que são impostos para além do espaço de atendimento e monitorados, vinculando-se o atendimento ao cumprimento de tais padrões. Estas normas, muitas vezes, se tornam inviáveis para o morador de rua.

Atendimento rentável: buscando benefícios econômicos ou políticos implícitos, alguns grupos da sociedade civil podem organizar-se acerca de atividades que envolvam *ação/retribuição*. As regras são idênticas ao item anterior. A rentabilidade também pode estar implícita em abatimentos de imposto de renda ou em isenção de encargos trabalhistas.

Segundo o jornal O Imparcial (2001, 17 maio, p. 3A), mais de 80 entidades assistenciais universitárias perderam o título de filantropia por não darem contra prestação dos benefícios recebidos por meio do atendimento assistencial. Outro caso que o jornal destaca é a prisão de um homem acusado de criar uma Organização Não Governamental (ONG) para praticar estelionato (2001, 24 maio, p. 4B). Estes são casos extremos porém, permitem-nos considerar a existência neste meio, de vários graus de busca por rentabilidade, lícita ou não.

Atendimento com fins simbólicos: são implementados para construir uma representação positiva dos patrocinadores do atendimento e o atendimento não ultrapassa o grau de satisfação da construção simbólica, pois poderia tornar-se ameaçador ao sistema.

Estimamos existir aproximadamente 80 entidades assistenciais de iniciativa não governamental atuando em Presidente Prudente. Propomos existir uma demanda potencial latente e uma demanda potencial manifesta em relação a esse atendimento assistencial. O lugar da demanda pode ser considerado em relação direta ao lugar do atendimento enquanto:

Demanda potencial latente: está disposta em quase toda a cidade e possibilita o surgimento de inúmeros tipos de entidades. Embora esta não esteja sendo atendida, basta surgir uma entidade que a demanda se cristaliza em atendidos.

Demanda potencial manifesta: esta quase que exige uma entidade devido as circunstâncias sócio-econômicas do lugar, do vivido e da saúde em que se encontra o necessitado, e deste requerer um atendimento emergencial ou já ser uma demanda cujas lutas anteriores conquistaram um certo espaço de atendimento. Toda vez que ocorrem novas demandas, essas são quase que prontamente atendidas.

A exceção, ação assistencial, se torna a regra, assistencialismo, quando se fomentam investimentos que não tragam no seu bojo propostas de participação comunitária e formação social que incentivem a transmissão de saberes de vários setores da sociedade, como da política, das associações, dos centros sociais e de atividades públicas em geral, fazendo com que a pessoa não visualize a dimensão social em que está contextualizada e assim aceite a exceção como regra.

Das 46 entidades diretamente pesquisadas na cidade, 30 apresentaram algum índice de atendimento à pessoas de outros municípios, mostrando que a assistência de iniciativa não governamental ultrapassa os limites do município e influencia no enfrentamento da vulnerabilidade em municípios próximos. Os atendimentos relacionados à saúde são os que mais incorporam pessoas de outros municípios (ANEXO D).

O atendimento proporcionado pelas entidades pesquisadas, além de assistir 4.928 famílias – considerando que nos atendimentos individuais a família como um todo é beneficiada – incorpora aproximadamente 2.033 assistentes enquanto funcionários, voluntários e estagiários. Este grande número de assistidos e assistentes pertencentes a uma parte das entidades assistenciais revela a amplitude da ação assistencial na cidade de Presidente Prudente (SP) que, de acordo com o Censo (2000), possui aproximadamente 189.000 habitantes.

Os atendimentos foram classificados em relação a alimentação, abrigo, saúde e cursos. Já o direcionamento específico classificado como à família, à pessoas com dificuldades físicas ou mentais, à pessoas dependentes do uso de drogas, às crianças, à adolescentes e jovens, à idosos e diversos. Destes atendimentos, nenhum se direcionava diretamente a moradores de rua no ano da pesquisa (2001), inclusive os que ofereciam cursos, pois não possuem sequer, as mínimas condições para freqüentá-los.

Entre as entidades que atendiam à população de rua, embora não direcionassem especificamente seu atendimento à mesma, destacamos as relacionadas no Quadro 1.

Em Junho de 2002 foi inaugurada nesta cidade a Colônia Santa Clara de Assis, pertencente ao Centro Social Santa Rita de Cássia (ANEXO D), voltada exclusivamente ao acolhimento de moradores de rua. Localizada no Bairro Brasil Novo, ela atendeu inicialmente quatro pessoas. Em outubro de 2002 atinge o número de vinte e quatro pessoas, reduzido para dezenove em janeiro de 2003 e para treze em fevereiro do mesmo ano. Nesse período, apenas um dos moradores, que ainda permanece, chegou a sair e voltar para a colônia após três meses. A média de idade das treze pessoas é de 42,3 anos, todas do sexo masculino. Nove deles disseram ser originários da região de Presidente Prudente (SP), sendo cinco da cidade de Presidente Prudente. Outros quatro disseram ser de outras regiões, porém, todos do Estado de São Paulo.

Quadro 1 – Relação das entidades de iniciativa não governamental que mantiveram algum tipo de relacionamento com a população de rua, embora o direcionamento do atendimento não fosse específico para esse segmento da população

Entidade	Tipo de relacionamento
Associação Educacional Beneficente Casa da Oração	Chegou a assistir uma pessoa que morava nas ruas e a encaminhou para um abrigo
Associação Prudentina para Prevenção dos Vícios e Recuperação de Vidas – Esquadrão da Vida	Internou um dos colaboradores entrevistados
Centro Comunitário Santa Luzia	Entregava alimentos nas madrugadas (cessou a entrega alegando ser perigoso)
Centro de Recuperação Projeto Vida	Internou um dos colaboradores entrevistados
Centro Social Fraternidade São Damião	Entregava alimentos nas madrugadas
Centro Social São Sebastião	Entregava alimentos nas madrugadas
Congregação das Irmãzinhas dos Anciãos Desamparados Lar São Rafael	Além de já ter acolhido uma pessoa que morava nas ruas, por certo período (parece ter causado alguns problemas), também fornecia alimentos para um dos grupos que dormia próximo dali
Grupo de Auxílio Virgílio Reis	Fornecia alimentos no período da tarde para diversas pessoas, inclusive as que se encontravam nas ruas (sua localização estratégica – avenida Brasil, próximo à Rodoviária – facilitava o acesso)
Hospital Psiquiátrico Alan Kardec	Internou um dos colaboradores entrevistados
Legião da Boa Vontade	Atendia um dos colaboradores entrevistados, o qual veio a falecer no primeiro semestre de 2002
Serviço de Obras Sociais	Acolheu duas crianças que se encontravam nas ruas
Sociedade Civil Lar Santa Filomena	Acolheu os filhos de pessoas que estavam morando nas ruas
Sociedade São Vicente de Paulo	Um dos grupos fornece alimentos nas madrugadas

Pesquisa e organização dos dados: Luciano Antonio Furini, 2001

A Colônia ocupa 2,5 alqueires, sendo composta de: a) uma edificação, contendo duas salas, cozinha, um quarto, um escritório, um banheiro e um apartamento, b) uma horta, c) um curral, d) um pomar, e) uma capela e f) um galinheiro. Ela mantém os portões abertos e apenas dois funcionários cuidam de tudo, o que indica o grau de participação dos moradores nas atividades. Uma psicóloga, um professor e um médico prestam serviços para a entidade.

Seu cotidiano é permeado por inúmeras regras e horários determinados. São providenciados documentos e incentivado o contato com os parentes. Os grupos que entregam alimentos nas madrugadas normalmente conduzem as pessoas para a colônia, distante do centro.

Na Colônia Santa Clara foram entrevistadas duas pessoas. Ambas chegaram a morar nas ruas por um longo período: Carlos, nas ruas há cinco anos e José Araujo, nas ruas há treze anos. Destes, apenas José Araújo já havia sido entrevistado por nós quando das vinte e cinco entrevistas realizadas nas ruas, em janeiro de 2002.

Carlos contou ser *filho de mãe solteira*, separado da mulher e viver nas ruas por desgosto. Ele chegou na colônia em julho de 2002 e parece estar bastante entusiasmado com a nova vida que leva. Destacou *o carinho, o amor e a parte espiritual* como motivos fundamentais da sua satisfação. De acordo com nossa interpretação, tal motivação aponta para a importância da dimensão dos laços sociais, o que também justificaria a não valorização da alimentação e do abrigo.

Carlos também revelou estar enfrentando dificuldades no processo de abandono do álcool. Ele estabeleceu contato com os parentes, por meio de cartas – como receberia uma carta nas ruas? – e está providenciando seus documentos. Atualmente é funcionário da colônia e está participando da distribuição de alimentos nas madrugadas com o mesmo grupo que o ajudou.

Já José Araújo pareceu-nos mais *dissonante* com o vivido na colônia. Também disse estar nas ruas desde que se separou da mulher e também chegou na colônia em julho de 2002. Declarou estar gostando do sossego, do bom trato, da roupa lavada, da comida e que “ali não xingam ninguém”. Contudo, falou de suas dificuldades na convivência e em relação às normas. Segundo sua opinião, a colônia serve para recuperar, mas “vai chegando um momento que você tem que buscar sua vida lá fora”. Disse também que não está bebendo mais e que já saiu sozinho, com dinheiro e não bebeu. Ficou evidente que pretende construir algo próprio para si,

que a colônia não pode oferecer, mas parece estimular. No entanto, segundo Natalino, o coordenador da entidade, não existe um projeto específico de inserção social pós-colônia no mercado de trabalho para os atendidos.

O coordenador revelou que o objetivo é a reintegração na sociedade porém, que a pessoa, por si só, busque o caminho com o respaldo da entidade. Ele também destacou que o incentivo ao contato com parentes e à obtenção de documentos fazem parte do apoio na busca da auto-estima, além de frisar que, embora o prazo de permanência seja nove meses, eles não pretendem dispensar as pessoas quando do seu término. Essas afirmações podem ser analisadas de duas maneiras: a entidade realiza uma ação libertadora e funciona como um *trampolim* para a saída das ruas, buscando não tutelar o atendido por longo período, evitando o vício assistencial; ou a mesma apenas retira as pessoas das ruas, principalmente aqueles que se adequarem às regras da entidade, não tendo um referencial específico para a atuação assistencial.

Relevante, nos dois casos, foi o fato de citarem o termo *portas* para se referirem a possibilidades futuras. Carlos fez uma comparação entre o momento atual que vive e um seriado de televisão antigo, no qual um agente secreto passava por diversas portas que se abriam automaticamente até que ele chegasse ao seu destino. José Araújo disse esperar que se abra uma porta para ele, porque não vai ficar ali muito tempo. Parecem estar se aproximando das portas fechadas pelas *chaves excludentes*, contudo, ainda não vislumbram claramente se a chave *Colônia Santa Clara de Assis* será capaz de abri-las.

Retomando a discussão acerca da atuação das entidades assistenciais em Presidente Prudente, elaboramos o CARTOGRAMA 2 que mostra as áreas urbanas por elas atendidas. As informações revelam a quantidade de atendimentos por setores censitários referentes ao ANEXO D e relativos aos atendidos que residem na cidade.



CARTOGRAMA 2 - Presidente Prudente (SP): Áreas atendidas por entidades assistenciais de iniciativa não governamental

Fato relevante ocorre no Jardim Morada do Sol, onde um setor censitário aparece com 361 ocorrências de atendimento, sendo que neste setor atuam 15 entidades. Esse bairro é resultado de um processo de desfavelamento ocorrido na cidade e recebe tanto atendimento relativo à *demanda potencial latente* como do relativo à *demanda potencial manifesta*. Embora a quantidade possa não significar qualidade, uma organização mínima dessas entidades poderia contribuir para melhorar a distribuição de recursos na cidade.

Pensamos ser importante uma organização do atendimento, por parte das entidades, que não leve em consideração a quantidade de cestas básicas distribuídas ou serviços prestados às pessoas, mas sim que seja de tal forma articulada e de tal maneira organizada que possa desagregar méritos paternalistas e agregar suporte social participativo. Aldaíza Sposati, ao participar do Primeiro Seminário Nacional sobre População de Rua, realizado em São Paulo (SP), de 3 a 5 de Junho de 1992, enfatizou que: “o que está em questão é ter realmente uma assistência social não tutelar, não paternalista, numa direção democrática, para fortalecer a autonomia” (ROSA, 1995, p. 162). Esse esclarecimento é primordial quando se discute essa questão, para que não se deturpem os sentidos.

Assim, uma coisa é a prática assistencial como aí está, outra é a prática assistencial gerida com o máximo de imparcialidade e que não coloque nos ombros do atendido mais um peso a ser carregado: o do dependente do favor. No entanto, o atendimento assistencial deveria ser visto como um mecanismo eventual de auxílio a pessoas atingidas por situações imprevistas. Nesse sentido, a organização geral do atendimento, inclusive o não governamental, deve ser priorizada, visto que a demanda por atendimento do tipo ação assistencial, ao nosso ver, não é facilmente passível de extinção, dadas as inesperadas situações sociais que podem surgir por descuido ou manipulações, além da reprodução da assistência que forma uma estrutura própria. Outro cuidado ainda necessário é a atenção a ambigüidade entre ação assistencial e

direito social: “Ora, enquanto a assistência for uma ação para o pobre, não é direito, é esmola.” (SCHONS, 1999, p. 194).

O atendimento possui 3 características básicas quanto a sua manutenção e origem dos recursos: recursos provindos do governo, Municipal, Estadual ou Federal; recursos provindos da sociedade civil, por meio de relações mercantis; recursos provindos da sociedade civil – religiosa ou não – por meio de arrecadações/doações ou dos próprios atendidos. Em algumas entidades, as três características se misturam com intensidades diferentes e os recursos obtidos são administrados por voluntários ou funcionários.

No ano de 2002, o repasse entre verbas federais e estaduais para as entidades não governamentais da cidade, por meio da Prefeitura Municipal, chegou a R\$ 477.319,55. Não é difícil notar que as entidades com maior organização e condições de lutar para reivindicar são as que ficam com a maior parte dos recursos. Dessa forma, os recursos são distribuídos de acordo com o nível de organização da sociedade civil e em função de relações políticas, deixando aqueles grupos, que não possuem certa organização ou quem *lute* por eles, sem uma *resposta* coerente.

Nos meses de maio e junho de 2001 pudemos acompanhar, pelo jornal O Imparcial, o debate que a ampliação do número de pessoas do *Conselho Municipal de Assistência Social* suscitou. O prefeito da cidade, Agripino de Oliveira Lima, foi acusado pela oposição de instigar a alteração para beneficiar uma universidade que o mesmo possuía. O Ministério Público entrou com uma ação civil para que fosse declarada inconstitucional a lei que altera a composição do conselho.

Este episódio demonstra que mesmo uma das expressões da participação democrática, qual seja, o *Conselho Municipal de Assistência Social*, pode ser transformado em objeto de manipulação da oligarquia local, deixando evidente que as *conquistas* da classe

trabalhadora formam uma estrutura que é atacada, pela outorga da ação estatal e por grupos de interesse. As conquistas – em direção a participação ampla nos benefícios – permanecerão ou serão aperfeiçoadas se seus promotores agirem também quando estas forem ameaçadas.

Tabela 7 – Valores repassados pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo, por meio da Prefeitura de Presidente Prudente, às entidades e projetos assistenciais em 2002

Executora	vagas	% em relação ao total geral	valor total referente em R\$
Associação Atenção ao Idoso Vila da Fraternidade	15	1,22	10.800,00
Associação de Desenvolvimento de Crianças Limitadas Lumen Et Fides	60	4,48	39.600,00
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)	106	7,92	69.960,00
Associação de Peregrinação do Rosário	60	3,17	28.000,00
Associação Educacional Beneficente Casa da Oração – 1	50	0,51	4.500,00
Associação Educacional Beneficente Casa da Oração – 2	10	1,56	13.800,00
Casa do Pequeno Trabalhador	100	1,01	9.000,00
Congregação das Irmãs das Irmãs dos Anciãos Desamparados Lar São Rafael	32	2,61	23.040,00
Fundação Gabriel de Campos	24	0,24	2.160,00
Grupo União Grupo Ambiental das Pessoas Portadoras de Deficiência	14	1,04	9.240,00
Núcleo TTERE de Trabalho – Realização – (projeto 1)	53	3,96	34.980,00
Núcleo TTERE de Trabalho – Realização – (projeto 2)	60	3,17	28.000,00
Prefeitura Municipal – Centro de Convivência	50	4,75	42.000,00
Prefeitura Municipal – Criança e Adolescente	691	7,04	62.190,00
Prefeitura Municipal – Criança e Adolescente	525	16,06	141.750,00
Prefeitura Municipal – Deficiente Físico	64	0,13	1.152,00
Prefeitura Municipal – Fortalecimento à Família	120	3,67	32.400,00
Prefeitura Municipal – Idoso	174	0,35	3.132,00
Prefeitura Municipal – Migrante / População De Rua	58	8,28	73.080,00
Prefeitura Municipal – Renda Cidadã	120	9,79	86.400,00
Serviço de Obras Sociais (SOS) – (projeto 1)	100	1,01	9.000,00
Serviço de Obras Sociais (SOS) – (projeto 2)	25	0,76	6.750,00
Sociedade Civil Beneficente – Lar Santa Filomena – (projeto 1)	60	5,43	48.000,00
Sociedade Civil Beneficente – Lar Santa Filomena – (projeto 2)	25	3,90	34.500,00
Sociedade Civil Lar dos Meninos – Creche São Vicente Palotti	50	7,82	69.000,00
Total repassado para entidades não governamentais	844	49,90	440.330,00
Total repassado para entidades ou projetos governamentais	1.802	50,10	442.104,00
Total geral	2.646	100,00	882.434,00

FONTE: Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo. Pesquisa e organização dos dados: Luciano Antonio Furini, 2002.

Considerando as disputas existentes entre algumas entidades para angariarem as maiores fatias do orçamento destinado à assistência social, percebemos uma certa *politização do favor* sendo fomentadas quando os grupos de interesse agem.

O repasse feito pelo Estado, de aproximadamente 50% do total de recursos destinados à assistência social para as entidades de iniciativa não governamental, revela o grau de institucionalização a que estão sujeitas, paralelamente ao grau de *auxílio* que recebem.

Tabela 8 – Valores repassados pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, por meio da Prefeitura Municipal de Presidente Prudente (SP), às entidades e projetos assistenciais em 2002

Executora	Vagas	% em relação ao total geral	Valor total referente em R\$
Ação Social Educacional Creche Walter Figueiredo	145	6,25	2.467,90
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)	190	21,66	8.550,00
Associação de Atenção ao Idoso Vila da Fraternidade	15	2,31	912,75
Associação de Desenvolvimento de Crianças Limitadas Lumen Et Fides	60	6,84	2.700,00
Associação Educacional Beneficente Casa da Oração	10	0,88	350,00
Associação de Peregrinação do Rosário	23	2,62	1.035,00
Associação Filantrópica de Proteção aos Cegos	32	3,64	1.440,00
Congregação das Irmãzinhas dos Anciãos Desamparados Lar São Rafael	32	4,93	1.947,20
Creche Mei Mei	127	5,47	2.161,54
Creche Professora Clotilde Veiga de Barros	164	7,07	2.791,28
Grupo União Núcleo Ambiental das Pessoas Portadoras de Deficiência	27	3,07	1.215,00
Núcleo TTERE de Trabalho – Realização	62	7,06	2.790,00
Prefeitura Municipal – Crianças	140	3,54	1.400,00
Prefeitura Municipal – Idosos	50	2,73	1.081,00
Sociedade Civil Lar dos Meninos (LADOME) – (projeto 1)	40	3,54	1.400,00
Sociedade Civil Lar dos Meninos (LADOME) – (projeto 2)	154	6,64	2.621,08
Sociedade Civil Lar dos Meninos (LADOME) – (projeto 3)	100	2,53	1.000,00
Sociedade Civil Beneficente Creche Anita Ferreira Braga de Oliveira	140	6,03	2.382,80
Sociedade Civil Beneficente Lar Santa Filomena	55	3,10	1.225,00
Total repassado para entidades não governamentais	1.376	93,71	36.989,55
Total repassado para entidades ou projetos governamentais	190	6,29	2.481,00
Total geral	1.566	100,00	39.470,55

FONTE: Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo.
Pesquisa e Organização dos dados: Luciano Antonio Furini, 2002.

Outras entidades não governamentais ligadas à área da saúde também recebem recursos estaduais e federais porém por canais ligados ao Ministério da Saúde: Hospital Bezerra de Menezes, Hospital São João e Hospital Alan Kardec.

Dois hospitais muito citados pelos moradores de rua por nós entrevistados, como locais de freqüente internação, recusaram-se a disponibilizar informações para essa pesquisa. Porém, conseguimos ter contato com algumas informações relativas à internações nessas duas entidades quando tivemos acesso aos prontuários do Ambulatório Regional de Saúde Mental do Estado de São Paulo.

Pensamos que a falta de transparência desses hospitais possa ter relações com o processo de desinstitucionalização e com o que Snow e Anderson (1998) chamam de fenômeno *porta giratória*², no qual instituições recebem e devolvem para as ruas as pessoas que as procuram, sem aprofundarem-se nos problemas que enfrentam tais pessoas.

No levantamento de dados que realizamos junto ao Ambulatório Regional de Saúde Mental, encontramos registros relativos a sete pessoas que, segundo funcionários do órgão, não têm residência fixa, sendo que três eram relativos a prontuários (com históricos de atendimento) e quatro eram de atendimentos específicos (sem histórico de atendimento). Um dos prontuários nos chamou a atenção por registrar aproximadamente 90 passagens pelo ambulatório e 6 referências relativas aos Hospitais Bezerra de Menezes e São João. Esta pessoa chegava a solicitar ser internado: “no hospital tem comida e roupa!” (PRONTUÁRIO 32.738), declarava o atendido.

² Snow e Anderson (1998, p. 151), mostram em relação a pesquisa que realizaram em Austin (Texas): “um padrão semelhante, de curta duração e ao estilo porta giratória, fica evidente na relação entre os moradores de rua e o sistema hospitalar psiquiátrico estadual e os centros de saúde mental locais. Esse padrão se deve em grande parte à orientação ambulatorial do centro local de recepção, mas também vem à tona ao se inspecionar a duração e freqüência da internação dos moradores de rua no sistema hospitalar estadual”.

Não realizamos uma pesquisa específica com entidades governamentais, porém, por meio do Ambulatório Regional de Saúde Mental e da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do Estado (Regional Presidente Prudente), pudemos vislumbrar parte da ação governamental. Além disso já existem algumas pesquisas relacionadas a alguns projetos de assistência que ocorreram na cidade, como o Programa de Renda Mínima e a órgãos públicos, como o Centro de Referência ao Migrante e a População de Rua. Desta maneira, buscamos informações relativas ao universo da assistência de iniciativa governamental, de forma indireta.

O Centro de Referência ao Migrante e a População de Rua (antiga Casa de Passagem) foi uma entidade governamental que visitamos e à qual Rangel (1996) dedicou sua dissertação de mestrado defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo. Esta entidade possuía, em agosto de 2001, 16 funcionários e 14 voluntários e uma média diária de 40 pessoas atendidas. Três aspectos nos parecem relevantes em relação a esta entidade governamental, em primeiro lugar o fato de seu atendimento limitar-se a apenas três dias de duração, com mínimas possibilidades de repetição; em segundo lugar, o fato de estar localizada longe da área central – e, conseqüentemente, longe dos lugares mais freqüentados pela população de rua; e em terceiro lugar, o fato de não receber pessoas da cidade de Presidente Prudente (SP). Vários moradores de rua, ao serem indagados, relataram ter passado pela mesma e se referiram a esta passagem como uma experiência volátil e episódica. Dadas as limitações e os direcionamentos de tal atendimento, fica claro que não existe, na cidade, um atendimento governamental diretamente direcionado à população de rua.

Buscamos mostrar neste item a relação de enfrentamento entre vulnerabilidade e ação assistencial, além de parte do processo de institucionalização existente nesta relação. Pudemos perceber que as ações das entidades assistenciais de iniciativa não governamental são mais *contínuas* que as governamentais devido a sua menor suscetibilidade às trocas de posições

políticas. Não é difícil encontrarmos projetos governamentais suspensos por terem sido fomentados por outra equipe política.

A ligação entre entidades e políticas públicas é direta e guarda sentidos antagônicos. Ao mesmo tempo que propicia articulação, esta ligação pode gerar entraves, uma vez que as políticas públicas implantadas podem possuir projetos que conflitem com o direcionamento do atendimento, por vezes antiquados das entidades, no que tange as formas de atuação. Contudo, o oposto também pode ocorrer. Logo, o tempo de existência das entidades, por si só, acaba por questionar novas políticas e pode desarticulá-las. Mesmo considerando que, embora a entidade já atenda a muito tempo, isso não revela quase nada sobre o direcionamento do atendimento, e se seu resultado é alienante ou não.

Se a ação assistencial surge como uma espécie de caminho para o bem estar social, o que, então, *pode* haver de prejudicial nas ações e organizações que levam a promessa da assistência? Pode-se dizer que três fatores são perturbadores no que tange a organização e relações da ação assistencial: primeiro, o possível *caráter anestésico* das ações implementadas por entidades, caso venham a inibir possíveis reivindicações e organizações políticas que poderiam surgir espontaneamente; segundo, *sua dinâmica eventual*, nem todos os atingidos pelos processos sociais excludentes são beneficiados igualmente; e terceiro, uma possível *dívida implícita* dos atendidos, se o atendimento for usado como elemento de troca e, neste caso, um critério de impessoalidade na escolha dos atendidos ajudaria a minimizar tal dívida.

O que há então de benéfico para a sociedade ao manter ações assistenciais? Um dos principais aspectos positivos destas ações pode ser o contato entre diferentes. Permite uma proximidade, mesmo que com algumas atitudes a serem reelaboradas. Um segundo aspecto é a possibilidade de instigar a criatividade e conseqüentemente novas formas de organizar-se que não seja gerenciada pela lógica econômica. Um terceiro aspecto é funcionar como um *trampolim*

(possível caso da Colônia Santa Clara de Assis), impulsionando o atendido para âmbitos passíveis de restituição dos laços sociais. Tais ações devem ter por princípio a liberdade, a cooperação e a espontaneidade. Contudo, somente a passagem da assistência para a justiça social estabelecerá a inserção social como objetivo.

Pensamos que é justamente o resultado do atrito entre forças sociais *não cooptadas pelo Estado* com as forças sociais *instituídas pelo Estado*, que revela a dimensão de organização da sociedade e sugere uma classificação da intensidade da democracia. Não se pode perder de vista, no entanto, que tanto o Estado como a sociedade civil podem ter suas fontes de poder alteradas por movimentos sociais manipulados ou não por dominantes ou guardiões do Estado e que a sociedade civil também é intrínseca ao Estado.

Essas observações são relevantes para a elaboração de leis e de políticas públicas, pois as entidades que não são edificadas sobre bases democráticas participativas não resistirão às conquistas populares e abandonarão seu trabalho ao invés de adaptá-lo às novas dimensões da luta.

A contradição, própria do lugar da entidade, revela que na (re)produção social do espaço urbano, o *lugar da entidade* é produto da demanda e do grau de civilidade, produzindo um atendimento e um grau de semelhança social. Como produzido e produtor, revela o espaço do contato no qual a institucionalização da ajuda busca superpor a solidariedade e é também concebido como estigmatizante e estigmatizado, ao gerar relações baseadas em (im)posturas e ao ser tido como *locus* do assistencialismo. Podemos dizer que o processo de institucionalização pode ser desarmado ao se valorizar o trabalho de entidades indispostas a aceitar a normatização acoplada aos recursos recebidos. Buscando abranger ao máximo a amplitude da ação assistencial, uma das fontes utilizadas para analisar a atuação das entidades assistenciais em Presidente Prudente foi a imprensa escrita.

2.2 A ação assistencial no jornal

A redação do jornal O Imparcial está localizada na cidade de Presidente Prudente (SP). Com sua tiragem diária aproximada de 12 mil exemplares, distribuída por 48 municípios da região, pensamos que ele influencia na geração de representações sociais e pode, assim, influenciar em questões políticas, embora sabendo que essa influência é incomparavelmente menor que aquela exercida pela televisão. Pesquisamos neste jornal o período de janeiro a junho de 2001, como uma pequena amostragem da atuação da imprensa escrita enquanto sujeito histórico coletivo, que simultaneamente reflete e influencia a realidade na qual está inserida.

Dentro dessa perspectiva, buscamos, por meio da análise de conteúdo, realizar uma análise temática, na qual os artigos que se referiam à população de rua ou às entidades assistenciais foram selecionados: “a análise de conteúdo refere-se a qualquer técnica para fazer inferências através da identificação sistemática e objetiva de características de mensagens” (HOLSTI apud JOVCHELOVITCH, 2000, p. 219).

As matérias referentes às entidades assistenciais que mais aparecem no jornal são as relativas a entidades que atendem a demanda potencial manifesta. Algumas entidades estão constantemente em destaque, o que aponta para a capacidade de segmentos da elite local de divulgar sua ação assistencial e, inclusive, de sugerir (ou impor) padrões de assistência.

Contrapondo a inexpressiva quantidade de matérias referentes à população de rua da cidade (somente uma e de forma indireta) com a alta ocorrência de matérias relativas a assistência, percebemos que a ação assistencial no jornal pode ter, além da função de arrecadação e convocação, a função de exaltar a *bondade* de tal elite. Esta relação assistencial baseada no

realce da bondade do possuidor em relação ao *despossuido* não gera relações solidárias, mas agrava a distância entre as classes.

Tabela 9 – Quantidade de matérias que se referem às entidades assistenciais de iniciativa não governamental pesquisadas, jornal O Imparcial, período: janeiro a junho de 2001

Entidades	quantidade de matérias
Ação Familiar do Brasil	01
Associação Atendimento ao Idoso Vila da Fraternidade	02
Associação Civil Beneficente Lar Santa Filomena	01
Associação de Desenvolvimento de Crianças Limitadas Lumen Et Fides	05
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)	12
Associação de Peregrinação do Rosário	03
Associação Educacional Casa da Oração	01
Associação Filantrópica de Proteção aos Cegos	08
Associação Prudentina de Prevenção a AIDS (APPA)	03
Associação Prudentina para Prevenção dos Vícios e Recuperação de Vidas Esquadra da Vida	04
Casa da Amizade	02
Casa da Sopa Francisco de Assis	02
Casa do Pequeno Trabalhador	01
Comissão em Prol da Construção do Hospital do Câncer	11
Congregação das Irmãs das Anciãs Desamparados Lar São Rafael	03
Fundação Gabriel de Campos	02
Fundação Mirim de Desenvolvimento Social, Educacional e Profissional do Adolescente – Presidente Prudente	03
Hospital Psiquiátrico Allan Kardec	04
Legião da Boa Vontade (LBV)	20
Lions Club de Presidente Prudente	23
Núcleo TTERE de Trabalho – Realização	11
Serviço de Obras Sociais (SOS)	07
Sociedade Civil Lar dos Meninos	05
Sociedade de São Vicente de Paulo	04
Total	138

FONTE: Jornal O Imparcial.

Pesquisa e organização dos dados: Luciano Antonio Furini, 2002

A ação assistencial não deve gerar um modo de vida que mostra a cada um seu *lugar* na sociedade, ela deve ser apenas um mecanismo disponível para solucionar problemas eventuais. O cuidado deve ser para que o eventual não se torne o corriqueiro e assim, deve-se direcionar a luta no sentido de a ação assistencial não ser mero reflexo da organização social que aí está e sim conter elementos que possam transformar essa organização.

Três hipóteses podem ajudar a explicar a inexpressiva quantidade de matérias relativas à população de rua: a primeira seria que, para o jornal, ela não existe, estaria encoberta sob inúmeras representações; a segunda seria que para o jornal, não se trata de tema relevante, talvez por sua banalização e a terceira seria que, para o jornal, sua existência depõe contra a imagem da cidade, portanto, deve ser encoberta.

Tabela 10 – Entidades e projetos mencionados que não foram diretamente pesquisados no trabalho, jornal O Imparcial, período: janeiro a junho de 2001

Termo	Quantidade de menções
Amigos da Escola	01
Anjos da Noite	01
Associação da Igreja Metodista	01
Campanha Natal sem Fome	01
Central de Voluntários em Ação	22
Creche Anita Ferreira Braga	01
Creche Clotilde Figueiredo	01
Creche Clotilde Veiga de Barros	01
Fundo Social de Solidariedade	08
GEPAC	01
Grupo Esperança	01
Grupo Mais Mulher 2000	01
Hospital Bezerra de Menezes	02
Projeto Criança Cidadã	01
Rede Alimento Prudente	01
Rotary Club	Coluna constante

FONTE: Jornal O Imparcial
Pesquisa e organização dos dados: Luciano Antonio Furini, 2002

Esta pesquisa coincidiu com o ano internacional do voluntariado. A Central de Voluntários em Ação (CVA) foi bastante divulgada pelo jornal, buscando incentivar o voluntariado na cidade³.

Uma reportagem significativa sobre representações da população de rua, mesmo que não se refira a ela diretamente, foi publicada pelo jornal O Imparcial durante o mês de fevereiro de 2001. O tema era a possível implantação de uma sede da Polícia Militar ao lado da rodoviária da cidade, destacando que essa medida “poderia possibilitar uma melhor observação das pessoas que chegam de outras cidades e ficam alojadas nas proximidades do terminal, analisando praticar crimes”. E prossegue referindo-se a moradores que “reclamaram da presença de homossexuais, marginais e prostitutas no local” (2001, 16 fev. p. 4B). Como o local a que se refere esta matéria é freqüentado por moradores de rua, podemos concluir que, enquadrados nos três rótulos acima, eles ficam a mercê da atitude que a incorporação de tais representações pela sociedade vai gerar, criando um maior distanciamento.

O lugar da população de rua se mostra residual e sobre ele é lançado o estigma, pois lançar sobre ele a visão solidária poderia implicar uma mudança estrutural no modo de organização social. Mas tal mudança seria incompatível com a lógica capitalista.

O jornal, enquanto um mediador público, que surge para *prestar contas*, o faz de acordo a organização social vigente. Por ser um instrumento de poder, grande parte das matérias são padrões normatizadores e buscam justificar o poder na ação assistencial. O jornal revela parte deste poder e dessa justificativa ao tratar como solidariedade a prática assistencialista, chegando a endossar as políticas do Estado que visam apenas atenuar os processos sociais excludentes e as inserções precárias.

³ Em 66 matérias do jornal O Imparcial encontramos referências ao voluntariado.

Uma *charge* publicada no jornal, bem ilustra o caráter interesseiro que pode permear, não só no jornal mas em toda a sociedade a participação em atividades assistenciais. A postura crítica do jornal, apresentada de forma bem humorada e acessível tem que ser reconhecida.



Fonte: Jornal O Imparcial, 27 de janeiro de 2001, p. 2A.

Outra matéria, do jornal O Imparcial, intitulada *O pobre e o rico*, destaca a seguinte frase: “na minha porta ninguém morre de fome” (2001, 23 fev. p. 3A). Esta frase vai fechar uma história publicada, na qual um homem rico retira da frente de sua casa uma pessoa que pedia comida e estava prestes a desmaiar. Esta também revela a representação que se tem da solidariedade e de seus limites.

É em meio a esses limites e contradições que a ação assistencial vai se constituindo em e constitui certos padrões sociais. E, nessa alternativa social bastante contestada,

que é a ação assistencial, a posse ou não de bens materiais e simbólicos vai gerar representações sociais que podem agravar a precaridade social a qual estão sujeitos vários grupos da sociedade. Representar o possuidor de bens como doador, bom e honesto e aquele que não possui bens como os moradores de rua como malandro, vagabundo e desonesto é um exemplo de como as representações sociais podem fornecer elementos importantes neste trabalho. É guardando essa concepção entre população de rua e representações sociais, que no próximo capítulo discutiremos a questão.

CAPÍTULO 3

3 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA POPULAÇÃO DE RUA

Neste capítulo, a idéia é apresentar o lugar, o cotidiano e o vivido da população de rua a luz da teoria das representações sociais. Dessa forma, buscamos ir além das proposições que conferem à análise econômica o caráter de panacéia. Nesse sentido, a análise espacial e representacional ganharam destaque também.

O trabalho que realizamos em relação às representações não prioriza uma abordagem metateórica como a que busca Lefebvre (1983) em *La presencia y la ausencia*, nem a abordagem sociológica de Durkheim, mas sim a abordagem psicossocial da Teoria das Representações Sociais, iniciada por Moscovici e continuada por Denize Jodelet, Robert Farr, Sandra Jovchelovitch, Wolfgang Wagner, Pedrinho A. Guareschi, entre outros.

Cumpramos reconhecer a existência de um campo de estudos apresentado por Kozel (2002) como a Geografia das Representações. Baseada no conceito de representações sociais, a Geografia das Representações estrutura-se a partir do conceito de representações espaciais, que por sua vez se estruturaria na fusão de várias correntes contemporâneas (KOZEL, 2002). Como exemplo, a autora mostra que a organização espacial pode ser melhor estudada quando se utiliza o conceito de representações espaciais, particularmente no campo da análise regional, isso possibilitaria um aprimoramento no estabelecimento das regiões:

Em geral, os estudos regionais apresentam os recortes físicos e humanos sem discutir as manipulações espaciais existentes nas várias escalas geográficas, o que comumente acontece ao se estabelecer diferentes recortes espaciais quando os critérios e as condições são escolhidos de acordo com interesses e ideologias vigentes. [...] As regionalizações, portanto, devem evidenciar muito mais que os recortes apresentados, pois ao descobrir os homens e o sentido que atribuem ao lugar, descobrirão as comunidades e as territorialidades, desvendando as ideologias espaciais, muitas vezes remetendo ao cerne de numerosos conflitos existentes no mundo contemporâneo. (KOZEL, 2002, p. 216).

É justamente essa dinâmica da relação entre representações e práticas, exemplificada por Kozel, que confere aplicabilidade ao conceito de representações. Considerando esta dinâmica, buscamos trabalhar com o conceito de representações e não com as *representações por elas mesmas*. Contudo, a abordagem utilizada pode ser melhor caracterizada como representações sociais, base para a construção das representações espaciais.

Primeiramente, podemos observar que as representações sociais são: “saberes sociais construídos em relação a um objeto social, que elas também ajudaram a formar” (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 32). Desde já vislumbramos a noção de processo a qual nos remetem. Estes saberes são construídos após uma (re)apresentação do objeto (em sentido amplo), que ocorre na mente humana após o contato social (relações sociais e mediações sociais).

Embora por longo tempo tenha relutado em definir ou fechar o campo de pesquisa, Moscovici muito contribui para a definição do que seriam as representações sociais: “Elas são o equivalente, em nossa sociedade, dos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; podem também ser vistas como a versão contemporânea do senso comum” (MOSCOVICI, 1981 apud SÁ, 1996, p. 31).

Podemos identificar um espaço de atrito que compõe o universo das representações sociais no qual sujeito e objeto-mundo são pólos conflitantes. O resultado deste atrito: “recupera um sujeito que, através de sua atividade e relação com o objeto-mundo, constrói tanto o mundo como a si próprio” (GUARESCHI; JOVCHELOVITCH, 2000, p. 19).

Situado entre os campos da Psicologia e da Sociologia, Moscovici, em 1961, reformulou a questão das representações coletivas trabalhadas por Durkheim em sua perspectiva sociologista, propondo uma nova visão. Para ele, as representações sociais podem tornar-se sociais de três maneiras e assim seriam: hegemônicas (coletivas), emancipadas e polêmicas. As *hegemônicas* (coletivas): “podem ser partilhadas por todos os membros de um grupo altamente

estruturado – um partido, cidade ou nação – sem terem sido produzidas pelo grupo” (MOSCOVICI, 1988 apud SÁ, 1996, p. 39). As representações *emancipadas* são aquelas em que: “cada subgrupo cria sua própria versão e a partilha com os outros” (MOSCOVICI, 1988 apud SÁ, 1996, p. 40). As representações *polêmicas*: “são geradas no curso de conflitos sociais [...] são determinadas por relações antagônicas entre seus membros e orientadas para serem mutuamente exclusivas” (MOSCOVICI, 1988 apud SÁ, 1996, p. 40). É justamente a concepção do atrito das relações psicossociais que é contemplada por Moscovici, fazendo com que as representações sejam tidas como sociais. E são sociais por comportarem um padrão escalar, que embora seja articulado enquanto grupo social, pode concatenar âmbitos diversos em sociedades complexas. É nesse sentido que as representações coletivas acabam sendo *realinhadas* por Moscovici pois: “as sociedades são caracterizadas por seu pluralismo e pela rapidez com que as mudanças econômicas, políticas e culturais ocorrem. Há, nos dias de hoje, poucas representações que são verdadeiramente coletivas” (FARR, 2000, p. 44).

O espaço de atrito também é revelado em outros aspectos, como nas contradições inerentes à teoria das representações sociais: “dissociações profundas, que separam o subjetivo do objetivo, o qualitativo do quantitativo, o coletivo do individual e assim por diante” (JOVTCHELOVITCH, 2000, p. 64). O que evidenciamos, então, é que o espaço gerador das representações sociais é dinâmico e que categorias como ideologia e memória coletiva rivalizam com as representações sociais na busca da hegemonia das atitudes e das tomadas de posições sociais, conferindo particularidades a cada grupo social.

Uma outra perspectiva das representações sociais que procuramos destacar é a que trata da relação entre práticas sociais e representações sociais e conseqüentemente das transformações que uma e outra sofrem no vivido. De acordo com Wagner:

O comportamento e a ação estão lógica e necessariamente conectados a crenças representacionais, mas suas conseqüências não estão. A ação e as conseqüências da ação são duas coisas diferentes [...] O resultado do complexo representação e ação e sua conseqüência contingencial é, portanto, passível de uma verdadeira explicação causal. (WAGNER, 2000, p. 178-9).

Nesta perspectiva apreendemos que as representações sociais nos fornecem elementos para analisarmos atitudes, declarações, imagens e manifestações em geral, ou seja, ao conhecer a organização e o conteúdo da representação e a conseqüente ação realizada a partir deste saber social, torna-se viável uma compreensão dos efetivos resultados que esta interação entre representações e práticas sociais constrói. Além disso: “é razoável concluir que as pessoas se informam e representam alguma coisa somente depois de terem tomado uma posição e em função da posição tomada” (MOSCOVICI, 1976 apud SÁ, 1996, p. 32).

Destacamos que pesquisar as representações sociais é entre outras coisas, um meio de se explicar a organização e os conteúdos de alguns saberes e práticas sociais, além de ser a possibilidade de entendimento do resultado da relação entre representação e ação social. As construções de representações seriam formadas por: “um conjunto de conceitos, proposições e *explicações* originado na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais” (MOSCOVICI, 1981 apud SÁ, 1996, p. 31, grifo nosso). Entendemos que estas *explicações* revelam mais no *dizer* – significado do que foi expressado em palavras – do que no *falar* – expressão circunstancial das palavras – assim, ao trabalhar com os dados obtidos nos processos de comunicação e vida social são necessários métodos ou técnicas que dão conta do acesso a esse dizer. Nesse sentido, são relevantes as sugestões de Jovchelovitch:

Os processos que dão forma e transformam as representações sociais estão intrinsecamente ligados à ação comunicativa e às práticas sociais da esfera pública: o diálogo e a linguagem, os rituais e processos produtivos, as artes e padrões culturais, em suma, as mediações sociais. Desta forma, a análise das representações sociais deve concentrar-se sobre aqueles processos de comunicação e vida social, que não apenas as produzem mas que também lhes conferem uma estrutura peculiar. (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 80).

Nos capítulos posteriores procuraremos explicitar os processos sociais que caracterizam a vida da população de rua de Presidente Prudente. Neste capítulo, privilegiaremos os processos de comunicação e vida social que permeiam o seu vivido. Para tanto, partimos dos locais em que as representações sociais são formadas e do relacionamento da população de rua com estes locais.

Como Moscovici (1984) salientou, e este estudo demonstra, as representações sociais estão radicadas nas reuniões públicas, nos cafés, nas ruas, nos meios de comunicação, nas instituições sociais e assim por diante. Este processo em que elas se incubam, se cristalizam e são transmitidas. É no encontro público de atores sociais, nas várias mediações da vida pública, nos espaços em que sujeitos sociais reúnem-se para falar e dar sentido ao cotidiano que as representações sociais são formadas. (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 40).

O morador de rua possui a especificidade de estar exposto com maior intensidade num dos espaços onde as representações sociais são radicadas, ou seja, a rua. Tal proximidade confere-lhe uma particularidade na questão das transformações a que estão sujeitas as representações e as práticas sociais. Vivendo intensamente um dos lugares de radicação das representações sociais, esta população está *sujeita*, constantemente, a representações ou é ligada diretamente à atividade representacional, o que vem culminar com a existência de grande quantidade de rótulos a ela relacionados. Como se a ocupação involuntária da rua, conferindo um uso privado a um espaço público, gerasse uma reação baseada na rotulação de tal prática – o rótulo da ameaça. A população de rua seria visível para a discriminação, porém invisível para que recebessem um acompanhamento em direção a uma inserção estável e mesmo para gerar um questionamento acerca da sociedade que convive com tal realidade.

Ter as ruas como principal vínculo social torna o vivido dessa população tão próximo da esfera das representações que a distinção entre ambos os campos torna-se pouco nítida, como expressa essa declaração:

“Tem pessoas que Deus me livre, ela tá com uma criança assim ela fala: vem cá meu filho, num passa aí perto não! Isso magoa a gente!” (Alcides)

O deslocamento da construção da representação da rua para a população de rua ocorre freqüentemente. A representação que Jovchelovitch (2000) detectou, ao trabalhar com grupos focais, revelou a figura da *guerra* como símbolo da realidade das ruas: “Ninguém precisou pensar muito sobre o assunto: havia uma idéia geral, e altamente consensual, de que as ruas estão repletas de perigo e ameaças” (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 117).

Neste trabalho também identificamos o perigo e a ameaça na representação das pessoas que vivem na rua, além de identificarmos a transposição do estigma do lugar representado como perigoso e ameaçador para a pessoa:

“A rua, ela não é boa” (Esquenão)

“A rua é um inferno” (Afonso)

“Cê tá deitado chega três, quatro bandido” (Afonso)

“A rua é negra” (Neri)

“A gente é mal visto pela sociedade” (Marcelo)

“A gente tá lá deitado num lugar desses [...], num sabe o que pode acontecê”

(Alcides)

“Eles olha pra gente, a mesma coisa que tá olhando prum bicho [...] a gente tá na rua porque num qué [...] se tivesse um lugar pra ficar [...] a gente ficava!” (Alcides)

“A noite aqui é perigoso porque eles [...] enche [...] de pinga” (Josefino)

“Uns bandido sem vergonha” (Josefino)

A partir dessas declarações e das outras pesquisas mencionadas neste trabalho, identificamos uma espécie de fusão simbólica entre a população de rua e a rua na esfera representacional.

Essa população também possui outras especificidades em relação ao vestir-se, ao higienizar-se, ao tipo de trabalho executado e ao tipo de formação de grupos. As vestimentas, na maioria das vezes não são alisadas, não são comuns ou apropriadas ao ambiente, não são adequadas quanto ao tamanho e freqüentemente estão sujas ou rasgadas. Nesse sentido, a população de rua torna-se alvo fácil de discriminação e desrespeito numa sociedade que *trata melhor quem se veste bem*:

“Só porque a gente tá barbudo, sujo! Tem hora que pensa que a gente é ladrão, tarado!” (Alcides)

A falta de recursos para higienizar-se também torna a população de rua objeto de desprezo. O banho passa a ser símbolo de pertença social. A valorização do higienizar-se dissolve-se na busca por auto-estima:

“A pior coisa do mundo é não tomar banho! [...] Até a fome você deixa pra lá, sem tomar banho é duro colega!” (Neri)

Com os cabelos ou muito longos ou recém raspados, barba por fazer, sem banho, em muitos casos, há vários dias ou semanas, e vestindo roupas não lavadas, a luta pela pertença social se torna mais árdua.

O trabalho não está ausente de suas vidas, mas costuma envolver atividades desvalorizadas socialmente, também dando margem a estereótipos negativos. Constantemente são observadas afirmações que buscam sobrepor as representações do trabalho considerado *bico* para minimizar a desvalorização da pessoa pela atividade que exerce:

“Eu sou sorveteiro! [...] Disso aí eu não tenho vergonha! Que meus fregueis conhece eu!” (Esquenão)

“Papeleiro, papeleiro é gente! O papeleiro é gente! Desculpe eu falá isso, papeleiro é gente!” (Carlos)

Fazer bicos, solicitar doações, ou coletar resíduos sólidos descartados, parece não ser considerado trabalho por muitos. Dois pesquisadores norte americanos, Snow e Anderson (1998, p.260) mostram que as estratégias contidas no pedir esmolas não são particularmente diferentes de qualquer outro trabalho de vendas, envolvendo abordagem, convencimento e venda, com o ingrediente de que a mercadoria é a sua própria situação precária. Contudo, com relação as estratégias de sobrevivência, o que mais chama a atenção é a representação do trabalho ideal na figura do *emprego fixo*:

“O que ajuda mais é tê um serviço fixo!” (Reginaldo)

“O que falta é emprego memo!” (Alcides)

“O trabalho né! [...] dá a volta por cima né [...]!” (José Carlos)

“Espero arrumá um serviço com carteira assinada, daí eu saio dessa [...]!”

(Clóvis)

“Quem sabe aparece um trabalho melhor!” (Carlos Roberto)

“Eu penso comigo, assim, melhorá né, de arrumá um serviço [...]!” (Alexandre)

A busca do trabalho ideal revela a situação precária que enfrentam. Desta maneira, como veremos mais adiante, *objetivam* na figura do *bico* grande parte da situação em que se encontram e concomitantemente *ancoram* a figura do *emprego fixo* nas *marginas* de uma vida ideal.

Estes elementos: o lugar do habitar, o vestir-se, o higienizar-se e o trabalhar são altamente passíveis de preconceitos quando não atendem a padrões socialmente estabelecidos. Os (pré)conceitos configuram com maior força explicações no âmbito do senso comum. Isso não quer dizer que estes saberes sejam *menores* ou que no âmbito do saber científico não haja preconceitos implícitos, mas quer dizer que são conceitos elaborados *a priori no universo de pensamento consensual*, no qual, o *veredicto tem precedência sobre julgamento*. A aparência do

conjunto habitação, roupa, higiene e tipo de trabalho, parece compor um *código de barras* social cuja leitura, mediada pelas representações sociais, já possui um decodificador normatizado segundo padrões identitários.

Contraditoriamente morar na rua é algo freqüentemente vislumbrado, mas não *conhecido* por todos, ou seja, é algo estranho ou *não familiar*. Para Moscovici: “o propósito de todas as representações é o de transformar algo não familiar, ou a própria não-familiaridade, em familiar” (MOSCOVICI, 1984 apud SÁ, 1996, p. 48). Nesse sentido, as pessoas que moram nas ruas vão ser representadas pelos estigmas (cicatrizes) que carregam, os quais podem ser priorizados na construção representacional. O não familiar é próprio dessas pessoas: por possuírem vínculos familiares tênues, por constituírem um modo de vida não familiar, embora vislumbrado, por estarem carregando em si próprios, como modo de vida – a não familiaridade.

A maioria dos colaboradores desta pesquisa destaca a quebra do vínculo familiar em suas vidas. Transpondo para as representações sociais, podemos dizer que o fato social, morar nas ruas, possui potencialmente duas não-familiaridades: o não-lar e a não-padronização social. (Re)apresentar a casa nas novas circunstâncias do cotidiano das ruas é um exercício pautado na função do abrigo encontrado na nova realidade vivida:

“[...] uma árvore pra mim ela não é uma árvore, ela é uma casa!” (Joaquim)

Ao tratar da não familiaridade, Guareschi (2000), baseado em Moscovici explica que:

[...] existem, nessa sociedade, dois tipos diferentes de universos de pensamento: os universos consensuais e os universos reificados. Nos universos reificados, que são mundos restritos, circulam as ciências, que procuram trabalhar com o mais possível de objetividade, dentro de teorizações abstratas, chegando a criar até mesmo certa hierarquia. Nos universos consensuais estão as práticas interativas do dia-a-dia, que produzem as RS, que são teorias do senso comum, isto é, conhecimentos produzidos espontaneamente dentro de um grupo, fundados na tradição e no consenso, dentro de uma lógica, metodologia e comprovação diferentes. [...] Ora, o *não familiar* é produzido, e se situa, na maioria das vezes, dentro do *universo reificado* das ciências, e deve ser

transposto ao *universo consensual* do dia-a-dia. (GUARESCHI, 2000, p. 212, grifos do autor).

Para quem vive na rua, o grupo ali formado passa a ser representado como o familiar:

“Nois somos irmãos né [...]! A gente tem uma amizade muito forte!” (Alcides)

“Eu prefiro tá aqui, porque tem meus amigo, eu posso dividi o que eu sinto com eles [...]!” (Joaquim)

“Todos eles são uma família pra mim!” (Andréia)

Nessas falas, a não familiaridade encontra um substituto provisório para o laço social quebrado. São as práticas que efetivamente compuseram as representações sociais, praticaram o familiar, representaram o familiar e se organizam agora, em torno desta familiaridade representada. Mas há outros casos em que algo não familiar é tornado familiar:

“A escola que eu aprendi foi o mundo!” (Clóvis)

Este colaborador, ao se referir a sua *vida sofrida* – desde a adolescência – enquanto membro da população de rua, confere ao mundo, ao não familiar, a familiaridade do aprendizado, do ensino. O vivido no mundo é ancorado como nas margens de um modo de aprendizado opcional. Aprender na escola do mundo é algo valorizado e a figura do diploma poderia ser interpretada enquanto capacidade de articulação entre as dificuldades de relacionamento e as formas de superar tais dificuldades:

“Eu passo no mesmo lugar!” (Clóvis)

Poder passar no mesmo lugar revela que a escola do mundo o ensinou sobre as especificidades do vivido e do cotidiano na dimensão do morar nas ruas, através da prática adquirida nas experiências sociais.

“Pra você conhecê os lugares você tem que ir, se você não for você não vai saber!” (Clóvis)

A não-familiaridade depende de uma experiência para se tornar familiar. As mediações sociais vão constituir estas experiências. Morar nas ruas é experimentar constantemente o não familiar e ali, nas ruas, temos o *lócus* mais rico em representações sociais pois, o não familiar está aflorado e pode surgir a cada encontro. Desta maneira, a população de rua não marca hora para conhecer o não familiar – ler uma revista, um jornal ou ir a locais públicos específicos – ela está *refém* da não-familiaridade e pratica o representacional de forma intensa sem um planejamento específico:

“Danço conforme a música!” (Clóvis)

Mas a *música*, em geral possui um ritmo mais veloz do que eles conseguem acompanhar. Nas estratégias de sobrevivência, no tratamento recebido dos domiciliados ou nas novidades cotidianas a serem enfrentadas, muito se faz com a utilização de uma *ferramenta* que revela criatividade: a improvisação.

Frente ao desafio proposto pela interação entre representações e práticas sociais é necessário diferenciarmos, como sugere Wagner (2000, p. 155), o nível de avaliação individual do nível de avaliação social, cultural. No nível de avaliação individual são priorizados conceitos que se referem a fenômenos de domínio subjetivo: compreensão, sentimentos e a volição do sujeito individual (ao/no indivíduo são atribuídas ou encontradas ideologias, opiniões ou representações socialmente compartilhadas). No nível de avaliação social, cultural são as qualidades das sociedades, culturas e grupos que importam, logo, não são propriedades que possam ser atribuídas a um indivíduo específico (no grupo são encontrados fenômenos econômicos, sistemas coletivos simbólicos que escapam ao controle do indivíduo isolado). Para este autor: “As representações podem pertencer tanto a níveis individuais como sociais de

avaliação, dependendo dos métodos que o pesquisador utiliza na pesquisa empírica” (WAGNER, 2000, p. 180).

Quando articulamos os dois níveis de avaliação, estamos definindo um *espaço explicativo*: “Um espaço explicativo é definido aqui como um conjunto de conceitos que podem ser ligados por relações implicativas que sustentam explicações lógicas válidas” (WAGNER, 2000, p. 157). No caso da população de rua, podemos citar o exemplo de José Roberto para analisarmos como os saberes possuídos por ele dão conta de mostrar a *causa* de sua situação atual:

“Eu levava uma vida sadia rapaz! [...] Infelizmente desandei, desandei na cachaça! [...] Não tem culpado nenhum mais não, o culpado é eu! [...] Eu tenho tudo lá em casa! Mas eu num vô atrás! Sabe por causa de que? Pra não dá desgosto pra minha mãe, rapaz!” (José Roberto)

Ele se representa como culpado, age como morador de rua e apresenta como resultado uma não procura dos familiares. O motivo desta não procura dos familiares é passível de explicação. Ao observarmos o *espaço explicativo* formado no universo de pensamento consensual, podemos encontrar, na explicação do José Roberto, a articulação entre os dois níveis de avaliação. Para José Roberto *a* o morar na rua, é causado por *b* vício em cachaça, sendo que *b* é tido como defeito de caráter por *c* culpa pessoal, assim, *c* implica *a*. Podemos problematizar observando que o resultado do complexo representação (culpado) e ação (morar nas ruas) é a não procura dos parentes (vergonha). Na explicação de José Roberto, percebemos a incorporação da culpa – tal qual alguns outros moradores de rua – não considerando o desemprego e a possível vulnerabilidade simbólica ou material a que foi submetido. É a concatenação das explicações de certo número de pessoas do grupo que poderão nos encaminhar para a articulação dos dois níveis de avaliação.

Ora, o que caracteriza um grupo social são semelhanças e não dessemelhanças dentro do universo da sociedade a que pertence, assim, ao se *revelar* para a sociedade a pessoa revela, em grande parte, suas representações sociais. Mas, poderiam estas representações ser transformadas e com elas as práticas também, ou vice-versa? Esta questão é central e dedicamo-nos a buscar responde-la no decorrer deste capítulo. Para facilitar, buscamos tipificar a população de rua possibilitando uma comparação entre as interações e práticas sociais.

A população de rua está dividida em grupos diversos que podem ser tipificados de acordo com as seguintes variáveis: segundo as *estratégias de sobrevivência*; segundo a *localização*; segundo o *tipo de associação por grupos*; segundo as *regras de reciprocidade*.

Fica claro que existem opções de inserção nos tipos acima segundo as representações sociais formadas e que as variáveis formam uma rede complexa que vai se articular com estas representações sociais, possibilitando transformações nas práticas sociais e nas próprias representações sociais.

3.1 A representação social do trabalho

Para a população de rua, perder a oportunidade de trabalhar com estabilidade se revela algo bastante constrangedor e assim as múltiplas atividades desempenhadas são objetivadas na figura do *bico*. As representações em relação as estratégias de sobrevivência convergem para a provisoriedade dos *bicos*:

“Apanhador de papelão!” (Waldomiro)

“Camelô, é disso que eu vivo!” (Enéias)

“Fiquei de esmola!” (Natalício)

“Tem muito papeleiro! [...] você tem que corrê atrás pra você pegá! [...] Isso aí é que nem pescaria [...]!” (José)

“De chapa! [...] As veis eu cato latinha! [...] Da vergonha de falá [...] porque eu tenho profissão boa!” (Afonso)

“Carpindo lote, terreno assim, pegando latinha, jornal, papelão [...]!” (Reginaldo)

“Dependeu de ganhá um dinheiro, eu faço qualquer coisa!” (Sérgio)

“Eu bato palmas nas casas e peço comida!” (Pedro)

“Eu sempre faço um biquinho daqui, outro biquinho dali, passa um amigo, ajuda também [...], vai levando!” (Alcides)

“Eu vô juntando e empacotando jornal, depois [...] eu vendo na feira [...]!” (Josefino)

“Aqui é o meu ganha pão! [...] eu cato papelão!” (Clóvis)

“Passei a vendê sorvete ou catá papelão!” (Carlos Roberto)

“É chapa! Você pega o caminhão, vai até o mercado, descarregô a mercadoria [...]!” (Joaquim)

“A gente faz entrega aqui na cidade também!” (Mário)

O universo de pensamento consensual imprime, a partir dessas práticas sociais, representações sociais que estruturam as interações sociais. Os *bicos* por um lado agregam várias estratégias de sobrevivência e por outro desagregam a pertença social. A provisoriedade perpassa estas atividades intermitentes e a cotidianidade é cooptada quando se representa o provisório como freqüente. O freqüente é apropriado do cotidiano na própria representação do *bico* enquanto provisoriedade constante. Se *o trabalho enobrece o homem*, neste contexto, o trabalho tido como *bico* não parece ser tão enobrecedor.

Como vimos anteriormente, o emprego fixo é representado pela população de rua como o trabalho ideal. Nas estratégias de sobrevivência que enfrenta no cotidiano, a população de rua ancora os *bicos* em conhecimentos que exprimem insegurança, infortúnio e desdém. Galgar o patamar do trabalho ideal se revela uma aspiração geral. Contudo, quando esta busca se vê frustrada repetidas vezes, são criadas representações sociais que minimizam o sofrimento da espera. É necessário que surjam explicações passíveis de justificarem a frustração. Nota-se que estas explicações revelam que a *culpa* por estarem em tal situação é lançada em fatos sociais acidentais, tal como a perda de documentos:

“Minha carteira de trabalho, eu perdi ela!” (José Araujo)

“Perdi todo meu documento, me robaro!” (Sebastião)

“Eu tô sem documento nenhum!” (Carlos)

“Só que aí [...], que [...], pra trabalhar né, já não tinha os documentos, já tinha perdido!” (José Carlos)

“Só depende do documento! Se eu consegui, eu espero arrumá um serviço com carteira assinada, daí eu saio dessa [...].” (Clóvis)

“Tô pensando em tirá novamente [carteira de trabalho] [...] tem que tirá os documentos certinho [...] quem sabe aparece trabalho melhor!” (Carlos Roberto)

“Eu tenho que tirá os documento, foi perdido!” (Mário)

Alguns colaboradores, ao serem entrevistados, apresentavam os documentos buscando comprovar suas afirmações ou falavam sobre como os mesmos foram perdidos. Concomitante ao viver nas ruas, a perda dos documentos aparece na fala de muitas dessas pessoas, configurando várias perdas sucessivas até que sejam transformados em população de rua.

Rangel (1996) mostra que, no limiar do morar nas ruas – quando ainda conseguem manter-se no âmbito da assistência, enquanto migrantes – as pessoas apresentam os documentos buscando realçar sua profissão ou que são *trabalhadores*. Contudo, a identidade nacional materializada no Registro Geral (RG) ou a identidade de trabalhador, materializada na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) diluíram-se na identificação enquanto *população* de rua. A (pré)vidência social aponta um destino nada otimista e a falta de atendimento a que são submetidos revela uma atitude nada prudente.

Morar na rua é estar constantemente no *palco*, representando e atuando aos olhos de muitos espectadores, revelando valores e significados insuspeitos:

“Não tem um filho de uma boa mãe que passa aqui, que não olha aqui! Por que olhá? Vai ajudá alguma coisa? Pra falá: ai que dó, que pena, mais ajudá, nada! Se fô esse o caso, então não precisa olhá, passe [...] direto! Mas não [...] eles gosta de olhá [...]!” (Clóvis)

Para Erik Erikson: “uma identidade é o ponto de encontro entre quem uma pessoa quer ser e o que o mundo *permite* que ela seja” (SENNETT, 1998, p. 138, grifo nosso). O *atuar* constantemente nas ruas sufoca o *querer ser* da pessoa nas ruas, pois esta sucumbe a *permissão* do mundo, que não *paga ingresso* para assistí-la. A percepção da realidade chega quando o aplauso não vem, as cortinas não fecham e as luzes não se apagam.

3.2 A representação social da associabilidade

Apesar da distribuição diferenciada dos moradores de rua na cidade de Presidente Prudente, eles possuem uma rede de comunicação e certa mobilidade entre os grupos, se conhecendo e dando-se a conhecer a outros moradores de rua. Percebemos que a comunicação não se dá somente por meio dos próprios moradores, mas também por meio de pessoas próximas:

guardas noturnos, pessoas dos grupos que levam alimentos, entre outros. A caracterização, enquanto grupo, leva em consideração as condições semelhantes que possuem em relação ao morar, ao trabalhar, ao representar e ao relacionar-se com os domiciliados.

O associar-se, nas ruas, envolve uma série de elementos que são particularmente significativos quando analisados em conjunto. Viver em um grupo implica uma série de normas e consensos. Vivendo nas ruas a busca por segurança passa a ser estratégica e a vida em um grupo pode conferir esta segurança almejada. No entanto, viver em grupos nas ruas nem sempre implica segurança. Alguns dos que moram nas ruas são categóricos ao se referirem a vivência em grupos:

“A única pessoa que eu fico [...], é com o Pai!” (Esquenão)

“Amigo, só eu e Deus” (Clóvis)

Temos informação de que o colaborador Esquenão, após uma reforma no local onde ele pernoitava, teve que rever sua posição, pois ele passou a conviver temporariamente com um grupo em outro local. Embora a representação social formada, num primeiro momento, revelasse o repúdio à convivência grupal, num segundo momento, fatores locacionais – o local onde pernoitava sofreu uma reforma – o levam a negar a representação social anterior na prática e possivelmente a mudá-la.

Inserir-se num grupo de moradores de rua implica em acolher novas regras e participar das mesmas. As regras internas são canais de mediação social. Elas não apenas estruturam o grupo internamente como também estabelecem os *muros* entre grupos diferentes.

“A amizade nossa é assim: tem que ser honesto um com o outro e não mexê nas coisas que não pertence a nois né, não furtar, não mexê com mulher na rua, criança. Então se a pessoa não é assim, aí ele pode andá com a gente, conversá, fazê grupo né [...], mais [...], não mexê com droga também, caso contrário a gente não aceita!” (José Carlos)

José Carlos vivia com apenas um colega. Oportunamente ocorreu que outro colaborador, José Araujo, que vivia com outro grupo, passou alguns dias com eles e, não adaptando-se ao novo convívio, retirou-se.

É interessante observarmos que as regras acima não evidenciam o trabalho como eixo central de pertencimento ao grupo e sim as regras de reciprocidade. Assim pensamos que para a população de rua, a reciprocidade supera todas as instâncias no que diz respeito a regras do vivido dos grupos. Propomos, então, pensar a reciprocidade como um *espaço de atrito* privilegiado de radicação de representações sociais no âmbito da população de rua, ao propiciar a geração de novos saberes e ao serem, estes saberes, construídos no campo social.

Ao tratar da relação entre representações sociais e atividade representacional, Jovchelovitch (2000) destaca que:

Ainda que seja tentador, *elas* não podem ser simplesmente reduzidas à atividade representacional porque as representações sociais vão além dos trabalhos do psiquismo individual e emergem como um *fenômeno* que expressa a subjetividade do campo social e sua capacidade para construir saberes. (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 79, grifo nosso).

É neste campo social que as regras de reciprocidade são formadas enquanto saberes específicos do grupo que as articula. As práticas, os fatos e as experiências sociais formam as bases de reciprocidade da população de rua e dos seus grupos, não se trata assim de um saber individual relativo aos fenômenos sociais e sim de saberes sociais.

3.3 A representação social da reciprocidade

As representações sociais da reciprocidade envolvem aspectos próprios de um grupo social com regras claras. Especificamente se baseiam em máximas já bastante conhecidas:

“É melhor sozinho do que mal acompanhado!” (Reginaldo)

“Uma mão lava o que?” (Carlos)

“Quem não deve não teme!” (Alcides)

“Porque uma mão lava a outra e as duas lava a cara!” (Joaquim)

“Eu tô pagando com a mesma moeda!” (Joaquim)

As representações sociais são, acima de tudo, saberes gerados no âmbito social. Esses saberes conformam as práticas e as representações e o resultado desta conformação mostra que “A sabedoria das ruas, a experiência em primeira mão das ruas, e o código de que *o que vai, volta* previnem contra dar as costas aos amigos moradores de rua [...]” (SNOW e ANDERSON, 1998, p. 303, grifo dos autores). A partilha, a proteção ao amigo e o respeito parecem ser as premissas da reciprocidade para a população de rua. A não reciprocidade resulta em fragmentação e desvios:

“Sabe porque tem que ficar com um olho aberto e outro fechado? [...] É porque aparece um intruso, bêbado que enche a paciência, mas sempre tem um colega que está do lado e ele ajuda. Lá onde nós dormimos ali, é tudo limpo, passa as pessoas distribuindo [...], nós comemos tudo junto ali, cada um come o seu, não deixa nada sujo, o dono da loja nem liga [...]!” (Enéias)

Limpar a frente do estabelecimento onde pernoitam é uma regra bastante valorizada quando os grupos possuem pouca mobilidade.

“Aqui era tudo limpinho! [...] ó que sujera que tá aqui! [...] A bassora eu tenho! [...] E eu tenho que limpá, [...] dependendo a hora [...], ou tenho de levantá né!” (Esquenão)

“Tem sujeito que ele pega um marmitex ao invés de jogá fora larga lá assim [...]!” (Neri)

O refinamento que a reciprocidade implica, nas relações sociais, estrutura cada grupo com padrões distintos. Entre os próprios moradores de rua, itens aparentemente comuns a eles, como a higiene e a bebida (álcool), passam a figurar nas regras:

“Você andando certo, pontual com as pessoas, cê tem tudo! Agora se você é um bêbado, um encenqueiro, ou anda todo sujo, mal lavado, aí não consegue! [...] Você sabendo tratá a pessoa bem, é bem recebido, se você trata com casca e tudo aí só leva paulada!”
(Reginaldo)

Podemos perceber que o *eu* (Reginaldo) está intrinsecamente condicionando a uma representação social que tem na reciprocidade o padrão social do viver em comunidade. Jovchelovitch (2000) aponta que:

É então o Outro generalizado que dá o sujeito sua possível unidade enquanto Eu, e não há possibilidade de desenvolvimento do Eu sem a internalização de Outros. A importância de uma comunidade segue daí: ela evidencia um “nós” necessário para constituição de cada ser humano individual, processo que dá testemunho ao fato de que vidas individuais não se formam a partir de dentro, mas a partir de fora, ou seja, em público. (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 61).

Poderíamos dizer que a internalização de *outros* implicaria em *experimentar algo com o corpo do outro*, uma alegria, uma decepção, um prazer. Essa experimentação, filtrada por representações, culminaria na incorporação de padrões e regras sociais. Contudo, a reciprocidade no âmbito da população de rua possui mecanismos opcionais para se superar as regras internas aos grupos: drogas em geral (álcool). Desligar-se da dura realidade por algumas horas ou dias pode possibilitar a vazão de sentimentos bastante retraídos. Daí que as brigas são uma constante em alguns grupos.

Se a reciprocidade for, como propomos, um espaço de atrito privilegiado no estabelecimento das interações sociais e o âmbito mais passível de geração das representações sociais para a população de rua, fica claro que viver constantemente nessa dimensão social, regulada, torna-se uma tarefa árdua e que os mecanismos que consigam gerar uma fuga simbólica

desse vivido, como o uso das drogas, vão ser usados sempre que necessários. É evidente que estes mecanismos com o tempo passam a ser a regra.

3.4 A representação social dos parentes

Não deu certo! Esta é a afirmação que sintetiza a fala dos moradores de rua ao se referenciar à vida familiar. Nem todas as pessoas que enfrentam fatos sociais referentes à morte ou separação conjugal na família acabam morando nas ruas, contudo a grande maioria das pessoas que foram entrevistadas apresentam tais casos nas suas histórias de vida nos momentos que cercam a ruptura do laço familiar.

Intransigência, desdém e impaciência são algumas posturas dos parentes, que permeiam os momentos de ruptura. Seus parentes são representados como *juizes*, decorrendo dessa situação representada como julgamento, o papel de réu para o morador de rua:

“Porque eu não quis passar a crente, eles me ponharam pra fora!” (Natalício)

“Ela [a filha] vai me pô num hospital [...], vai sê sábado, uma e meia da tarde!

Diz ela que eu tô passado, só que eu acho que eu num tô passado!” (Afonso)

“Tenho contato [com parentes], mais [...] eu fico assim envergonhado de chegá lá e eles falá né!” (Sebastião)

“[...] minha mãe [...], falô pra mim pegá meus pano [...], que eu já tava adulto e mandou eu ir pra rua!” (Clóvis)

O julgamento implica em uma sentença que geralmente é uma condenação que gera, por sua vez, sentimentos de vergonha, desprezo e repúdio. Sawaia (2001a) aponta que a vergonha é concebida por Heller (1985) como dispositivo ideológico para manutenção da ordem social excludente: “A vergonha e a culpa são apresentadas como sentimentos morais generativos

e ideologizados com a função de manter a ordem social excludente, de forma que a vergonha das pessoas e a exploração social constituem as duas faces de uma mesma questão” (SAWAIA, 2001a, p. 102). A vergonha é ancorada na honra em conseguir se virar sozinho ou em não dar desgosto aos familiares que poderiam *judgá-los* como derrotados.

“Voltar na pior eu não volto! Deixa eles lá e eu pra cá!” (Neri)

“Mas eu num vô atrás [...] pra num dá desgosto pra minha mãe rapaz!” (José Roberto)

Observamos que o julgamento constrói uma barreira que não é facilmente transposta. O não familiar – que não deu certo – é familiarizado, geralmente, no fracasso pessoal. Incorporar a culpa acaba sendo um caminho quase constante, conforme apontam Vieira, Bezerra e Rosa (1994), na pesquisa sobre população de rua realizada na cidade de São Paulo (SP): “De forma geral, não transparece nos entrevistados uma carga agressiva em relação ao grupo familiar, sendo mais freqüente uma postura de autculpabilidade pelo afastamento ou sentimento de abandono ou ressentimento” (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 1994, p. 89).

Ser culpado implica em ser representado e representar-se como errado. Aquele que foi julgado como errado está passível de expulsão pelas *chaves excludentes* por aqueles que negaram-lhe margem social. Para os parentes, ignorar ou sentenciar o *bode expiatório* evita despender recursos e tempo numa sociedade em que *tempo é dinheiro*. Além disso, fatores como a memória coletiva e o consenso ideologizado, podem monopolizar o universo representacional, chegando a gerar falta de interesse em investir na recuperação do outro. Essa representação social dos parentes é materializada em atitudes de repúdio aos parentes envolvidos em situações conflitantes:

“Eu gosto mais desse bichinho aqui [cachorro] de que certos tipos de parente!”

(Esquenão)

Mas a figura do parente ideal e da harmonia desejada ou experimentada enquanto criança está *arquivada* e, embora não seja vivida, pode ser ancorada em novas *margens* sociais.

“O que eu sinto falta mesmo é de acordá de manhã cedo, tê o bom dia da minha mãe, do meu pai! Entende? E a família dentro de casa!” (Andréia)

“Ah, fala a verdade, todos eles [os amigos de rua] são uma família pra mim! Entendeu?” (Andréia)

Desse modo, encontramos duas representações que retratam situações relativas aos parentes ideais e aos parentes reais. Os problemas relacionados à família são, em geral, os mais citados como agravantes da vulnerabilidade, tanto nesta pesquisa quanto em outras, como mostram Snow e Anderson (1998):

[...] dois terços dos indivíduos com quem discutimos as razões da sua situação de desabrigo mencionaram problemas relacionados à família e que esses respondiam por quase 40% de todas as razões dadas. Realmente, problemas relacionados com a família foram mencionados por uma quantidade maior dos indivíduos em nossa amostra, e mais freqüentemente do que de qualquer outra categoria de razões para a situação de desabrigo. (SNOW; ANDERSON, 1998, p. 413).

Tantas rupturas sugerem que as representações sociais formadas por parentes vão alimentar as *chaves excludentes* e transformar várias questões sociais que permearam a vida da pessoa em questões pessoais. Trata-se da transposição do social para a intimidade, no âmbito da culpa, e a transposição do íntimo para o social, no âmbito do vivido, em relação à população de rua.

Diante do exposto, é necessário perguntar: qual a origem das divergências entre esta pessoa e seus parentes? Como foi sua infância? Ela pode ser, realmente, considerada adulta? Quem tem *problemas*, quem sai ou quem fica em casa? Seria possível que os próprios parentes condicionassem a pessoa para que esta assumisse uma postura passível de expulsão? Ainda que não tenhamos elementos para responder a essas questões, a sua própria formulação indica que

existem diversas dimensões nestas relações, além de outras variáveis que causam os processos sociais excludentes, podendo acirrar atitudes depreciativas em relação à pessoa, quando ainda vive com a família.

3.5 A representação social do lugar

Um lugar é específico, ou seja, ele não se repete e sim hegemoniza ou é hegemonizado por relações de poder que permeiam os diversos fatores que lhe dão forma. Este lugar a que nos referimos se baseia na concepção de que:

[...] o lugar é o conjunto de objetos que têm autonomia de existência pelas coisas que o formam – ruas, edifícios, canalizações, indústrias, empresas, restaurantes, eletrificação, calçamentos, mas que não têm autonomia de significação, pois todos os dias novas funções substituem as antigas, novas funções se impõem e se exercem. (SANTOS, 1994a, p. 52).

Tratando da relação entre a população de rua e as representações sociais, percebemos a importância do lugar na análise, enquanto espaço que possui dimensões materiais e simbólicas com fluxos próprios. Desta maneira, consideramos importante salientar que os lugares também:

[...] são considerados como um componente de nossa identidade de sujeitos, como centro de significados, como condição da própria existência, foco de vinculação emocional para os seres humanos, contexto para as nossas ações; o lugar como expressão de paisagem e cultura, de experiências e significações diferenciadas.” (LEMOS, 2001, p. 435).

Já destacamos anteriormente algumas representações que envolvem as ruas como lugar estigmatizado pela ameaça e pelo perigo. Também a figura do *relento*, do local aberto e sem proteção é bastante evocada:

“Já dormi no meio do mato!” (Graciano)

“Eu estou aqui ó [...] dentro da água, dentro do fogo, dentro do *relento*!”

(Carlos)

“Eu durmo no relento!” (Joaquim)

“No relento aí ó, nois dorme aí ó!” (Mário)

Contudo, a representação social do lugar que aflora nas entrevistas é a do lugar inferior, como um fosso no qual o morador de rua tenha caído e no qual não consiga se levantar. Trata-se da representação do seu modo de vida enquanto queda.

“[...]e pedi ao meu Pai [...] Que nunca mais eu ia pará num lugar desses [FEBEM], eu preferia ficá caído [...]” (Esquenão)

“Eu já me levantei de coisa pior que isso!” (Afonso)

“Mais só que eu tive uma recaída [...]!” (Sebastião)

“Já pensô cê caí numa vida dessa?” (Pedro)

“[...] e ali eu caí e no outro dia invadi!” (Carlos)

“Quando eu caí na rua né, logo no início!” (José Carlos)

“Eu tô aqui embaixo [...] Muitas pessoas que tem onde dormi [...] mais tarde vai caí onde eu tô!” (Clóvis)

“A gente tá jogado aí ó!” (Mário)

A situação de vulnerabilidade, que enfrentam antes de *caírem* nas ruas, é propícia para evidenciarmos como os processos sociais excludentes culminam em uma formação social, de parte da população, que faz muitas pessoas caminharem numa *linha tênue*, da qual podem efetivamente *despencar* a qualquer momento.

Identificamos processos que permitem que pessoas passem a compor âmbitos de vulnerabilidade na sociedade brasileira e assim se situem na linha tênue da qual podem passar a configurar a população de rua por fatos, até certo ponto, acidentais. Snow e Anderson (1998, p. 423) revelam como, em sua pesquisa, foram bastante comuns justificativas em que as pessoas viam em situações acidentais o motivo de estarem nas ruas. É a falta de laços sociais e de suporte

social que faz com que um acidente se torne o ápice do momento de mudança do viver como domiciliado para o viver como morador de rua. O lugar da população de rua é, então, representado como o mais baixo na escala social, *o fim da linha* e a última fase antes do extermínio.

O trabalho de Maria Cristina Rangel (1996), relativo a Casa de Passagem de Presidente Prudente (SP), tem o sugestivo título de Restos Humanos em Mobilidade e trata de pessoas que pertencem tanto ao âmbito da vulnerabilidade quanto ao da própria população de rua. Explicitamente, qual seria a função de um local que acolhe *restos humanos*? As pessoas consideradas como *restos*, embora em constante movimento, possuem, contraditoriamente dois lugares específicos: o não lugar ou o lugar intermitente.

As pessoas pertencentes à população de rua sabem que caíram, porém, não sabem muito bem onde *caíram*. Parecem não ter *caído* em lugar algum. Por não possuírem um lugar de pertença social, passam a representar lugares que lhes escapam. As articulações a que são submetidos, devido a intermitência do uso do lugar em que se encontram, sequer lhes dá o direito de cair. Efetivamente, até o fosso no qual dizem estar lhes é negado. São os processos de involução logística e sociais excludentes que revelam as bases políticas da inacessibilidade aos bens socioespaciais.

Embora percebam as distâncias que os separam de uma inserção social mais estável, duradoura e justa, suas perspectivas de futuro apresentam elementos que *parecem* não estar presentes nas suas práticas.

Quando perguntamos aos colaboradores sobre as perspectivas que tinham para o futuro, constatamos quatro direções discursivas: a) duas *positivas*, sendo a primeira pautada na possibilidade de melhorar de vida por iniciativa própria e a segunda por meio de ajuda; b) uma *negativa*, pautada na impossibilidade de melhorar devido a situação em que se encontram; c) uma

conformista, que alega a aceitação do modo de vida que leva; e a d) *supressiva*, que sequer é capaz de responder ou entender a pergunta. Na direção positiva (manifestada por 14 dos 25 colaboradores), 7 colaboradores se referiram à relações com um trabalho melhor e 4 com um lugar para ficar. A maioria das perspectivas tanto positivas quanto negativas relacionam-se diretamente com o cotidiano das ruas. As respostas apontam para a centralização do trabalho e do lugar enquanto base representacional da vida fora do lugar atual.

As possibilidades de mudarem de condições de vida, por conta própria, são tão poucas que mesmo quando o discurso é direcionado para transformações, as ações acabam por diluir-se rapidamente no vivido.

Com base nas formulações que apresentamos, consideramos que estar caído, sonhar com o trabalho ideal, ser constantemente réu, conviver com os bicos e estar regulamentado por uma reciprocidade instigante manifestam representações sociais que retratam o universos consensual da população de rua pesquisada. Estas proposições formam ao nosso ver: “uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, tendo uma visão prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (JODELET apud GUARESCHI, 2000, p. 202).

Após esta rápida abordagem psicossocial pensamos ser importante a discussão de aspectos relativos ao cotidiano e ao vivido da população de rua, considerando o lugar específico que ocupam e os conflitos socioespaciais que são advindos da relação entre público e privado.

CAPÍTULO 4

*Vi ontem um bicho
Na imundície do pátio
Catando comida entre os detritos.*

*Quando achava alguma coisa,
não examinava nem cheirava:
Engolia com voracidade.*

*O bicho não era um cão,
Não era um gato,
Não era um rato.*

O bicho, meu Deus, era um homem.

*Manuel Bandeira
Rio, 27 de dezembro de 1947*

4 (VI)VENDO COMO POPULAÇÃO DE RUA: O COTIDIANO, O VIVIDO E O LUGAR

Na rodoviária de Presidente Prudente (SP), numa tarde de janeiro do início do século XXI, enquanto muitas pessoas esperam por transporte, passam apressadamente ou descansam na praça ao lado, um homem magro, de setenta e dois anos de idade, revolve insistentemente o interior de um latão de lixo, procurando alimento e jornais velhos, descalço, usando calça *jeans* com a barra dobrada e camisa entreaberta, ele se suja mais do que já está e vai tirando dali o que lhe interessa. Surge em suas mãos a metade de um ovo cozido, o qual come rapidamente, em seguida, parte de um pão, envolto em um saco plástico transparente também surge e ele vai degustando enquanto conversa com esse pesquisador. Os poucos cabelos grisalhos que lhe restam estão meio úmidos devido ao calor escaldante. Ao conversar e revelar-se, uma lágrima surge inadvertidamente no seu rosto, sem causar constrangimento. A lágrima parece estar fora do contexto da cena, mas ela pode ter ultrapassado a fronteira do aparente e ter se manifestado sem a permissão de seu *dono*.

As observações acima foram feitas quando da gravação da entrevista do colaborador Josefino e revelam uma das estratégias de sobrevivência encontradas ao se pesquisar sobre a população de rua na cidade de Presidente Prudente (SP).

Henri Lefebvre, discutindo a vida cotidiana no mundo moderno, enfatiza que:

Nossa vida cotidiana se caracteriza pela nostalgia do estilo, pela sua ausência e pela busca obstinada que dele empreendemos. Ela não tem estilo e, apesar dos esforços para se servir dos estilos antigos ou de se instalar nos restos, ruínas e lembranças desses estilos, fracassa na tentativa de criar um estilo próprio. (LEFEBVRE, 1991b, p. 36).

Destaca, desse modo, que o cotidiano pode revelar o estilo de uma sociedade e que atualmente existiria uma *saudade* de uma sociedade não massificada, saudade produzida, pois, o estilo é agora, a matéria prima para a produção. A cena que descrevemos acima parece *sufocada* por esse cotidiano produzido e saudoso que o autor propõe, contudo, escapa da artificialidade e revela parte do resultado dessa produção. Podemos dizer que recentemente existem duas vertentes do cotidiano: o cotidiano fabricado (ou o não cotidiano) e o cotidiano inesperado, sendo o segundo possuidor de um estilo – embora, muitas vezes, depreciativo – e o primeiro coprador de um estilo – valorizado, porém sem criatividade.

O cotidiano é o humilde e o sólido, aquilo que vai por si mesmo, aquilo cujas partes e fragmentos se encadeiam num emprego do tempo. E isso sem que o interessado tenha de examinar as articulações dessas partes. É portanto aquilo que não tem data. É o insignificante (aparentemente); ele ocupa e preocupa e, no entanto, não tem necessidade de ser dito, é uma ética subjacente ao emprego do tempo, uma estética da decoração desse tempo empregado. É o que une à modernidade. Por esta palavra é preciso entender o que traz o signo do novo e da novidade: o brilho, o paradoxal marcado pela técnica ou pelo mundano. É o audacioso (aparentemente), o efêmero, a aventura que se proclama e que se faz aclamar. É a arte e o estetismo, mal discerníveis nos espetáculos que o mundo dito moderno apresenta e no espetáculo de si que ele apresenta a si mesmo. Ora, cada um deles, o cotidiano e o moderno, marca e mascara, legitima e compensa o outro. (LEFEBVRE, 1991b, p. 31).

O cotidiano, nesta perspectiva, remete-nos ao sentido que o manifestado no social representa quando *transformamos* uma cena retratando-a segundo nossa observação. O cotidiano transforma-se no cotidiano observado e assim, transposto pela lente do observador. Neste caso, a lente amplia o sentido da degradação humana e realça o residual no contexto do moderno.

Voltando à cena de início, podemos observar o encontro de dois tipos de descarte, que é apreendido num cotidiano encoberto ou mascarado: o descarte de resíduos sólidos

– aquele material que é desnecessário para seu dono – e o descarte da pessoa humana – aquelas que já não são necessárias para a sociedade e das quais a sociedade não quer mais cuidar. O descarte implica a desnecessidade do objeto para o seu dono. As pessoas que moram nas ruas foram transformadas, um dia, em objeto de produção ou compuseram esferas passíveis de ação assistencial. Nos dois casos, culminaram com o resultado que enfrentam no contexto da lógica presente:

[...] na atual conjuntura, o fato maior é, sem dúvida, o cruel predomínio de uma férrea lógica da *exclusão*, o clima de indiferença anti-solidária que a sustenta e, em decorrência, o fato de uma imensa ‘massa sobrança’ de seres humanos descartáveis tenha passado a viver como lixo da história. (ASSMANN, 1994 apud GUARESCHI, 2001, p. 149, grifos do autor).

Nessa lógica, qual a perspectiva de senso comum sobre a pessoa que mora nas ruas? Apenas manter o corpo funcionando? Cumprir uma função econômica?

O corpo é a base material da vida, do espírito e do pensamento e também é a base material das instâncias da sociedade. O corpo guarda em si a ambigüidade entre o social e o individual. Contraditoriamente, o corpo é *locus* da expressão social e constrói expressões do social. Um corpo que carrega uma não padronização possível do *viver em sociedade idealmente*, portando vícios, dificuldades físicas ou mentais, falta de capital humano¹ acaba por depender circunstancialmente da sociedade: assistência social, solidariedade e políticas em geral.

O morador de rua ainda possui o corpo, mas o mantém com um mínimo de recursos e assim, vai *perdendo* o corpo gradualmente, em ritmo mais acelerado que outros grupos da sociedade. São muitas as doenças adquiridas nas ruas: de pele, sexualmente transmissíveis, por ingestão de alimentos deteriorados ou conseqüentes do uso do álcool, além daquelas

¹ Snow e Anderson (1998, p. 443) mostram que: “Os atributos adquiridos que salientam o valor de um indivíduo na força de trabalho, tal como a educação, aptidões ocupacionais ou experiências profissionais” são os itens que configuram o déficit de recursos que os cientistas sociais chamam de capital humano. Contudo, deve-se observar que a falta desse não é de responsabilidade da pessoa e sim de toda a sociedade.

dificuldades decorrentes de *acidentes*: de trânsito, no trabalho ou nas brigas que ocorrem com frequência.

Esses problemas frequentes aumentam, ainda mais, a distância da família, do trabalho fixo e de uma moradia fixa, itens que os moradores de rua tanto almejam. Serem mortos, em vários sentidos, é a lógica biológica da população de rua. Podemos relacionar a inação social a esta população enquanto uma omissão, da qual acabam sendo vítimas. Como já destacamos, entre os meses de fevereiro e agosto de 2002, encontramos uma média de 42,6 pessoas vivendo nas ruas de Presidente Prudente. Frente a esse número insistimos na pergunta: se são tão poucos, por que continuam na rua?

Considerando que a população de rua está sujeita ao desabrigo, devido a precarização ou exacerbação de certas circunstâncias, Snow e Anderson (1998, p. 23) apresentam três dimensões de desabrigo: *a residencial*, a de *apoio familiar* e a de *valor moral e de dignidade*. A dimensão residencial revelaria a base material do não-habitar; a dimensão de apoio familiar revelaria as relações sociais intrínsecas à residência e à idéia de laços e harmonia, *lugar ideal* para aquele que mora nas ruas; e, por fim, a dimensão de valor moral e de dignidade revelaria o *status* social do papel que desempenharia aquele que mora nas ruas.

Em relação aos domiciliados, o papel social desempenhado pela pessoa que mora nas ruas incorporaria o símbolo do *defeito de caráter*, como resultado, justificaria o abandono de quem possuísse esse defeito ao mesmo tempo que serviria de exemplo – *status* modelar – para outras pessoas, especialmente para as do sexo masculino. A maioria das pessoas que compõem a população de rua são do sexo masculino. Contraditoriamente, a maior parte das entidades assistenciais destina-se à mulheres e crianças. Provavelmente isso se explique porque tais entidades tem, como principal finalidade, evitar que as pessoas em situação de vulnerabilidade social, ultrapassem tal estágio rumo a uma inserção mais precária.

Quanto às entidades voltadas ao atendimento de homens adultos, elas são, na maioria, de caráter recuperador e dificilmente de caráter formador ou preventivo. Snow e Anderson (1998), no contexto de suas pesquisas sobre os EUA, observam que: “é nossa impressão que as moradoras de rua são vistas como menos responsáveis por sua situação do que os homens de rua” (SNOW; ANDERSON, 1998, p. 27). Aos homens resta, em muitos casos, o *virar-se*. Provavelmente, parece que a influência de uma cultura política machista, que muito resistiu a reconhecer a condição não-tutelada da mulher brasileira, acabou por resultar no enfrentamento de tal situação, em maior apoio assistencial às mesmas e ao quase abandono daqueles que são mais fortemente atingidos pela tragédia de viver na rua.

A população de rua é tipificada, no universo de pensamento consensual, por termos diversos: vadios, andarilhos, mendigos, vagabundos, itinerantes, desafortunados, homens das esquinas, malandros, destituídos, desordeiros, entre outros e, mais recentemente, compreendidos como *excluídos*. Essa gama de termos, para designá-los, acaba por revelar as dimensões acima consideradas como matrizes de uma tipificação social.

Nesta pesquisa, optamos por tipificar as várias formas, fluxos, processos e estruturas (SANTOS, 1985), que fazem parte do universo da população de rua para nos aproximarmos, ao máximo, do vivido e do cotidiano desta população e identificarmos as características do seu lugar.

As *formas* configuram, do ponto de vista da ocupação, o anti-projeto, ou seja, são padrões que revelam o não estabelecido, o não lugar e a não acomodação adequada de pessoas – da população de rua – em determinadas áreas da cidade; os *fluxos* exprimem um cotidiano e um vivido fora dos padrões produzidos, neste caso, o tempo é o tempo das estratégias de sobrevivência e o ritmo do movimento é pautado por uma fluidez hodierna das formas; os *processos* perpassam os lugares, parte desses processos se materializam no lugar e parte leva o

modelo do lugar perpassado para outros lugares, formando, no caso do lugar da população de rua, outros processos, que se manifestam no vivido e, embora pareçam muito diversificados, formam a congruência do descarte; já a *estrutura*, permite que estes processos *deslizem* conferindo certa naturalidade e organização aos mesmos. Identificamos, dessa maneira, no espaço geográfico, um ponto específico na tipificação e na análise que propomos.

A partir das dimensões do espaço geográfico, propomos traçar um perfil da população de rua, mostrando como este segmento se organiza em relação as estratégias de sobrevivência: a ação assistencial, o trabalho não regular, a associabilidade, os pontos de pernoite, a alimentação, o lazer e a higiene.

4.1 As estratégias de sobrevivência da população de rua

Nos trabalhos de Vieira, Bezerra e Rosa (1994) e de Snow e Anderson (1998) são identificadas estratégias de sobrevivência similares no universo da população de rua. Nas duas pesquisas o trabalho regular aparece como de difícil acesso, pois, exige certas posturas que dificilmente são mantidas pelas pessoas desta população: higiene, regularidade, motivação constante, vestimenta adequada. Posturas que o uso de drogas, por exemplo, pode tornar impraticáveis. Restam, dessa forma, a ação assistencial e os trabalhos não regulares – bicos ou trabalho à sombra² – como opção de modos de sobrevivência.

A ação assistencial é apresentada, nas duas pesquisas, como incapaz de suportar a demanda gerada pela população de rua. Os trabalhos não regulares exercidos também são

² Snow e Anderson, (1998, p. 239), “[...] trata-se de estratégias compensatórias de subsistência que são criadas ou buscadas na sombra do trabalho mais convencional devido à exclusão de mercados de trabalho existentes, porque a participação nesses mercados deixa de proporcionar uma remuneração de subsistência, porque a assistência pública é insuficiente, ou porque essas estratégias proporcionam um meio mais confiável de sobrevivência”.

bastante semelhantes e marcados pela intermitência, entre eles destaca-se: venda e comércio, coleta de resíduos sólidos, doações, limpeza de carros e serviços braçais diversos. Uma das diferenças notadas foi que em Austin (Texas), onde Snow e Anderson pesquisaram, foram identificados diversos moradores de rua que faziam da venda de plasma (produto do sangue) uma constância, ou seja, vendiam o próprio sangue para sobreviver, sangue que, inclusive, supria parte das necessidades de plasma dos combatentes norte americanos feridos em guerras na década de 80. Podemos propor, neste caso, que literalmente a técnica de guerra sugou o sangue da população de rua dos EUA. Desta forma, exacerba-se a transformação do corpo ou de partes do corpo em mercadoria e assim, rigorosamente, chega-se ao ápice da competitividade sem limites morais, além de, contraditoriamente, forçar a população de rua a tirar *partes de seu corpo* para defender, em tese, o sistema excludente que a *grou*. Em se tratando do país mais poderoso do mundo, trata-se de uma demonstração de evolução ou de involução?

No caso de Presidente Prudente (SP), podemos identificar tipos distintos de estratégias de sobrevivência, entendidas como um conjunto amplo de atividades que possibilitam a alguém sobreviver em meio a dificuldades extremas, de acordo com as condições: físicas, mentais e de inserção social.

4.1.1 A ação assistencial

A ação assistencial, como apresentamos no capítulo 2, é também insuficiente para amparar as pessoas que compõem a população de rua em Presidente Prudente (SP) pois, ou não possui recursos e organização voltados para a real situação dessa população ou impõe regras que não levam em conta as condições das pessoas nesta situação.

4.1.2 O trabalho não regular

Os trabalhos não regulares configuram a grande maioria das formas de *ganhar a vida* no universo da população de rua, optamos por tipificá-los em: solicitação de doações, prestação de serviços, coleta e venda de resíduos sólidos, venda e troca de pequenas porções, e atividades ilegais.

As *solicitações de doações* transformam o pedir – dinheiro, comida e produtos em geral – numa constante estratégia e acabam fazendo com que a pessoa que a pratica incorpore gestos e tom de voz específicos, juntamente com a permanência em locais estratégicos – calçadão, rodoviária, áreas com fluxo intenso de pessoas, ou indo de casa em casa (no caso de Presidente Prudente) – para suprirem suas necessidades básicas. No pedir esmola existe certa técnica comercial, como discutimos no capítulo 3, e nem todos o fazem com a mesma intensidade. No entanto, a maioria recorre a essa estratégia. Percebemos uma correlação entre tempo de rua e idade, por um lado, e recurso mais frequentes à esmola, por outro. Mas também encontramos exceções, como o caso do Marcelo, de 23 anos, que declarou praticá-la regularmente. Neste caso, tudo indica que o pertencimento a um grupo, também praticante, pode ter influenciado, além do fato de que ele já vivia na rua há 7 anos.

A *prestação de serviços (bicos)* engloba uma gama de atividades e parece ser uma prática constante, porém intermitente quanto a oferta, no vivido das pessoas que moram nas ruas. Carpir um quintal, descarregar um caminhão (chapa), lavar um carro e executar vários outros pequenos serviços para comerciantes locais, são algumas das atividades desempenhadas. Mas o *bico* carrega certa carga moral, quando se tem que executar um serviço, de curto prazo, como forma de ressarcimento da ajuda recebida – é possível que os terrenos para carpir e carros

para lavar sejam oferecidos pelos domiciliados quando um morador de rua pede alguma ajuda, “assim não vão ficar mal acostumados”.

A *coleta e a venda de resíduos sólidos* estão aqui separadas por serem estratégias freqüentes – as mais citadas – e também as mais duradouras. Muitos dos entrevistados dizem ser coletores e possuem o coletar latas de alumínio, papel e plásticos, entre outros, como a opção mais acessível para suprir suas necessidades imediatas, embora o dono do depósito, que compra o material coletado, faça o pagamento somente aos sábados. Muitos relatam a coleta como estratégia de sobrevivência única, outros como estratégia eventual intercalada com outras atividades. Com a importância que adquiriu a manipulação da *durabilidade* dos produtos no sistema capitalista, reduzi-la implica maior consumo e conseqüentemente maior volume de *lixo*. Assim, coleta passa a ser uma das opções freqüentes de trabalho. Um objeto pode se tornar lixo ao perder o valor de troca contido na sua função característica. Agora, como lixo, ele poderá ter seu valor de troca restituído enquanto matéria prima ou novo uso empregado.

Mas a coleta de resíduos sólidos, por ser praticada por grande quantidade de pessoas – especialmente na área central – e por exigir dinâmicas as quais nem sempre a pessoa que mora nas ruas consegue se adequar, pode configurar uma atividade que não fornece condições mínimas de sustento. Em Presidente Prudente, a área central é dividida por pontos de coleta de resíduos sólidos descartados. Conseguir um ponto nem sempre é fácil:

“E se você num tivé ponto, você pa[...], morre de fome! Eu, no meu momento, eu tava nesse momento, uma semana atrás, morrendo de fome porque eu não tinha um ponto!”
(Clóvis)

Assim, quem consegue um ponto goza de certa estabilidade. Coletar resíduos sólidos passa a fazer parte do vivido dessas pessoas e essa proximidade com os recipientes de descarte acaba facilitando ou aproximando algumas pessoas que moram nas ruas do consumo de

alimentos ali encontrados. Neri e Josefino foram vistos revolvendo latas de lixo, Clóvis afirmou faze-lo, e é possível que outros também o façam. Waldomiro foi encontrado, certa vez, comendo um pedaço de lingüiça, crua e aparentemente não bem conservada, sobre a calçada.

Coletar implica em vender o que foi coletado, assim, enfrentar as relações de venda com os donos dos depósitos passa a ser uma constante luta, que não é sempre vencida pela pessoa que mora nas ruas.

Um problema característico, que limita estratégias de sobrevivência é a dificuldade de mobilidade geral: “quem menos tem poder de movimento mais depressa vê desvalorizar-se seu produto e seu trabalho” (SANTOS, 1994a, p. 79).

Venda e troca de pequenas proporções também são atividades bastante comuns: vender sorvetes, vender algodão doce, vender chaveiros e canetas, vender ou trocar objetos pessoais, que normalmente foram ganhos ou achados, também são atividades desenvolvidas por moradores de rua. Ganhar objetos para troca parece ser algo bastante esperado. Quando acompanhávamos a distribuição de alimentos e roupas que um dos grupos dos *anjos da noite* (nome que a população de rua usa para se referir aos grupos que levam comida aos pontos de pernoite, provavelmente uma referência ao grupo da cidade de São Paulo/SP que leva este nome) realizava, numa noite bastante fria, pudemos observar que um homem tirou a camisa para poder ganhar outra. Os objetos pessoais ganhos podem tanto ser trocados e vendidos, como ser doados aos colegas, cultivando a regra do *o que vai, volta*.

O colaborador Esquenão, que trabalhava com a venda de sorvetes, revelou sua esperança de conseguir arrumar novas rodas para o seu *carrinho* de sorvetes, pois só assim voltaria a trabalhar nessa atividade. Não é difícil constatar que frente as dificuldades físicas que possuí, não consegue circular por grandes percursos durante longo tempo.

Quanto às *atividades ilegais*, os pequenos furtos foram apontados como prática comum de algumas pessoas que moram nas ruas, além disso, muitos que coletam material reciclável não conseguem obter carrinhos para coleta junto aos depósitos, devido ao fato de vários carrinhos terem sido roubados. A prostituição e as drogas também pareceram existir enquanto estratégias de sobrevivência, embora, por motivos óbvios, sejam muito raramente mencionadas nos depoimentos dos colaboradores.

4.1.3 A associabilidade entre moradores de rua

Nas ruas, a vida se torna menos árdua se surgirem amizades, mas a amizade, no universo da população de rua, pode ser facilmente desestabilizada. O consumo excessivo de drogas, especialmente do álcool, e a luta árdua pela sobrevivência, acabam por tornar alguns vínculos bastante frágeis. Mesmo assim, existem muitas relações de amizade nas ruas, muitos chegam a considerar-se como irmãos. Tipificamos a associabilidade em: solitários, grupos pequenos (2 a 3 pessoas), grupos médios (4 a 7 pessoas), grupos grandes (8 a 15) pessoas (ver Tabela 3). Esses variam também em relação à permanência, existindo grupos estáveis, nos quais há pouca rotatividade e grupos dinâmicos, nos quais constantemente ocorrem mudanças de composição.

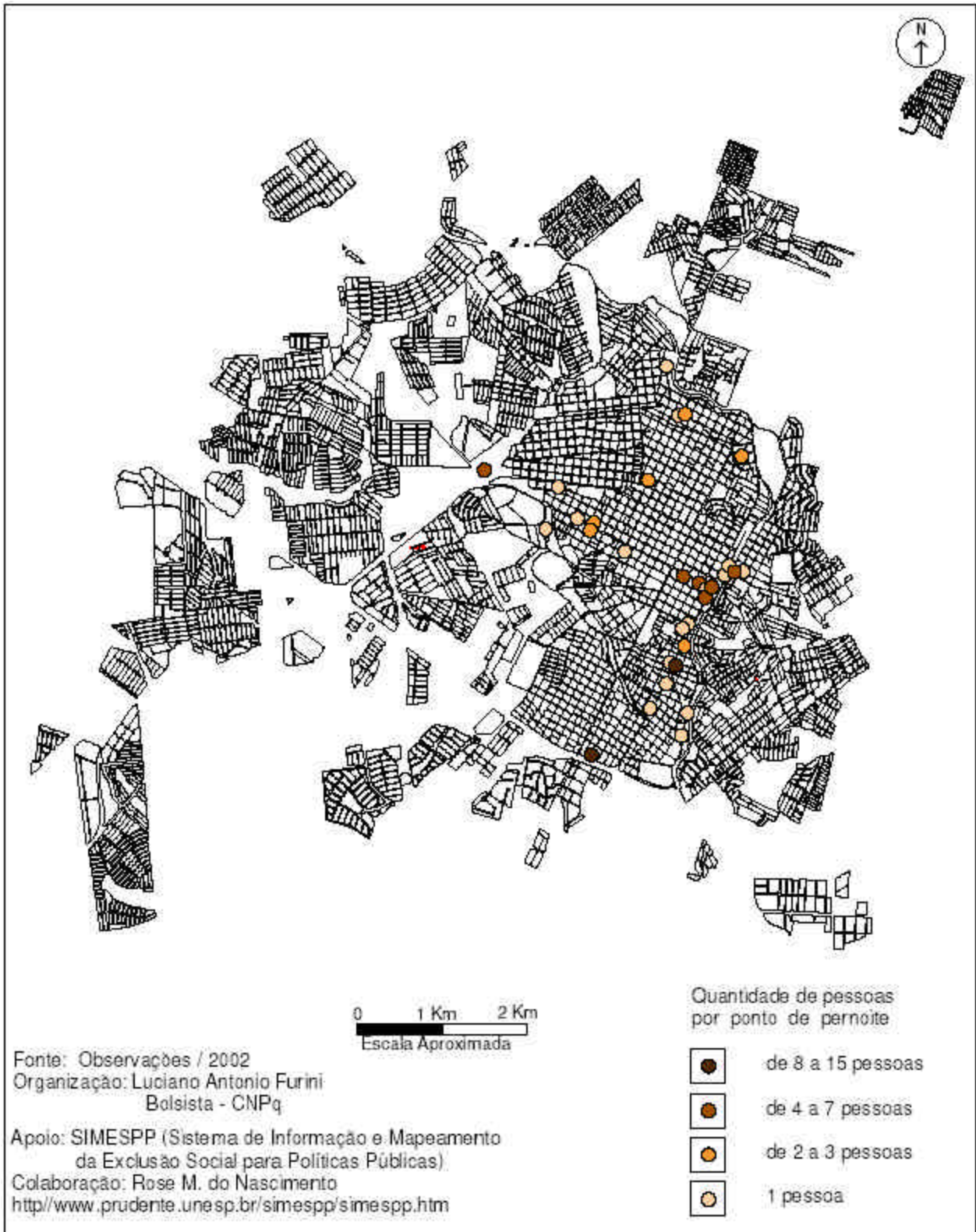
Os solitários encontrados foram os que mais apresentaram dificuldades para articular as respostas, durante as entrevistas. Tal grau de dificuldade sugere uma relação entre problemas mentais e problemas de socialização. Mas haviam também aqueles que declararam claramente sua preferência pela solidão, sobretudo na hora de dormir, mesmo sabendo que a proteção nas ruas implica em andar em grupos, a despeito das freqüentes brigas.

Os grupos são regidos por normas internas e externas no âmbito da população de rua, sendo as regras de reciprocidade elementos chave na sua configuração. Mas fatores locais também são estratégicos nesta configuração. Os grupos se dissolvem durante o dia e é comum encontrarmos apenas duas ou três pessoas andando, trabalhando ou sentadas juntas durante o dia, com exceção dos que vivem no entorno do Posto Rio 400, que permanecem em maior número.

4.1.4 Os pontos de pernoite da população de rua

Público e privado se misturam no cotidiano do *morar* da população de rua. Ruas e avenidas são ocupadas literalmente para o *morar*.

Tipificamos os abrigos em relação ao seu uso e sua forma: nas calçadas, onde há um ponto de ônibus, uma árvore, uma marquise ou somente a calçada; nas praças, onde há jardins, coretos, escadas ou árvores; nos viadutos ou pontes; nos terrenos baldios, nas construções abandonadas e em equipamentos públicos diversos. Entidades de recolhimento, hospitais de saúde mental, casas de recuperação e albergues também são abrigos possíveis. Estes tornam-se *locais de permanência e moradia intermitentes*, pois são ocupados temporariamente. Contudo, existem locais já bastante vinculados a função de permanência ou moradia da população de rua na cidade (CARTOGRAMA 3).



CARTOGRAMA 3 - Presidente Prudente (SP): Pontos de pernoite / população de rua

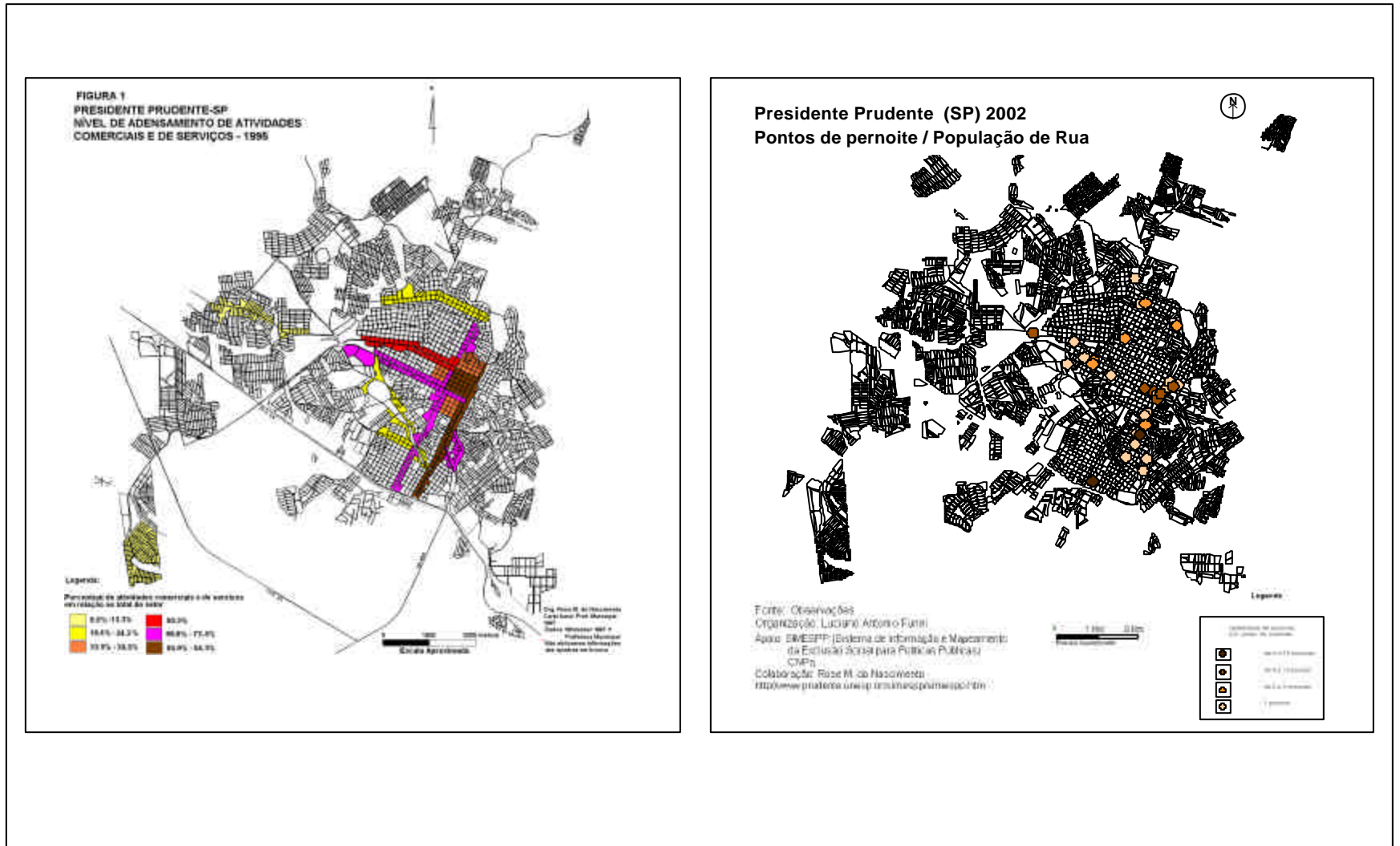
Em Presidente Prudente, podemos estabelecer um esquema de localização da população de rua que considera como eixo de ocupação a área de adensamento das atividades comerciais e de serviços. (CARTOGRAMA 4).

É relevante notarmos que a área na qual a população de rua mais permanece nesta cidade é a considerada de *maior inclusão* – eixo centro em direção à zona sul – além de possuir intenso tráfego de veículos e adensamento das atividades comerciais e de serviços. Estar situado onde os recursos são fartos, onde muitas pessoas possam vê-los e onde não existam tantas residências, cujos donos possam chamar a polícia, parecem ser características importantes para comparações com outras cidades, quando se ampliar o campo de análise.

Como já enfatizamos, uma característica geral para o estabelecimento de pontos de pernoite é a proximidade com locais que possam dinamizar as estratégias de sobrevivência. Outros aspectos também são relevantes para se escolher um local específico, como os fatores: proteção contra intempéries, proteção contra agressores, luminosidade, conflitos possíveis e disponibilidade de recursos.

As marquises – saliência existente na fachada dos edifícios para *proteção contra intempéries* – se constituem na forma mais procurada para o pernoite. Cerca de doze pontos de pernoite com marquises são conhecidos, embora alguns tenham sido abandonados como proteção.

Um meio de se *protegerem contra agressores*, além da formação de grupos, é encontrar locais que dão visibilidade – para que motoristas e pedestre possam vê-los. Ser visto dormindo, embora implique em perder a intimidade, acaba por estabelecer certo padrão de proteção e por definir a imposição de uma hierarquia de prioridades.



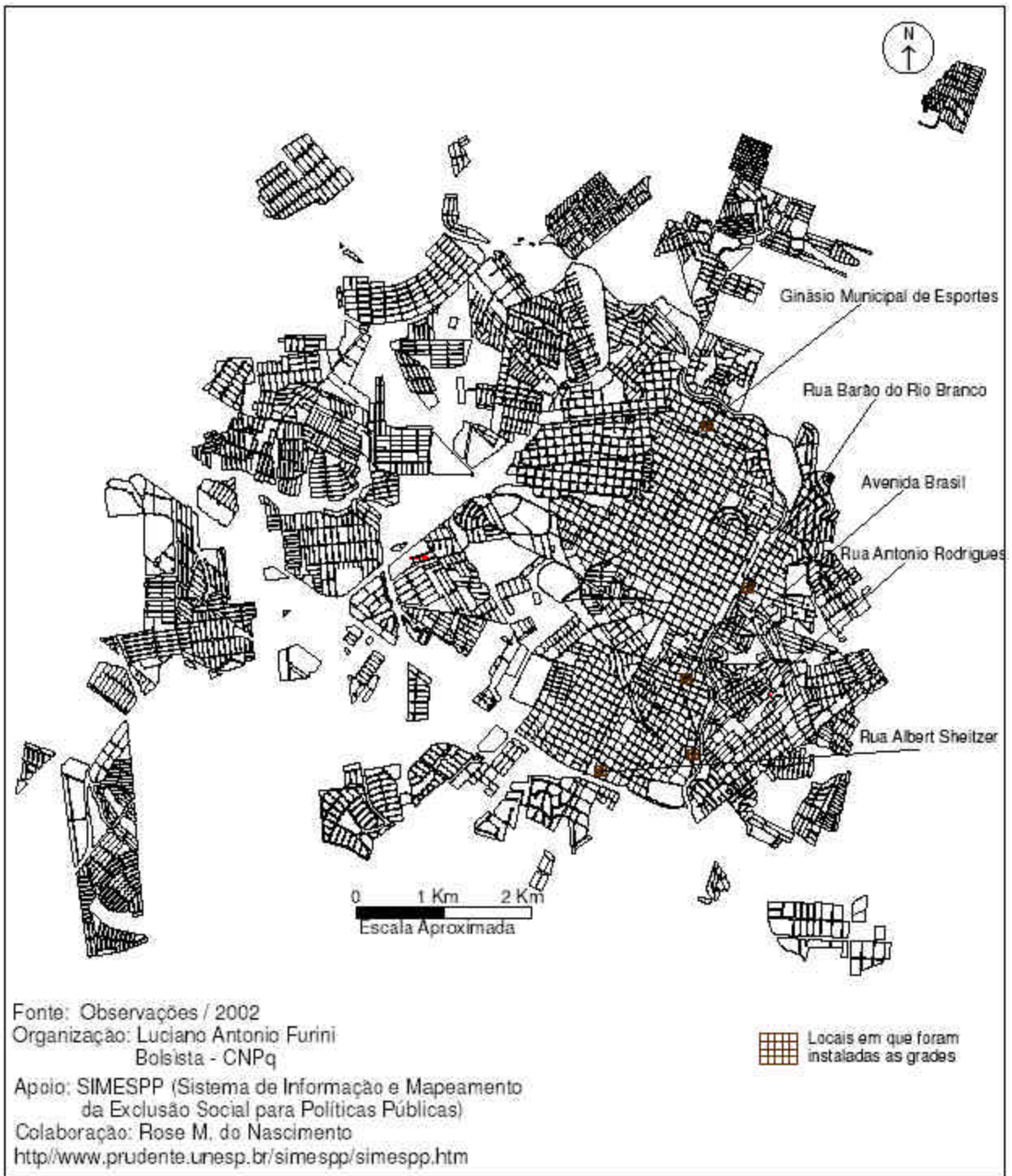
Organização: Luciano Antonio Furini, 2002

CARTOGRAMA 4 – Relação entre as áreas de adensamento das atividades comerciais e de serviços, com as áreas de localização dos pontos de pernoite da população de rua

Dessa maneira é que a luminosidade deve ser tal que permita o sono – baixa intensidade – mas que também permita que sejam vistos, em caso de ataque noturno. O grupo que se localiza no Posto Rio 400 é o que dormia em local com menor luminosidade e menor fluxo de pedestres e veículos. Neste caso, a grande quantidade de pessoas facilitava a proteção mútua.

Evitar *conflitos possíveis* também influencia a escolha do ponto. Em geral a presença da população de rua gera muitas reclamações junto à Prefeitura. A disponibilidade de recursos também acaba influenciando. Lugares para sentar-se, fazer necessidades fisiológica e adquirir alimentos constituem pólos de atração. Arranjar um ponto de pernoite implica, muitas vezes, em gerar conflitos que podem chegar ao extremo da expulsão por meio da ação policial ou da apartação material por meio da construção de grades.

Em Presidente Prudente (SP), encontramos cinco pontos de pernoite que foram inviabilizados por meio da colocação de grades (CARTOGRAMA 5). As grades comportam duas materializações: a do poder e a do *não eu*. Estas materializações geram, por sua vez, o *não lugar*. O Ginásio Municipal de Esportes da cidade é um exemplo dessa materialização. Os vizinhos tanto reclamaram que ali foram instaladas grades por meio da Prefeitura, que despendeu recursos públicos em favor do restabelecimento da *ordem*, com a expulsão dos *desordeiros*. Ainda que não surpreenda, tal atitude revela-se imediatista e mesmo inseqüente, na medida em que insiste em tratar a questão social como caso de polícia, nada fazendo, portanto, para solucioná-la. Neste caso, trata-se, literalmente, de deslocar o problema, dentro do mesmo espaço urbano. Até quando?



CARTOGRAMA 5 - Presidente Prudente (SP): Pontos de pernoite da população de rua que foram inviabilizados com a colocação de grades



Luciano Antonio Furini out/2002

Foto 1 – Grades instaladas no Ginásio Municipal de Esportes de Presidente Prudente



Luciano Antonio Furini out/2002

Foto 2 – Grades instaladas no Ginásio Municipal de Esportes de Presidente Prudente

4.1.5 A alimentação

A alimentação, entre os moradores de rua, é obtida ou preparada de diversas maneiras: comprada, pronta ou para o preparo, quando possuem uns trocados; ganha, pronta – nos pontos de distribuição móveis ou fixos – ou para o preparo, sendo esta última mais comum nas construções abandonadas, o que implica uma série de dificuldades devido a falta de estrutura mínima.

No lixo, alguns também buscam o alimento e alguns restaurantes e bares distribuem as sobras do dia. Contudo, nem sempre conseguem alimento:

“Já passei fome muita! É a pior dor que tem na face da terra, num é morre atropelado, num é levá tiro! Dói, mais dói que dói muito: é a fome! Eu, se tivé a dor eu prefiro [...] se tivé com dor de tiro, de facada [...] que a dor da fome [...]! Eu já revirei muito lixo, de comê comida de treis, quatro dia no lixo eu comi, pra matá a fome” (Clóvis)

4.1.6 A higiene

A higiene é praticada esporadicamente quando os recursos permitem. Um rio próximo da cidade, um posto de gasolina ou uma empresa, podem servir como meio para higienizar-se. Na rodoviária, as pessoas podem tomar um banho por aproximadamente R\$ 2,00 (dois reais), quantia que, muitas vezes, os moradores de rua não chegam a conquistar em um dia de trabalho. Os produtos para higiene são de difícil acesso, as vezes, só a água é usada no banho.

“Eu tô com quinze dias sem tomá banho, porque eu tô sem sabonete [...]! Num posto lá em cima [...] o cara pegô e jogou água assim ó! Só jogou água [...] mas sem sabonete” (Pedro)

4.1.7 O lazer

O lazer parece ser algo de difícil visualização quando se pesquisa sobre a população de rua. Consumir drogas, especialmente bebidas alcoólicas, em meio a conversas, contar e ouvir *causos*, parece ser o mais comum e, em alguns casos, jogar futebol nos finais de semana. Ficar sentado, observando os acontecimentos do dia a dia ou de eventos especiais, também rende alguns sorrisos e minimiza o sofrimento. O lazer parece não se enquadrar na vida da população de rua, as manifestações de alegria são tidas como algazaras. Até o alegrar-se parece não ser-lhes permitido, pois o fato de morarem nas ruas associa-os ao *ócio* e à *malandragem*, o que irrita o *cidadão honesto*.

Um colaborador relatou que alguns policiais os maltrataram na noite da véspera de Natal do ano de 2001. Segundo ele e alguns amigos que confirmavam suas afirmações, o grupo a que pertencia estava reunido assando uns pedaços de lingüiça que haviam ganhado de um caminhoneiro. Ocorreu que a polícia chegou e derrubou tudo, chutou alguns deles, jogando os alimentos e alguns objetos numa caçamba (de carregar entulhos) que estava próximo ao local, ateando fogo, que teria chegado a queimar uma árvore. Mesmo estando no mês de fevereiro do ano de 2002, eles continuavam revoltados com o fato ocorrido. Mas a relação com os policiais não é sempre a mesma, como indica a fala do Alcides:

“Eu sei que eles tão fazendo o serviço deles, tão [...] praticamente protegendo a gente! Como diz aquele ditado: quem não deve não teme! Se eles tão fazendo o serviço deles, deixa eles fazê o serviço deles, que eles tão mais é protegendo a gente! Principalmente a gente que mora na rua!” (Alcides)

Provavelmente a manifestação de alegria, por parte da população de rua, não é bem aceita pela sociedade. Esta reservaria para eles somente a possibilidade de atitudes de

submissão como *mendigar*, *agradecer* e *olhar para o chão*. A polícia, em geral, reflete a sociedade a que pertence.

4.2 Os caminhos para a rua

Todas as estratégias de sobrevivência ocorrem para suprir a falta de uma inserção forte e estável na sociedade que pode ter sido rompida gradualmente.

Existe uma linha tênue ou um setor de instabilidade caracterizando por um modo de vida vulnerável ou assistencial, que surge quando as pessoas são desconsideradas – por meio dos processos sociais excludentes – por políticas sociais que distribuam a renda e valorizem a pessoa humana. A precarização da vida social de grande parte da população, muitas vezes, está camuflada ou afastada da visibilidade da população em geral. Expulsos para áreas afastadas do centro da cidade ou internados em entidades ou hospitais, muitos vão formar contingentes passíveis de se tornarem, um dia, população de rua.

Nesta pesquisa, consideramos vários trajetos que culminam com o *caminho para as ruas*, contudo, estabelecemos alguns pontos nodais nos processos sociais excludentes: o epistemicídio, a ideologia da modernização, o uso do tempo e a involução logística (CAPÍTULO 1); as representações sociais (CAPÍTULO 3) e os efeitos destrutivos do sentimento comunal – *gemeinschaft destrutiva*, conforme Sennett (1998, p. 295). Estas premissas configuram uma gama de relações sociais que vão exacerbar as *disputas sociais*, a competitividade. Competir seria o ícone do liberalismo que:

[...] afirmava que o modo de produção capitalista se constituía num grande avanço em direção à *liberdade*, proclamando que as pessoas, nesse novo modo de produção, passavam a ser livres, *pois podiam trabalhar ou deixar de trabalhar*. Não é muito diverso o cinismo do novo liberalismo, ou *neo-liberalismo*, que se apresenta como moderno, imprescindível e indispensável nos dias de hoje. Afirma que a humanidade progrediu e chegamos ao atual estágio de desenvolvimento devido, certamente, às novas

tecnologias, mas também em razão de um novo mandamento que deve ser instaurado entre as pessoas, grupos e países, a que decidi chamar de competitividade. (GUARESCHI, 2001, p. 145, grifos do autor).

A competitividade passa a ser o ideal da lógica organizacional a ser imposta e mantida nas sociedades que guardam uma racionalidade, segundo a qual, no mercado, os mecanismos de acumulação capitalista devem fluir livremente e rapidamente. A competitividade possui uma nova face que, após cooptar o Estado, vai cooptar o ser: “Como podemos, mesmo assim, admirar-nos que, aqui e ali, estourem guerras e corra sangue, já que a Nova Ordem Mundial que se constrói é baseada numa competitividade sem limites morais?” (SANTOS, 1997, p. 19). Neste universo, em que a competitividade impera, o abandono da pessoa torna-se uma forma de livrar-se de um peso, para se poder competir. Esperar o outro se *levantar* pode levar tempo e *tempo é dinheiro*.

Ficar abandonado é involuir logicamente, pois agora, deve-se objetivamente criar o que não se tem, adaptando-se, de acordo com o acesso que resta, a objetos e modos de organização. Com uma nova lógica, mais lenta, porém bastante criativa, uma nova normatização surgirá.

Os atingidos negativamente por estes processos vão constituir o universo de pessoas passíveis de formarem a população de rua. Contudo, elencamos fatores de maior influencia que vislumbramos durante a pesquisa e que ocorrem após a inserção da pessoa em âmbitos de vulnerabilidade ou de assistência. O laço social padronizado é quebrado nesta situação de precariedade, por acontecimentos simultâneos relacionados: a *vida psicossocial*, a *vida sócio-familiar*, a *vida sócio-espacial* e a *vida sócio-biológica*.

Na *vida psicossocial* temos que, antes da ruptura física da pessoa com sua família, ocorre a ruptura psicossocial. Os estigmas gerados na formação das representações

sociais e mais amplamente guardados na memória coletiva e nos processos ideológicos são gerados e geradores nos/dos preconceitos sociais, específicos à população de rua.

Notemos que os preconceitos são vinculados a uma prática ou circunstância social em que a pessoa está inserida. Estar inserido enquanto população de rua implica receber uma carga de estereótipos. A dimensão do peso desta carga é relativa ao consenso moral normatizado e ético que a sociedade cultiva e que quer manter. Esse paradigma social pode ser mudado e é, ao nosso ver, a maior dificuldade quando se trata de população de rua, pois ele está assentado na noção de equilíbrio social. No entanto, esse equilíbrio social, baseado na moral do trabalho, é uma farsa na sociedade capitalista. Rotular de vagabundo implica em manter a noção preconceituosa, mas várias manifestações em prol da não estereotipização da população de rua começam a ser cultivadas no Brasil a partir da década de 90, como as contidas no livro *População de Rua: Brasil e Canadá*, organizado por Rosa (1995).

A *vida sócio-familiar* remete a um contexto no qual viver numa comunidade ou família é estar, em tese, amparado e contar com um apoio que a população de rua nem sempre conta:

Tendo em vista que a família se constitui, especialmente para as classes trabalhadoras, num recurso básico de apoio e solidariedade ante as dificuldades de sobrevivência, é possível afirmar que a vida solitária dessas pessoas, em condições tão precárias e sem abrigo, indica a existência de algum rompimento no nível familiar. (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 1994, p. 88).

Possuindo um *capital humano* a pessoa tem condições de ser aceita e não ser objeto de abandono. Possuindo recursos materiais e também margem social, a pessoa tem a quem recorrer nas ocasiões em que o viver torna-se socialmente difícil.

Os acontecimentos que podem agravar, desencadear ou acelerar o processo de ruptura dos laços familiares são aqueles diretamente ligados à separação conjugal, à morte de

parentes próximos, ao consumo de drogas (mais precisamente o álcool), ao desemprego e a outros fatos sociais que vamos considerar aqui como *acaso*.

A *separação conjugal*, tanto das uniões formalizadas, quanto das não formalizadas está presente numa grande quantidade de casos relatados nas entrevistas realizadas. Não apenas a separação parece ser a grande dificuldade, mas também a próxima união. As figuras dos padrastos e madrastas, resultantes dessas uniões, estão no centro das situações de conflito familiar:

“Foi por causa de padrasto [...] para não fazer besteira depois, eu sai de casa!”

(Enéias)

“Desde que eu separei da minha mulher, aí eu deixei a casa para ela!” (José)

“Porque eu separei da minha *família* [...]” (Sebastião)

“É que antes eu tinha família, mais não deu certo, a gente se separou [...]”.

(Reginaldo)

“A minha mulher mandou eu embora!” (José Roberto)

“Ah, eu discuti com a minha madrasta lá, minha e [...], aí eu peguei e vim embora” (Marcelo)

“A mulher cismou de desquitar [...], depois eu assinei o desquite” (Josefino)

“Foi a separação dos meus pais, eles se largaram, a minha mãe amigou com um traficante, não deu certo, eu tive que saí de casa” (Andréia)

A *morte de parentes próximos* também é citada nas entrevistas. Perder o pai, a mãe, os dois ou o parente que está diretamente relacionado a sobrevivência pode também ser fator agravante podendo culminar com a inserção da pessoa como população de rua, como veremos mais adiante neste capítulo.

O *consumo de drogas* parece permear, em muitos casos, outras situações de ruptura. O vício, em sentido amplo, significa a incapacidade de coordenar as ações, ou seja, quem está nessa situação faz muitas coisas que não quer fazer. A pessoa, após perder o controle, fica à deriva, à mercê das *ondas* que o vento do cotidiano formou, tem consciência das dificuldades mas não tem forças para superá-las. Sem poder controlar o *leme* de sua vida e sem um *porto seguro* para *atracar*, vive constantemente em *alto mar*, onde, muito precariamente, renova suas reservas.

O *desemprego* é muito citado nas entrevistas e, ao nosso ver, é o resultado de uma série de perdas. Uma sociedade que não *busca*, prioritariamente, dar opções de *ganhar a vida* para todos, revela que sua organização baseia-se em lógicas que criam ou incorporam os processos sociais excludentes. Hoje, para se justificar o desemprego, são *cultivadas* algumas explicações pouco convincentes, como a da qualificação profissional e a da capacitação profissional. Essas explicações contribuem para formar a base da culpabilização da pessoa, ou seja, tentam mostrar, nas entrelinhas, que o desempregado não se qualificou ou não se capacitou para o mercado, daí estarem na situação de desemprego.

Estes fatos, desencadeadores e agravantes da vulnerabilidade, podem ser analisados por meio de duas vertentes: a que atribui a esses fatos o patamar de consequência de processos e estruturas impróprias à vida, ou a que atribui a esses fatos o patamar de acaso. Snow e Anderson (1998) mostram que:

Quando nos voltamos para infortúnios menos sistêmicos, estruturais, que refletem como pensamos normalmente sobre o azar, tais como um acidente de automóvel ou um ferimento grave relacionado com o trabalho, descobrimos que alguns dos moradores de rua são de fato vítimas desse azar e que esses infortúnios pessoais às vezes dão o impulso inicial em direção ao caminho para o desabrigo, ou o empurrão final para o outro lado da borda. (SNOW; ANDERSON, 1998, p. 423).

Para sintetizar esta explicação, os autores dão o exemplo de um homem que caiu do andaime numa construção, acabando por ficar sem emprego e indo morar nas ruas. Fica

claro que este *acidente* possui uma carga na sua *ida para as ruas*, bem menor do que parece. O homem cai de um andaime por falta de estrutura, equipamentos de segurança ou falta de treinamento para o tipo de atividade desenvolvida. Além disso, a falta de seguridade social para suprir o período em que estava acidentado é fator relevante no caso. Enfim, o acaso pode ser bastante relativizado. O acaso, o destino, a falta de sorte são constantemente conseqüências. Desta maneira, é necessário transpor para outras instâncias geradoras os motivos, sempre que se fala em acaso. Morar nas ruas não é fruto do acaso. O que enfatizamos, neste item, não é a impossibilidade do imprevisível enquanto exceção e sim enquanto uma regra. Existem diversos processos que conformam o fenômeno *morar nas ruas*, pensamos estar colaborando na identificação destes processos ao conferir ao acaso uma dimensão bastante relativizada.

No contexto da *vida sócio-espacial* observamos que na cidade, como decorrência do processo de urbanização, a localização possui uma escala de valores que tem, nos equipamentos urbanos, infraestruturas e proximidade com o centro comercial, a base de sua organização.

Residir fora ou longe dos equipamentos urbanos ou do centro comercial pode ser bastante difícil para pessoas com limitações financeiras ou físicas. O simples fato de precisar utilizar-se do transporte coletivo pode tornar-se um grande obstáculo, favorecendo – no caso da população de rua – a busca por uma localização que, embora não seja adequada ao morar, o seja, ao viver com menor dificuldade.

A população de rua, caracteristicamente, possui baixa mobilidade intraurbana, exceto no que se refere a área de trabalho e aos fluxos que estabelece ali. Mas parte dessa população possui grande mobilidade interurbana. No intraurbano, a população de rua une local de trabalho, local de moradia e local de lazer num só, sendo que é o local de trabalho em sentido amplo – que se torna o eixo da territorialização. Aqui o movimento é lento, o tempo é o do andar

e o do caminhar. Se considerarmos, como mostra Santos (1994b, p. 84) que na cidade: “a força é dos lentos” podemos contribuir para destacar e valorizar a capacidade criativa da população de rua. No âmbito interurbano, a população de rua se movimenta em um tempo rápido, o *tempo da expulsão*. Dar passagens e não oferecer um local em que a pessoa, em situação de assistência, possa permanecer por longo período – em Presidente Prudente o prazo de permanência no Centro de Referência é de três dias – são ações que estabelecem o ritmo do movimento interurbano da população passível, ou já tida, como de rua.

Os pesquisadores norte americanos Snow e Anderson apresentam os argumentos de um colaborador de suas pesquisas quando este refere-se aos motivos da grande mobilidade de pessoas, da população de rua, em Austin (Texas): “Você quer saber porque a gente está sempre em movimento? Vou dizer por quê. O Sally não deixa você ficar mais de três dias de graça na maioria dos lugares” (SNOW; ANDERSON, 1998, p. 286). O Sally era um dos abrigos identificados quando da pesquisa naquela cidade, e apesar da diferença de contexto, possui o mesmo prazo de permanência que o Centro de Referência em Presidente Prudente (SP).

Nesta cidade, a pesquisa relativa ao Centro de Referência (antiga Casa de Passagem) revelou a intensidade do fluxo de pessoas: “Pelo que nos mostram os dados, o que encontramos foi um movimento de ir e vir constante, uma migração permanente de *peças livres* sem ‘estação final’” (RANGEL, 1996, p. 92, grifo nosso). A autora aponta que os fluxos são constantes e nós podemos perceber como estas pessoas estão *presas* neste processo, que lembra uma *cama elástica*, ou seja, ao tocarmos no *chão* da cidade os mecanismos de expulsão os impulsionam para outra cidade. A itinerância é fabricada, o movimento é criado e estimulado, o provisório e o esporádico são transformados em padrão de atendimento constante. A territorialização aqui, ocorre no próprio processo de territorialização. A busca de um lugar para viver: *a procura de um lugar*, passa a ser o padrão, o modo de vida e a busca se torna ela mesma

o encontro. Contudo, em determinado momento, esta itinerância é interrompida, tantos *nãos* e tantas *recusas* acabam sendo assimilados e o permanecer entra em atrito com o movimentar-se constantemente. Contraditoriamente as duas possibilidades possuem fluxos bem distintos e o morar nas ruas configura, em parte, uma estabilidade territorial. Existem, no entanto, pessoas que misturam as duas dinâmicas e se movimentam no âmbito interurbano, caminhando ou de carona.

Como dissemos anteriormente, o trabalho é o eixo locacional principal no intraurbano para a população de rua. Já no interurbano, outros fatores podem contribuir para a fixação, o acesso aos abrigos, a comida, o tratamento governamental e policial são referências importantes nesse âmbito. Daí decorre a dificuldade de se estabelecer relações entre uma cidade bem administrada e a presença (ou ausência) de moradores de rua.

Rangel (1997) apresenta um dos motivos do incentivo à mobilidade interurbana que parte de Presidente Prudente (SP): “De acordo com o depoimento de diversos profissionais envolvidos com o atendimento, é menos oneroso criar mecanismos de dispensa de migrantes do que tentar fazer projetos de fixação desses migrantes” (RANGEL, 1997, p. 19).

Na vida *sócio-biológica* a morte de parentes próximos pode agravar, em muito, a situação de pessoas que vivem em uma situação de vulnerabilidade, chegando a se configurar num *detonador*, que *aciona* a inserção precária.

Certa noite, encontramos um homem de aproximadamente 45 anos de idade dormindo ao lado do colaborador Esquenão. Ele afirmou que estava nas ruas há dois dias devido ao fato de sua mãe ter falecido e, segundo ele, era ela quem o mantinha numa casa localizada no Bairro Jardim Pinheiros, no município de Alvares Machado (cidade vizinha a de Presidente Prudente). Após o falecimento ele teria ficado desamparado, indo parar na rua.

Outras pessoas também relatam casos de morte, que ocorreram num momento anterior ao da ruptura com a família:

“Só tenho pai, minha mãe faleceu! [...] meu pai [...], coitado, ele é doente, tem problema na cabeça [...]!” (José)

“Eu vim com minha finada vó [...] eu não conheci nem meu pai nem minha mãe! Tudo finado!” (Esquenão)

“Mas ela [a esposa] já faleceu! Faleceu em 94” (Graciano)

“Foi quando minha mulher morreu [...]” (Pedro)

“Ah, desde o falecimento de minha mãe!” (Alcides)

“Eu era casado, fiquei viúvo!” (José Carlos)

“Quando eu nasci, meu pai me gerou, ele era taxista, daí, o assaltante foi assaltá ele, e ele reagiu e morreu com um tiro no olho!” (Clóvis)

“E tem um cunhado meu que era da [...] da polícia, então ele foi falecido [...] e eu fiquei [...], desguaritado aí!” (Mário)

“Meus pais já era falecido [...], eu era novim [...] sete anos!” (Alexandre)

As dificuldades físicas e mentais também são elementos que geram condições precárias para algumas famílias ou pessoas, que já viviam amparados por liames bastante desgastados. Vários entrevistados apresentaram, em suas histórias de vida, traços dessas dificuldades, demonstrando que no universo social brasileiro existe uma variedade de comportamentos que necessitam de atendimento especializado. Entendemos não ser simples a classificação, nem adequada a definição de deficiente físico ou mental. Estes termos podem servir mais para facilitar a manipulação, que para indicar soluções adequadas. Se acrescentarmos a esse quadro as limitações físicas, então as dificuldades de definição de políticas públicas adequadas tornam-se ainda maiores. Desta maneira, chegamos a um ponto nodal: como criar políticas que não sejam massificantes quanto a distribuição de recursos e que sejam adequadas a

cada caso? Como estabelecer critérios adequados? É óbvio que fica difícil caminhar nesta direção, contudo deve-se iniciar.

Os colaboradores Carlos, Waldomiro e Mário apresentaram dificuldades variadas ao responder às entrevistas, chegando, muitas vezes, a não demonstrar conexão alguma na resposta, em relação ao que havia sido perguntado. Carlos trabalhava com um *carrinho* na coleta e venda de resíduos sólidos descartados e mantinha, com certa desenvoltura, o relacionamento com seus *fornecedores*: lojas, empresas, escritórios e residências, entre outros. Waldomiro coletava e vendia resíduos sólidos descartados – carregando com as mãos os resíduos, pois, não conseguiu um *carrinho* para transportar – mesmo mancando, ele juntava um feixe de papelão e o colocava sobre a cabeça, feixe sobre o qual punha, ainda, sua maleta. Assim percorria cerca um quilômetro do hipermercado até o depósito. Já o Mário trabalhava como *chapa* (carregava e descarregava mercadorias) e permanecia grande parte do tempo próximo ao Posto Rio 400 (local privilegiado para esse tipo de trabalho, devido ao fluxo de caminhões que ali existe), onde parecia estar bastante entrosado com os outros membros do grupo ao qual pertencia. Mas ele foi encontrado em outros pontos, durante a noite, as vezes junto com grupos recém formados por pessoas que acabavam de chegar à cidade.

Outros moradores de rua, que eram vistos sozinhos e tidos como pessoas com dificuldades de socialização, foram observados. No caso de Luiz e Teresa (nomes supostos), foi possível conhecer parte do comportamento diferenciado que possuem. Luiz é um homem que aparenta ter uns quarenta e cinco anos de idade e anda com roupas sujas e cabelo e barba bastante compridos e podia ser facilmente encontrado na área que se localiza entre o *calçadão*, a avenida Coronel José Soares Marcondes, a Rua Rui Barbosa e a Praça da Bandeira. Ele ficava por longo período sentado em algum ponto e parecia chamar a atenção de quem passava. As pessoas o fitavam dissimulada e brevemente, mudando o olhar rapidamente após alguns segundos de

observação. Já Teresa, com todo seu vigor físico, caminhava por inúmeros bairros da cidade. Ela pode ser considerada uma moradora de rua de grande mobilidade na cidade, que fazia do pedir – com mais frequência nas casas – uma constante ação do seu dia a dia, chegando a sugerir o *cardápio* em algumas casas. Ela foi vista em bancos de praças, pontos de ônibus e caminhando por vários lugares. Não parece ter um local fixo sequer para pernoitar, vivendo um movimento intenso no interior da cidade e não fazendo parte de grupos.

Todos esses casos, de Carlos, Waldomiro, Mário, Luiz e Teresa chamam a atenção porque, embora tenham dificuldades de comunicação verbal, esta é superada com certas estratégias de sobrevivência, o que demonstra grande capacidade criativa e empreendedora.

Snow e Anderson (1998) discutem a respeito da questão da influência das *deficiências* e *patologias* como precipitantes do desabrigo e mostram que os argumentos – apresentados em diversas pesquisas – que buscavam sustentar uma grande influência destas *deficiências* e *patologias* na configuração da população de rua precisam ser relativizados, devido ao fato de suspeitarem das informações relativas ao período em que ocorreram, ou seja, se precederam ou não o início da situação de desabrigo ou: “pela descoberta de que raramente elas proporcionam o único empurrão para o caminho do desabrigo. Em vez disso, são caracteristicamente somadas a outros fatores, em particular à ausência de apoio familiar” (SNOW; ANDERSON, 1998, p. 413).

Vieira, Bezerra e Rosa (1994), mostram que:

Entre aqueles que *se consideram* com problemas, as maiores incidências declaradas são de problemas mentais, respiratórios, cardiovasculares e ortopédicos; ou seja, não diferem dos apresentados pela população em geral. Os entrevistados não encaram como problema de saúde o alcoolismo, nem as doenças de pele, provocadas por parasitos, muito frequentes na população de rua. (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 1994, p. 76, grifos nosso).

Podemos observar que são as condições físicas, mentais e materiais que vão compor o quadro do estigma da população de rua. Um quadro que não é estético e cuja ética inspira duas vertentes: a do castigo público, por serem considerados culpados, e a da solidariedade, por serem considerados vítimas. É no embate entre essas duas vertentes que o fenômeno social torna-se um modo de vida no Brasil, caracterizando uma população específica.

4.3 A manifestação da involução logística no vivido da população de rua

Retomamos, neste momento, a idéia de involução logística para analisar o cotidiano da população de rua. As pessoas que moram nas ruas precisam se adaptar constantemente, tanto no âmbito material quanto organizacional. Essa adaptação é vista como elemento de criatividade, porém, por trás desta criatividade, existe uma estrutura e um processo que racionalizam, de maneira exacerbada, certos produtos, padrões e técnicas os quais produzem, em contra partida, uma racionalização que se adapta em relação aos recursos: a involução logística. A população de rua, tão carente de recursos em geral, está distante de um padrão social.

Na cidade de Presidente Prudente (SP) não é comum se acender uma fogueira no quintal ou na calçada – exceto nas festas juninas – porém, para a população de rua pode ser algo necessário, configurando-se a involução no uso desse objeto. Outros exemplos podem ser citados. Um galão de água é algo bastante utilizado na cidade, contudo, não para buscar água em lugares distantes, para preparar alimentos, como a população de rua, as vezes, usa – tendo que ser carregado, freqüentemente, por centenas de metros até chegar ao local que será consumido. Um balaio não é um objeto muito comum na cidade, porém é ali que alguns moradores de rua guardam os objetos coletados. O papelão, muito usado para transportar mercadorias, hoje serve

de colchão para aqueles que foram descartados pela sociedade. A marquise, construída para proteger o consumidor e seu veículo é usada como moradia.

Identificamos também uma involução nos costumes, como no caso que se segue. Joaquim relata que, por um período, o grupo ao qual se associara usava um *corgo* para banhar-se. Enquanto se planeja e se investe em duchas, banheiras e boxes, o *corgo* (córrego) vai cumprindo a função de local para higienizar-se. Lefebvre (1991) mostra que: “A vida cotidiana universal da época, segundo a expressão de Hermann Broch, é o inverso da modernidade, é o espírito do tempo. Seus aspectos ou facetas são, ao nosso ver, tão importantes quanto o terror atômico e a conquista do espaço” (LEFEBVRE, 1991b, p. 31). Entendemos que parte da importância à qual o autor se refere destina-se à mensagem transmitida pelo cotidiano inesperado ao cotidiano fabricado. A mensagem poderia ser que *o inverso da modernidade*, com suas facetas, está atingindo o limiar do viver social.

Para finalizar, abordaremos a involução na organização do trabalho. Coletores? A coleta é retomada pela população de rua tanto para obter alimentos como para obter matéria prima para venda e troca. A revolução logística, ao criar novos objetos, técnicas e modos de organização, lança os antigos objetos, técnicas e modos de organização ao desuso ou ao uso adaptativo. Novos postos de trabalho são criados e os antigos postos que não se encaixam mais são descartados, juntamente com quem os ocupa, caso não se invista em *capacitação*. Neste contexto, o fantasma da *especialização* surge e alimenta o processo ideológico da *qualificação profissional* a que nos referimos no capítulo anterior.

O colaborador José Carlos trabalhava como mecânico (consertava máquinas de escrever), em Presidente Prudente (SP), desde a época de sua adolescência. Ele relatou o momento de ruptura, que culminou com o *morar nas ruas*, apresentando como foi, gradualmente, ficando sem a oficina, sem as ferramentas e, por fim, sem a profissão de mecânico. O

computador substitui com eficiência a maior parte das funções de uma máquina de escrever. Os estabelecimentos que mais utilizavam máquinas de escrever passaram, em sua grande maioria, a utilizar computadores, pois a lógica competitiva torna o computador *primordial*.

Estes exemplos só podem ser considerados se atribuirmos às organizações e objetos seus padrões e usos estabelecidos socialmente. Em meio a uma perda de padronização, temos um enriquecimento da criatividade da população de rua que, dando novas funções e usos aos objetos e lugares e organizando-se frente à adversidade, apresentam muito de suas capacidades humanas.

Thompson (1998), discutindo a disciplina do trabalho no século XVIII, quando da mudança da orientação pelas tarefas para a orientação do tempo do trabalho pelo tempo do relógio, revelou que:

É possível propor três questões sobre a orientação pelas tarefas. Primeiro, há a interpretação de que é mais humanamente compreensível do que o trabalho de horário marcado. O camponês ou o trabalhador parece cuidar do que é uma necessidade. Segundo, na comunidade em que a orientação pelas tarefas é comum parece haver pouca separação entre “o trabalho” e a “vida”. As relações sociais e o trabalho são misturados – o dia de trabalho se prolonga ou se contrai segundo a tarefa – e não há grande senso de conflito entre o trabalho e “passar do dia”. Terceiro, aos homens acostumados com o trabalho marcado pelo relógio, essa atitude para com o trabalho parece perdulária e carente de urgência. (THOMPSON, 1998, p. 272, grifos do autor).

No cotidiano da população de rua, a orientação atende ao que mais urge. O relógio não é diretamente usado, o tempo é o tempo da coleta, das condições em que se encontram e da urgência de recursos em geral. O trabalho moderno com tempo marcado pelo relógio dá lugar à orientação pelas tarefas, para grande parte da população de rua. Normalmente, essas pessoas se localizam próximas aos eixos comerciais da cidade, nos quais a orientação do trabalho é feita pelo tempo do relógio mais do que em muitas outras áreas. Nas áreas em que os produtos e serviços provenientes das revoluções logísticas surgem em maior quantidade, para

aquisição, é que aqueles que Rangel (1996) chamou de *restos humanos* se instalam, configurando a materialização da involução logística.

A população de rua é um fenômeno explicitamente urbano. No urbano, a população de rua sobrevive precariamente. O mesmo urbano que é ícone do moderno, do novo, que se materializa concentradamente em grandes cidades e metrópoles, fazendo com que algumas pequenas cidades *retrocedam* quanto aos recursos, quantidade de população e outras características organizacionais.

Hoje o mundo e os países são pautados por redes: de comunicações, de informações, de transportes, de telecomunicações, de bancos, de assistência social e muitas outras. O que as redes possuem em comum? A possibilidade de distribuição e de organização numa mesma área! Uma rede gerada no bojo das revoluções logísticas abre canais que são apropriados por aqueles que foram atingidos pela involução logística, para usá-las para fins diversos e até os considerados não lícitos.

A rede bancária supre e é suprida pela ordem financeira e possibilita, entre outras coisas, a *lavagem* de dinheiro e a especulação financeira. Os aparelhos celulares são produtos da otimização logística e fornecem um canal de escape ilícito àqueles que não aceitam viver em patamares precários. Nem toda a sociedade aceita viver com os resultados excludentes desta lógica. A transgressão da lei apresenta-se como alternativa e é possibilitada, em parte, pela própria estrutura montada que gerou os processos sociais excludentes. A idéia de que uma rede aberta pode dar passagem a muito mais coisas do que o planejado inicialmente, instiga-nos a pensar que o planejamento também abre caminhos em dois sentidos e ainda a considerar que o risco do resultado indevido do projeto proposto é tornar o projeto menos passível de ser excludente.

À pobreza, à exclusão social, à marginalidade, à segregação ou à vulnerabilidade é que são direcionados os projetos e políticas sociais acomodadores, restauradores ou recuperadores. O que propomos é reforçar a idéia de que os *problemas sociais* não são os ligados à pobreza e à exclusão e sim os ligados à riqueza, acumulação e polarização de investimentos. Transferir para o âmbito espoliado o patamar de *problema social* pode desviar a atenção do verdadeiro problema: a riqueza. Os projetos devem ser direcionados à divisão da riqueza.

4.4 Publicando o privado: a intimidade nas ruas

Um outro aspecto dos processos socioespaciais, relativo a população de rua se relaciona com a esfera pública. Dessa maneira, buscaremos discutir como e qual a tendência que a existência de pessoas neste patamar pode apontar em relação a questões próprias da esfera pública, como: cidadania, democracia, direitos, deveres e leis, entre outras, do contexto brasileiro.

O público tem sido tiranizado territorial, organizacional e simbolicamente pelo privado. O território, enquanto âmbito do poder, tende a ser cada vez mais privatizado. A organização social encontrou no neoliberalismo a base ideológica da privatização gerando, por conseqüência, privações. E, enfim, o simbólico confere a esfera pública representações de insegurança, corrupção e violência geradas pelo *eu* em relação ao *outro*, conforme Jovchelovitch (2000).

O público, enquanto sinônimo de *lugar de todos* e esfera do encontro, guarda em si a potência da transformação. O âmbito público o é por determinação e poder e, contraditoriamente, é criado pelo âmbito privado e o recria. Público e privado formam duas

instâncias possíveis da existência em determinado espaço geográfico. No entanto, a esfera pública possui um padrão escalar diferenciado, que consideramos um elemento de grande influência na existência do fenômeno social população de rua, que seria a divisão de poderes entre os âmbitos Federal, Estadual e Municipal. Um morador de rua, ao caminhar numa rua está caminhando no *chão* do Município, do Estado e da Federação. Este *múltiplo chão* vai tornar difícil o estabelecimento da responsabilidade em relação à sua situação, devido aos seus frequentes deslocamentos interurbanos. Qual âmbito deveria revolver o *problema*? A resposta vai sendo protelada e nesta protelação, os moradores vivem mais uma espécie de eliminação: a eliminação escalar, ou seja, não são incluídos em escala alguma, pois nasceram *em*, romperam *alí* e no momento vivem *lá*. Logo, não são dos *nossos*, dos de *dentro* ou dos *daqui*.

Com base nas considerações de Smith (2000 p. 137), relativas a contração da escala do controle oficial, podemos acrescentar que esta escala possibilita, mais enfaticamente, quatro tipos de acesso participativo aos *controlados*, acesso: ao trabalho com carteira assinada; aos documentos; ao domicílio e à informação. Aqueles que não possuem estes canais de acesso não são sequer contados como participantes, o que dirá como beneficiários de programas sociais em geral, embora acreditamos existirem exceções.

O vivido da população de rua implica uma interação forçada da pessoa no espaço público urbano e, desta maneira, também, na transposição do patamar de pessoa – da casa, da vizinhança e da comunidade – para o de indivíduo – da rua, da população de rua e do estranho. Esta interação forçada se dá após algumas rupturas, as quais apontam caminhos para as ruas. Entre estes caminhos estão os deslocamentos intra-urbanos ou interurbanos. Ao ser forçado ao deslocamento, por razões diversas, a pessoa vai ultrapassar uma fronteira que liga a casa com a rua e perder a participação que supostamente teria ou estaria implícita nos domínios público e privado.

A partir do momento que ultrapassa essa fronteira, a pessoa ingressa na esfera dos *sem*: sem teto, sem terra, sem trabalho, sem família, sem dinheiro, enfim, sem espaço na sociedade. Apesar dessa esfera não existir oficialmente, estando latente e manifesta. Essas pessoas, que foram desenraizadas e deslocadas, vão tentar fixar suas *raízes* num solo impermeabilizado pela propriedade de domínio público ou privado. As raízes não conseguem fixar-se e passam a buscar na assistência, na solicitação de doações ou nas estratégias de sobrevivência condições e recursos, mesmo que intermitentes, para poderem manter-se vivas.

Para a população de rua, a intimidade vai ser vivida em meio a esfera pública ou em meio a pontos privados abertos ou abandonados. No Brasil, o texto da Constituição Federal prescreve, como parte dos direitos e garantias fundamentais, que: “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação” (BRASIL, 1988, art. 5º, inc. X). A relação entre supostos direitos conseguidos e a aplicabilidade desses direitos ganha um contorno especial quando se trata de grupos e pessoas que sequer sabem que estes direitos existem. Os direitos, ao materializarem-se enquanto leis necessitam de uma estrutura que permita sua imparcialidade. Não podemos estabelecer que a constituição significa apenas avanço ou retrocesso, mas concebê-la como projeção ideal dessa sociedade. Ela possui uma função contraditória que flutua entre a prática e a representação social podendo alimentar processos (o)postos ao planejado, e assim, simbolizar isonomia, porém materializar heteronomia.

Uma justificativa bastante evocada para o não cumprimento das leis no país é a falta de recursos, ora, porque então aprovar leis que não podem ser cumpridas para toda a sociedade? Qual a função destas leis? No caso da população de rua, essa pergunta ganha maior relevância uma vez que diferentes pesquisas tem mostrado que seu número é menor que o previsto, como ocorreu em nossa pesquisa; numa cidade com aproximadamente 189 mil

habitantes, encontramos em média 42 pessoas vivendo na rua, e estimamos que em abrigos e hospitais próximos existam cerca de 20 pessoas internadas.

Sabemos do abismo existente entre a lei e a prática desta lei no Brasil, contudo, destacamos desde já, que a falta de formação – em sentido amplo – para se viver a isonomia, e de mecanismos para garantia desta isonomia aqueles grupos ou pessoas que não a consegue buscar, são símbolos de uma organização social cuja cúpula dominante autoriza a ação inexorável para os deveres e mantém uma estrutura que promove a inexequibilidade dos direitos ao *dinamitar* instâncias como, por exemplo, a escola pública. Enfim, pensamos que, no Brasil, muitos *princípios* relativos aos direitos e deveres devem ser transformados em *fins*.

É perante essa realidade que a população de rua encontra-se e inclusive revela sua existência. Deteriorar o público em prol do privado é, então, uma prática que vai ao encontro da heteronomia social, o que implica na diminuição e subversão do domínio público estabelecido.

A deterioração do público parece ser um *projeto nacional* no Brasil, que atinge várias instâncias. Dessa maneira: “assistimos tanto ao fechamento de espaços públicos de manifestação política quanto ao fechamento de espaços públicos de convivência social, por onde se coletivizam experiências sem incidência direta na institucionalidade política” (SADER, 1995, p. 115). Tolher as possibilidades de convivência social implica projetar o desencontro.

Destacando a importância de defender a existência das esferas públicas e privadas como esferas distintas, Jovchelovitch (2000) discute a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Essa discussão considera aspectos relativos às representações sociais e aos mediadores sociais no contexto da relação entre o *eu* e o *outro* generalizado.

A autora destaca que: “é então o Outro generalizado que dá ao sujeito sua possível unidade enquanto Eu, e não há possibilidade de desenvolvimento do Eu sem a internalização de Outros” (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 61). Fica clara a importância da esfera

pública para o ser humano e evidente que eliminá-la é eliminar o próprio *eu*. A autora também mostra que considerar as contradições entre o simbólico e o real é algo premente a ser examinado nas análises relativas à sociedade brasileira:

Uma avaliação sobre as possibilidades de transformação dos padrões da nossa vida pública deve levar em conta estas construções simbólicas. O debate atual sobre a vida pública no Brasil deve enfrentar as contradições da nossa cultura, daquilo que somos, e das representações que dão forma aos saberes possíveis que nossa sociedade constrói sobre si mesma. Estas representações não são *distorções* da realidade e tampouco autônomas em relação à realidade. (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 192, grifo da autora).

O simbólico seria construído intencionalmente e conferiria a vida pública o padrão que interessaria à dominação, além disso, buscar-se-ia conferir certa naturalidade a esse processo, nesse sentido, as representações sociais encontradas pela autora mostraram como:

[...] velhas teorias científicas viram na natureza miscigenada e *corrupta* do nosso povo as razões para os males da nossa sociedade, os saberes populares hoje ainda constroem a esfera pública através das lentes da pureza e da impureza, do contato e da segregação, da proximidade e da distância. (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 190, grifo da autora).

Estas concepções, somadas ao fato do brasileiro possuir uma gênese híbrida, comporiam um universo de pensamento que reconheceria no *outro* o instável, o estranho, do qual precisariam se proteger os que os vissem dessa forma, refugiando-se no âmbito do *pessoal* (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 191).

Essa influência simbólica das representações sociais conforma ou é formada no processo contraditório da relação público e privado no Brasil. Na mesma rua onde uma equipe de pessoas passa doando alimentos e roupas para a população de rua, um suposto morador de rua³ foi queimado enquanto dormia. Solidariedade e violência compõem fluxos normativos discrepantes direcionados ao mesmo fenômeno, um fluxo consertando ou perpetuando e outro destruindo, eliminando ou discriminando. É evidente que estes exemplos são pólos extremos,

³ Alguns jovens da elite da cidade de Brasília (DF), atearam fogo no *índio* Galdino, que estava deitado em um local público da cidade.

porém, dão a idéia da dimensão contraditória do simbólico na construção do pensamento social, relativo a esfera pública do Brasil e de seus agentes diversos.

Outra característica que observa-se no Brasil é como o espaço público sofre uma pressão do modo de produção capitalista, que imprime sua lógica organizacional. Desse modo, a organização pública acaba sendo comparada à organização do mercado e o mercado tem sua lógica atual:

[...] o neoliberalismo conduz a uma seletividade maior na distribuição geográfica dos provedores de bens e de serviços, levados pelo império da competitividade a buscar, sob pena de seu próprio enfraquecimento, as localizações mais favoráveis. A tendência à concentração econômica agrava essa tendência. Desse modo a acumulação, em certos pontos, das respectivas atividades pode conduzir a maiores dificuldades quanto ao acesso aos respectivos produtos, sejam eles bens ou serviços. (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 302).

A concentração e a competitividade *encurrala* o público e *exige* dele uma postura otimizada, a qual é incompatível com sua gênese social participativa. Tanto a organização pública como a privada passam a buscar maneiras de atingir a *qualidade total*. Tal qualidade, fantasiada de perfeição, vai *questionar* a esfera pública sobre sua lógica. O público será então, nas mãos dos políticos, urbanistas, arquitetos, projetistas e outros técnicos, em alguns casos, objeto de *reestruturação* e no embate entre o *eu* e o *outro*, o público perderá espaço para o privado. Os grupos, as comunidades vão se impor ao público exigindo que o encontro com o estranho – caso específico da população de rua – não ocorra numa esfera que existe justamente para isso.

Sennett (1998), se referindo às bases da *gemeinschaft destrutiva*, mostra como o sentimento comunal pode ser destrutivo quando se baseia em: “relações emocionais com outras pessoas como um estado, mais do que como ações partilhadas. A comunidade na sociedade se torna semelhante a um carro que só funciona em ponto morto” (SENNETT, 1998, p. 295). Numa sociedade, os grupos destroem o estranho quando não podem ou não querem incorporá-lo. A

dinâmica destrutiva é internalizada pelos membros da comunidade que se *lançam contra o mundo*. Sennett destaca também, como:

[...] o caráter ascético do narcisismo mobilizado na sociedade moderna resulta em duas qualidades de sentimento que surgem na literatura clínica. Uma é o temor diante do fechamento; a outra é a indiferença. O aumento contínuo dos níveis de expectativa, de modo que o comportamento efetivo nunca seja satisfatório, constitui uma falta de *fechamento*. A sensação de se ter alcançado um objetivo é evitada, porque então as experiências estariam objetivadas: teriam uma forma, um contorno, e desse modo existiriam independentemente do eu. [...] A defesa contra a existência de alguma coisa real para além do eu se completa desse modo, pois desde que eu esteja *indiferente*, nada fora de mim pode existir. (SENNETT, 1998, p. 407-8).

Esse não fechamento e essa indiferença teriam na contemplação do *eu* sua matriz e essa contemplação nos remete ao âmbito da ajuda que a população de rua recebe de pessoas em geral. Propomos quatro tipos de ajuda direcionadas à população de rua: o solidário, que se sustenta na reciprocidade; o egoísta, que se sustenta no narcisismo; o expulsivo, que se sustenta no sentimento comunal destrutivo e o assistencial, que se sustenta na *obrigação* institucional. A variedade de tipos revela em que medida a fronteira entre o público e o privado é vivida e demarcada por cada um.

No tipo solidário o *outro* é visto como o *eu* – trata-se de um *encontro*; no tipo egoísta o *eu* se vê no *outro* – trata-se do *egocentrismo*; no tipo expulsivo o *eu* se vê fora do *outro* – trata-se da *barreira*; e no tipo assistencial o *eu* procura o *outro* e transforma-o em indivíduo ou usuário – trata-se da *assistência institucionalizada*. É o encontro que deve ser priorizado no âmbito público, embora seja óbvio que em todos os tipos existem contatos, porém, só um deles propicia o encontro.

O público é então o lugar do encontro, próprio do humano e das relações intrínsecas a este, reduzir sua amplitude de lugar do encontro para lugar do egocentrismo, da barreira ou da assistência institucionalizada, é *tampar os pulmões* do social. Qual é a esfera do comum, do encontro? Em que implica o viver, senão nas relações humanas que se dão no âmbito

público? Esta esfera que foi e vem sendo transformada em mediatizador mecânico, por meio de práticas clientelistas e assistencialistas, ainda guarda as especificidades do encontro e do coletivo. Para Sennett, as tiranias da intimidade vão usurpar o palco do mundo público, palco no qual a população de rua *atua e sobrevive*.

O público é atingido em suas bases por processos modernizantes que, sob o prisma do medo, desenvolve a ideologia da otimização técnica-científica-informacional. O medo, os estereótipos e os preconceitos, conseqüentes destes processos atuam, muitas vezes, como *vendedores da grande fábrica* anti-pública gerada pela intimidade publicizada e pelo público privatizado. Produtos como telefones fixos, telefones celulares, computadores e internet são invenções que alimentam a impessoalidade do encontro fazendo do virtual a esfera do encontro. Com isso, os produtos da vanguarda, de outrora ou de hoje, das revoluções logísticas, relegam ao encontro pessoal cada vez mais o caráter do não-encontro. Virtualmente, o público passa para uma esfera menos ameaçadora que não requer necessariamente tantos encontros físicos.

Como resistir a tamanho ataque ao âmbito público, no qual o encontro controlado é a palavra de ordem e não o encontro inesperado? Contingentes de pessoas compondo a população de rua também são gerados por esta invasão do público pelo privado, de tal modo que quem não tem acesso aos bens do encontro artificializado vai ser transformado no próprio *objeto* do (des)encontro, e não mais do encontro em público. Perdem o caminho de ida e de volta, por ter sido jogados num ambiente que, atualmente, não lê o corpo e sim os objetos. Para Sennett (1998), o que invadiu o público foi a cena psíquica privada e não o corpo em si, esta cena privada cria o simbolismo da regulação do público e não o encontro, nesse sentido, a população de rua estaria materializando a cena psíquica da invasão pública pela intimidade. No entanto, uma gama de outras relações perpassam a esfera pública e enrijecem as relações e os encontros que poderiam ser espontâneos. Para vislumbrarmos algumas destas relações, podemos buscar

reconhecer quais são as características do *outro* para certos grupos ou instituições da sociedade, no que se refere à população de rua.

O *outro* para as entidades é o doador, o atendido e o necessitado; o *outro* para a polícia é o meliante, o indivíduo e o cidadão honesto; o *outro* para a Prefeitura é o contribuinte, o domiciliado e o eleitor; o *outro* para o domiciliado é o vizinho, o estranho e o bandido; o *outro* para os meios de comunicações sociais é o telespectador, o assinante, o ouvinte e o patrocinador; o *outro* para a população de rua é o domiciliado, o policial, o comerciante e o político, principalmente.

Sabemos que publicar é tornar algo público, conhecido e divulgado. O fenômeno social população de rua é camuflado, escondido e dissimulado ao máximo, embora esteja manifestado no âmbito público. A dissimulação se dá quando estereótipos – vagabundos, mendigos, bêbados – são publicados no lugar do fenômeno. Sutilmente a responsabilidade privada – *é mendigo* – substitui a responsabilidade pública – *geramos uma pessoa sem proteção social*. A intimidade invade o público para publicar a situação deprimente a que chega a vulnerabilidade dos grupos e das pessoas, porém, essa publicação é dissimulada, por meio de estigmas gerados no processo de culpabilização do *outro*.

A publicidade do fenômeno população de rua em Presidente Prudente (SP) não foi encontrada quando pesquisamos um jornal local: O Imparcial. Um vazio foi o que encontramos quando pesquisamos os seis primeiros meses do jornal Imparcial, de 2001. A ausência de referências diretas à população de rua desta cidade, como procuramos mostrar no capítulo 2, é algo que pode revelar a indiferença e o egoísmo presentes nesta sociedade quando se trata de questões que depõem contra sua organização excludente. Embora as reportagens referentes à população de rua não sejam matéria prima para o jornal, o jornal é matéria prima para ela enquanto resíduos sólidos à ser coletado.

Grande parte da sociedade não reconhece a existência dos processos sociais excludentes como conseqüências de ações que não visam o bem comum. A mesma tendência à privatização que invade o espaço público impede a concepção de que os atingidos por tais processos sejam vítimas e não responsáveis das dificuldades que enfrentam. Nesse contexto, certos problemas manifestados em público são concebidos como desvios do âmbito privado e não relativos aos desvios de uma esfera pública privatizada.

A população de rua foi expulsa da esfera privada e se vê obrigada a fazer da rua sua casa. O que levaria a casa para a rua? Esta questão nos leva a discussão sobre a instituição básica da privacidade: a família. Sennett (1998) discute acerca do momento em que a família extensiva dá lugar à família nuclear e como esta última passa a influenciar e é influenciada na/pela organização das cidades. A família nuclear torna o âmbito familiar mais *leve e flexível* quando comparado à família extensiva, contudo, é mais vulnerável às *intempéries* da sociedade. Esta nova família se mantém na esfera privada com a particularidade de manter apenas uma geração na casa. A exploração desta nova família se torna mais fácil com o distanciamento ou a diminuição dos laços familiares. O compadrio, em grande parte, também se perde em meio a mudança, o que seria excelente se a nova formação conseguisse criar nova organização participativa. Após essas rupturas, para onde serão direcionados os sentimentos intimistas do âmbito familiar, senão para a esfera pública?

Se por algum motivo esse novo núcleo familiar é quebrado ou sequer formado devidamente, tem-se – nos casos dos âmbitos de vulnerabilidade – a transposição do laço de amparo familiar para o laço de amparo social. No entanto, esse novo amparo social – que recebe fluxos intensos do privado – vai tratar a pessoa como desviante e a situação em que está como um estado. A instituição familiar é substituída por outras instituições que *cuidarão* das pessoas que foram desencaixadas do âmbito privado. A polícia e a assistência social são as substitutas ou

a *nova família* dessas pessoas, a polícia incorporando o autoritarismo paterno e a assistência social substituindo o amparo materno. O cuidado passa de moral para funcional, mas, outras possibilidades de sobrevivida vão surgir no contato com a sociedade civil, ora como transgressão da lei, ora como ajuda mútua.

Sennett (1998), ao discutir acerca do homem público do século XIX, mostra que na dialética ator espectador vivia-se uma passagem do espectador participativo – o ponto no teatro – para o espectador passivo, e que isso transferiu-se para o espaço público, onde estar passivo seria uma forma de livrar-se dos laços sociais. O íntimo é reafirmado e caracterizado justamente em relação ao público, assim, a intimidade privada gera o público e depois o invade para reafirmar essa intimidade em meio ao público, porém, essa reafirmação não visa a manutenção do domínio da participação e da partilha social. Referindo-se à comunidade, Sennett propõe que:

O próprio ato de compartilhar se torna cada vez mais centralizado nas decisões sobre quem deve e quem não deve pertencer a ela [...] A fraternidade se tornou empatia para um grupo selecionado de pessoas, aliada à rejeição daqueles que não estão dentro do círculo local. Esta rejeição cria exigências por autonomia em relação ao mundo exterior, por ser deixado em paz por ele, mais do que exigências para que o próprio mundo se transforme. No entanto, quanto mais intimidade, menor a sociabilidade. (SENNETT, 1998, p. 325).

A população de rua é o fenômeno no qual o íntimo é levado à público, contudo um íntimo masculino – mais de 90 % da população de rua em Presidente Prudente (SP) é do sexo masculino – ou seja, a parte que outrora era a mais pública do privado é tornada pública literalmente, pois agora, o homem – *ex provedor* – passa a dividir, em maior grau, com a mulher – *ex - do lar* – as responsabilidades de prover a casa.

Podemos propor, ao analisarmos as trajetórias das pessoas que passam a viver na rua, que no caso masculino, destituído da casa e da família, o seu caráter público o lança para

a rua enquanto, no caso feminino, o seu caráter privado o lança para outros locais, como entidades assistenciais, em muitos casos.

Roberto Da Matta (1983), em *Carnavais Malandros e Heróis*, discute a relação entre a rua e a casa de uma perspectiva relevante. Estamos cientes da postura desse autor ao pretender uma desconsideração da luta de classe nas suas análises, postura com a qual não concordamos. No entanto, isto não diminui a importância de sua abordagem antropológica. Para Da Matta: “a categoria rua indica basicamente o mundo, com seus imprevistos, acidentes e paixões, ao passo que casa remete a um universo controlado, onde as coisas estão nos seus devidos lugares” (DA MATTA, 1983, p. 70). Como frisamos, é em grande parte pelo masculino que o público invade o privado e vice-versa. Uma população de rua predominantemente masculina pode indicar que os homens tem desempenhado papel central em conflitos domésticos. Para onde *deveriam* ir aqueles que estão *provocando atritos*, lutas ou paixões descontroladas, senão para onde essas atitudes são simbolicamente a regra: as ruas.

Desta maneira, o lugar da personalidade – a casa – rejeitaria as atitudes próprias do lugar da impessoalidade – a rua. A casa é o ambiente do controle, se alguém está ou é considerado descontrolado, esse alguém é castigado: “Sair de casa é, então, no Brasil, uma forma de castigo ou mesmo de penalidade, conforme a situação” (DA MATTA, 1983, p. 73). O autor refere-se a vários tipos de *saídas de casa*, no caso específico da população de rua esse *castigo* ganha grandes proporções e pode acabar sendo incorporado como justo pelo próprio morador de rua:

“Eu num posso me revoltá, porque se é uma coisa que eu tenho que pagá, eu vou pagá até a morte! Se eu corrê não resolvo o meu problema que tá desse tamanho [faz pequeno gesto com os dedos]. Se eu não resolvo, que tá desse tamanho, eu vô, viro as costas, vô

embora, eu [...] quando, se de repente eu virá as costas e dá por si [...] o problema já tá desse tamanho [faz gesto amplo com os braços]!” (Clóvis)

A população de rua perdeu o elo ou lugar que permitia uma pertença social menos depreciada: a vida em família. Sem esse elo, a pessoa vive nas ruas e por isso não mais pertence ao global institucionalizado. Sua vida circunscreve-se ao de fora e não consegue ser mais o de dentro. A rua torna-se seu *celeiro* e ela sobrevive *confinada* a uma área restrita, não enquanto localização, mas enquanto tipo de localização no interior das cidades, pois a calçada em que está é a calçada do mundo. Falta-lhes a *chave da porta da casa* e assim, buscam a casa no mundo e o mundo na casa.

Nas ruas, instâncias como a política, a família e a comunidade estão apenas latentes, sendo substituídas por adaptações precárias e próprias de cada morador de rua. O contato com as instâncias públicas lhes foge, justamente quando mais parecem estar no público. Isso revela que a esfera pública se caracteriza mais pela mediação proporcionada do que pela área em si. A rua é concebida como ameaçadora e perigosa enquanto lugar passível de contato. Uma *rua* dentro de um condomínio fechado ou em outro local que não propicie o encontro inesperado não é a rua a que nos referimos aqui e sim uma área com função específica e controlada.

Sem mediação social não há esfera pública, contudo, existem dois patamares de mediação social, o normativo e o aleatório e é neste último que a população de rua se encontra. O controle só é possível sobre o normativo no qual o autoritarismo se mantém, o aleatório e descontrolado é massificado para ser incorporado como o mundo e, dessa maneira, ser controlado por coação. Nesta perspectiva, o caráter *participativo* é que pode fornecer o ponto de equilíbrio entre controle e descontrole na esfera pública.

Só é possível o atrito entre as classes no âmbito público, a *erosão* deste implica na diminuição das possibilidades de atrito e conseqüentemente de luta e de reivindicação, que

ficam *anestesiadas*. Daí a importância de se valorizar a esfera pública como a esfera apropriada para o ser social, desmontar as armadilhas construídas por meio das artimanhas de ideologias, como as de progresso e de desenvolvimento.

Propomos a consideração de que a população de rua está ligada à sociedade por meio do descarte. Diversos descartes compõem essa fronteira: o descarte de objetos, de comidas, de remunerações baixas, de relações inóspitas e de posturas desviantes. Diversos objetos, relações e modos de vida são descartados e concomitantemente utilizados por pessoas também descartadas. A maioria dos descartes é direcionada ao domínio público. A esfera privada retém o que lhe convém, até o momento que lhe é útil. Um morador de rua não seria, desta forma, considerado conveniente ou útil ao domínio privado.

Com tantos descartes sendo direcionados ao domínio público, conviver na esfera pública se torna um desafio e a oposição direitos e deveres vai revelar a complexidade da vida nas cidades.

Lefebvre, destaca que o direito à cidade é uma forma superior de direito: “direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat, e ao habitar. O direito à *obra* (à atividade participativa) e o direito à *apropriação* (bem distinto do direito de propriedade) estão implicados no direito à cidade” (LEFEBVRE, 1991a, p. 135, grifos do autor). Se perguntarmos quem é o dono desta ou daquela cidade não encontraremos a resposta, contudo, pensamos que a cidade só não possui um dono formalizado, não somente devido ao fato de existirem leis que impeçam isto, e sim, devido ao fato de que não é lucrativo se possuir uma cidade. Tal lógica sugere que deve-se disponibilizar alguns *pedaços* da cidade como comuns ou particulares para que ali sejam jogados ou explorados aquilo e aqueles que são considerados *restos sociais*, e que o restante e o mais farto seja distribuído a alguns grupos privilegiados.

Discutindo especificamente a questão do direito ao entorno, Yázigí (2000) revela sua concepção: “[...] para mim o direito ao entorno é antes uma tomada de consciência em vista de uma opção de vida mais viável nas cidades; uma extensão de direitos legislados, mas nem sempre estendidos ao espaço público” (YÁZIGI, 2000, p. 338). Considerando a rua como um entorno urbano por excelência, ele apresenta vários direitos que se resumem no direito ao entorno: o direito à liberdade de ação, o direito à circulação e a estacionar, o direito à segurança física, o direito à manutenção do espaço público das calçadas, o direito às indenizações por danos, o direito às qualidades sonora e atmosférica, o direito ao conforto, o direito à limpeza e higiene, o direito ao patrimônio ambiental urbano e o direito à informação e à participação.

A maioria desses direitos dá margem para visualizar o fenômeno população de rua por dois ângulos opostos: o que mostra que as pessoas que a compõem devam ser respeitadas como uma primeira condição para posterior busca da implementação desses direitos e o que mostra que o fenômeno impossibilita a contemplação dos direitos. De modo geral, todos os direitos devem ser buscados após a construção de um ambiente urbano que acolha essa população. Yázigí vai tentar tratar dessa ambigüidade relativa ao direito ao entorno:

Não posso, em são pensamento, admitir que se deve suprir a necessidade de habitat no espaço público como uma função normal. Isto seria institucionalizar uma perversão e não a busca de vida mais digna. Como ficam então as dimensões do banal e do corpóreo diante dos conflitos e desvirtuamentos? Como fica a velha luta de direito à cidade sem isto equacionado e garantido? (YÁZIGI, 2000, p. 350).

Em seguida, esse autor refere-se a coisa pública no Brasil como *a casa da mãe joana* devido a falta de civilidade nas ruas. Ele declara o que busca com o seu trabalho: “É justamente em nome disso que insisto no reconhecimento da rua como patrimônio ambiental, pela interação possível e desejável” (YÁZIGI, 2000, p. 358).

O primeiro passo para se mudar o foco para o humano seria fomentar civilidade nas ruas, ou seja, dar às ruas a qualidade própria da *civitas* (cidade em latim). Logo, debruçar-se

sobre a questão da população de rua seria um dos caminhos que poderia revelar quem é o verdadeiro incivilizado, aquele que apresenta atitudes possíveis para se viver precariamente num lugar não planejado ao acolhimento de pessoas ou aquele que, embora ciente das possíveis conseqüências sociais, participa da acumulação e polarização dos recursos materiais e simbólicos ao invés de lutar para reparti-los o mais eticamente possível.

Ficamos, então, convencidos de que a existência da população de rua revela a necessidade de um novo referencial de socialização que teria mais em comum com o humano do que com o possuído pelo humano, que seria mais um modo de conviver do que uma política pública direcionada. Enfim, uma nova organização material e simbólica que suplantasse o descaso atual para com as pessoas vítimas do descarte. Como chegar a tal organização social, propor cidadania, democracia, civilidade, a um país capitalista e pobre? É certo que na escala global já existem conquistas, como as que trilharam os caminhos das reivindicações por direito à moradia, passando pela reforma urbana nos países capitalistas dominantes, até as que começaram a ser construídas em torno do direito a cidade, com a crítica ao planejamento urbanístico. No Brasil existem conquistas também, o Estatuto da Cidade pode simbolizar uma delas. No entanto, relembramos que a aplicabilidade dos direitos não se dá de maneira homogênea, o que pode tornar uma conquista – que aparentemente beneficiaria a maior parte de população, – uma derrota, pois a manipulação das inovações pode permitir redirecionamentos dos objetivos propostos.

Vamos partir do princípio que a cidadania não existe no Brasil exceto ficticiamente ou enquanto aspiração episódica, o que a descaracteriza. A prática da cidadania se tornou, em grande parte, *peça de baú* a qual se recorre quando se deseja permutar favores ou *honrar ilustres* – poderíamos até nos deter à categoria destes ilustres, porém seria uma tarefa bastante árdua – materializando-a com a concessão de títulos de cidadão, plantando umas

arvorezinhas ou votando. É evidente que existem, no Brasil, movimentos sociais que fomentam a cidadania e a aspiram, porém, isso se dá após a sociedade estar *engessada* em algumas bases estruturais que não permitem o estabelecimento pleno da cidadania. Para Garcia (1997):

A prática da cidadania torna-se o método de integração que, em princípio, dá a pessoas de idade, sexo, religião e cor de pele diferentes, os mesmos direitos básicos. Assim sendo, a cidadania é um meio de obter direitos que permitam aumentar as oportunidades de cada pessoa, se bem que também legitime o direito de ser diferente no seio de uma sociedade democrática moderna. (GARCIA, 1997, p. 4).

Ele critica o *comércio* entre direitos e deveres (GARCIA, 1997, p. 4), mostrando como essa concepção busca descapitalizar a cidadania e conceder à prática da cidadania uma dimensão mais voltada ao cotidiano que ao *status*. Ainda segundo o mesmo autor:

No entanto a cidadania está sob pressão porque, embora em princípio seja universal na sua definição, na prática não inclui todos os membros de uma sociedade, o que é particularmente verdade no caso das cidades contemporâneas. O problema é agravado pelo facto de as cidades não disporem de autonomia nem de recursos econômicos para fomentarem a cidadania (partindo do princípio que os respectivos governos desejavam fazê-lo). (GARCIA, 1997, p. 4).

Pensamos ser bastante coerentes estas considerações, contudo, desde que seja relativizada a importância dos recursos econômicos para a fomentação da cidadania, pois, do contrário, as nações que mais acumularam riquezas possuiriam cidadania plena e não é o que observamos.

A pergunta que nos parece relevante é: como fomentar cidadania perante a mobilidade e a fluidez existente hoje? Frente a essa questão, percebemos a importância de, nos dias de hoje, conferir à rua uma valorização enquanto instância propícia para se compartilhar, decidir, expressar, divulgar, e reconhecer a importância do que é comum e de quem pode ou deve participar desse comum, pois:

A pedagogia da rua, a rua como método, é o meio fundamental de elaboração da cidadania e da civilidade. A cidadania é a convicção da autopertinência a um universo social que compartilha um conjunto de representações e relações sociais. A cidadania, mais do que um estatuto formal, é o exercício da responsabilidade com relação ao que é comum. (IBAM apud YÁ ZIGI, 2000, p. 326).

A busca pela cidadania é um indício da não democracia hodierna ou da democracia latente, ou então, de que o governo *é do povo* porém esse *povo* age como uma marionete nas mãos de grupos dominantes e poderosos. Sabemos que a democracia não pode ser alcançada por meio de decretos, projetos ou coações e que ela não implica uma liberdade plena e sim uma partição das responsabilidades e dos direitos no âmbito popular. A democracia seria a difícil arte de fragmentar algo que é constantemente acumulado: o poder. Esta fragmentação remete-nos a uma das idéias centrais deste trabalho, quando nos referimos à otimização, polarização e acumulação. Nesta concepção, pensamos que a democracia não deve configurar como fim e sim como meio para se alcançar a partilha e o bem comum, do contrário, colocá-la enquanto fim pode justificar meios discrepantes para alcançá-la.

Segundo este raciocínio, podemos perguntar se de alguma forma o incivilizado pode gerar o civilizado exceto por sua negação. Além disso, insistimos em perguntar: onde se localiza o verdadeiro incivilizado?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como suspeitávamos, chegamos até este ponto do trabalho com mais interrogações do que quando começamos, a despeito das respostas formuladas.

A vida da população de rua se reproduz no imediato, no vivido. É o hodierno que dita o ritmo das suas estratégias de sobrevivência. O lugar se torna uma de suas principais características. É a referência espacial enquanto interação entre ações e objetos se reproduzindo juntamente com as representações sociais formadas no/do conjunto destes, que mostra a organização do processo que gera este fenômeno social.

Na tríade habitante-identidade-lugar, a *escala geográfica* surge como referencial para a análise do processo que gera a população de rua. Nela, o habitante está na escala objetivado pelo *morar nas ruas* que, por sua vez, fornece um elemento variável de referência para os outros dois elementos da tríade. A identidade é formada pela falta ou pela não posse e não pela posse, daí que permite a relação entre um veredicto antecipado ao julgamento, no qual é a situação e o estado que qualificam e não o processo a que foi submetido; o lugar é especificamente caracterizado pela não posse e assim por fluxos que revelam relações sociais insólitas.

De outra perspectiva, somos levados a discutir o que chamaremos determinismo do senso comum. Embora algumas vezes não encontrássemos o pré-conceito manifestado de forma clara e explícita em relação à população de rua, ficou evidente que ele existe e *sustenta* a falta de propostas para se combater essa inserção precária. É comum as pessoas que moram nas ruas serem tratadas como marginais e perigosas. Sua aparência e localização revelam-se determinantes.

Observamos que as manifestações de solidariedade são, em geral, *filtradas* ou pela religião ou pela Universidade, ou seja, pelo conhecimento religioso e pelo conhecimento científico. Supomos assim que grande parte da discriminação em relação à população de rua *será dissolvida* na medida em que o conhecimento dos processos que a engendraram forem socializados. Uma das maneiras de se disseminar o conhecimento desses processos sociais excludentes pode ser a interação crítica entre arte e ciência, como a que viabilizou os projetos do *veículo do sem teto* e do *poliscar* (SMITH, 2000).

Os moradores de rua não são menos ou mais violentos que o restante da população. Eles também não são menos ou mais trabalhadores que outras pessoas. Mas como estão expostos, nos permitem uma maior visualização das relações que normalmente são escondidas por outras pessoas, culminando, esta maior visibilidade, em um dos motivos de serem mais discriminados.

Ao indagarmos sobre suas possibilidades de organização, percebemos que não é algo que ocorra em Presidente Prudente (SP), embora seja algo, vislumbrado como relatou o colaborador José Araujo:

“Exclusivamente, eu [...] gostaria de falar para você a verdade: aqui em Prudente, a cidade é muito grande. Eles podia ter [...], a Prefeitura ou quem pudesse mais ai, tivesse condições de arrumá ao menos um lugar pra gente. Que nem [...], tem a [...] muitas cidades tem é [...] Marília tem! Bauru tem! [...] Eu sei que tem umas par de cidade aí que tem a associação de papeleiros” (José Araujo)

No dia 04 de julho de 2002, a Universidade Estadual Paulista FCT/UNESP – Campus de Presidente Prudente, em parceria com a Prefeitura Municipal de Presidente Prudente e a Companhia Prudentina de Desenvolvimento (PRUDENCO), promoveram o I Seminário de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos. Este seminário visava, entre outros objetivos,

impulsionar a organização dos trabalhadores que recolhem e vendem resíduos sólidos descartados. Contudo, a participação envolveu apenas os trabalhadores que atuam no local da cidade em que a prefeitura deposita estes resíduos (lixão). Neste primeiro encontro, a participação envolveu estes trabalhadores que ou moram no local de trabalho ou possuem residência fixa, mas é possível uma futura inserção dos coletores que moram nas ruas e embora seja necessário considerar que, geralmente, as cooperativas de coletores não são direcionadas ao morador de rua e sim a congregação de grupos específicos de coletores, em muitos casos domiciliados. Nas cidades de POÁ (SP) e Santo André (SP), segundo informações de seus representantes no Seminário, mesmo existindo cooperativas de coletores, a população de rua não é envolvida em grande proporção.

Outra indagação que nos acompanhou desde o início era relativa ao conhecimento ou não da sociedade prudentina em relação a existência de pessoas morando nas ruas. Pareceu-nos que não é somente questão de se ter conhecimento ou não, e sim do tipo de conhecimento, pois se não trazer o respeito e a solidariedade ao outro, ele não transforma.

Questionávamos, também, sobre a possibilidade de se poder apontar um momento, estágio ou fronteira entre exclusão e inserção. Acreditamos que a delimitação não é tão evidente, mas podemos destacar alguns momentos fronteiriços enquanto geradores ou perpetuadores de desqualificação social: as várias perdas que culminam com as *chaves excludentes*, a precarização da aparência, a precarização do trabalho, a precarização da moradia e a precarização simbólica. Estes momentos configurariam a fronteira entre inserção precária e outras inserções.

Buscar compreender a relação entre os espaços público e privado e o lugar da população de rua também foi algo que nos motivou. Neste sentido, partimos do pressuposto de que: “[...] o lugar é entendido como um âmbito de base territorial que se define pelo seu caráter

ou conjunto de significados associados a esse âmbito” (LEMOS, 2001, p. 435), dessa maneira, são as relações sociais que conferem ao lugar sua especificidade e estas relações podem ser analisadas enquanto variáveis, pois: “o que um lugar é, num determinado momento, sempre constitui o resultado de ações de diversos elementos, que se dão em diferentes níveis. Esses elementos são variáveis, pois mudam de significação através do tempo” (SANTOS, 1994a, p. 95).

Se observarmos que a população de rua é expulsa do domínio privado e conseqüentemente perde poder no domínio público – por este estar estritamente ligado ao domínio privado – notamos que as variáveis que vão influenciar no lugar da população de rua vão ser as que emanam do poder privado de direito ao entorno e do poder público de proteção ao direito privado. Daí que é em meio a essa relação entre público e privado, que a população de rua se encontra. Daí também que a resposta pública – programas assistenciais – ou privada – entidades assistenciais – ou seu conjunto, *não trazem para si* a responsabilidade de resolver o problema. As respostas pontuais podem ajudar, mas não resolvem a questão. É necessário uma resposta em rede, guardando padrões amplos de participação dos sujeitos envolvidos, ou seja, da população de rua, nesta resposta.

Nesse sentido, se faz necessário reconhecer precisamente que, o lugar da população de rua dinamiza uma característica específica e constitui o lugar residual, que pode sofrer alteração na sua localização, contudo, mantendo sua lógica: “O que define o lugar é exatamente, uma teia de objetos e ações com causa e efeito, que formam um contexto e atinge todas as variáveis já existentes, internas; e as novas que se vão internalizar” (SANTOS, 1994a, p. 96). A partir desse conhecimento, as respostas podem, num segundo momento, tratar das variáveis e num terceiro momento das matrizes geradoras, tornando-se de grande importância a análise do lugar.

Uma das formas de estabelecimento do lugar é por meio das continuidades e descontinuidades, considerando-se, entretanto, a relatividade do padrão de ambas de acordo com a delimitação do campo de análise. Um exemplo pode ser o fato de que o lugar de trabalho da população de rua apresenta uma fronteira que confere certa descontinuidade deste em relação ao lugar de moradia da mesma, mas ambos apresentam continuidade quando remetemos a análise ao lugar da reprodução dessa população. Desta maneira, o lugar não é só diferente enquanto forma, função e *locus* dos fluxos, mas também enquanto *ângulo* de visão daquele que se debruça para vislumbrá-lo. É nesse contexto que buscamos mostrar que o lugar da população de rua é, primordialmente, o lugar da intermitência: do morar, do trabalhar, do ser, do público e do privado.

Outra resposta que buscávamos dizia respeito às relações que a população de rua estabelece com o trabalho. Considerando todas as estratégias de sobrevivência enquanto trabalho, pudemos observar que, no limite, o trabalho é realizado proporcionalmente ao grau necessário de sobrevivência cotidiana, porém, não por opção e sim por circunstâncias. Seu caráter intermitente deve-se ainda a falta de motivação pessoal, mas é principalmente devido aos limites fisiológicos, psicossociológicos e socioespaciais.

Entre os limites psicossociológicos inscreve-se a relação entre o *eu* e o *outro generalizado*, que envolve as representações sociais da/na população de rua, repleta de deslocamentos que modelam um campo representacional. A representação social *da* população de rua torna-se mais real que a sua realidade, acirrando, ora atitudes discriminantes ou expulsivas, ora a solidariedade em relação a ela. Já a representação social *na* população de rua produz uma resposta que ora incorpora a culpa de estar nas ruas, ora transfere esta culpa para outras pessoas ou instituições, o que deve influenciar em grande proporção nos laços de reciprocidade

estabelecidos nas ruas. Este campo representacional envolve o atrito entre o castigo e a vítimação, por um lado, e o atrito entre a culpa e a inocência, por outro lado.

As representações sociais parecem forçar um posicionamento, uma atitude, sim ou não, pró ou contra. Nesse sentido, a informação (item mais recentemente privilegiado no meio geográfico) traz em si a condenação ou a absolvição.

A informação está na técnica e usa a técnica como meio, usá-la para disseminar padrões de ética e estética implica em uma decisão da escala de comando que o faz na medida em que a lógica adotada permite ou exige. Atualmente, a disseminação de valores para a sociedade, tem a competitividade como ideologia dominante, a qual vai propiciar o reinado do valor de troca. Aqueles que não tem o que trocar são transformados na troca, material ou simbólica.

A população de rua valoriza tanto a técnica abandonada quanto o objeto técnico descartado, enquanto possibilidade de uso, mesmo que este seja adaptativo. O lixo já possui outros nomes e funções, os relacionamentos buscam substituir os laços familiares ou negá-los, o não-trabalho, para certos grupos, passa a ser trabalho para outros. Viver passa a ser o não-morrer e o lugar passa a ser o não-lugar.

A lógica da acumulação e da concentração de riquezas para alguns gera padrões de escassez e de distância dessa riqueza para outros, além de gerar os princípios do conhecimento que pode superar esta lógica. Contudo, a questão não se resolve somente no conhecer, é preciso buscar a aplicabilidade deste conhecimento para combater uma lógica altamente adaptativa.

Na busca que empreendemos nesse trabalho em relação a vulnerabilidade das condições sócio espaciais de alguns segmentos da população da cidade de Presidente Prudente (SP), percebemos que, no caso da população de rua, há distorções profundas constituídas socialmente, entre o real e o representado,. Estas distorções são fundamentadas em variáveis

sistêmicas mas também envolvem a organização espacial, as representações sociais e as práticas que estas influenciam, além da ideologia produtivista, que impera amplamente.

As respostas que surgem para equacionar estas distorções são em geral pontuais, ou seja, na escala micro, enquanto os fluxos que as perpetuam imperam amplamente na escala macro, como é o caso daqueles que fomentam a competitividade. É urgente um redimensionamento das respostas que, no caso da população de rua de Presidente Prudente (SP), pode se iniciar com a pergunta: se são tão poucos, por que não se resolve a questão?

Propomos três hipóteses para respondê-la: a) a relacionada com *espaço geográfico*, na qual o motivo da inação teria a ver com o caráter residual que os lugares ocupados pela população de rua possuem. Daí que o humano seria incorporado ao espaço, sua forma, conteúdo, estrutura, e função, a partir de um processo excludente e de fragmentação ou seria expulso deste espaço por meio da própria lógica implícita na técnica, estando a solução ligada a uma ampla reorganização espacial, a qual, por sua vez, dependeria da mudança do modo de produção. b) A relacionada com as *representações sociais*, cujo motivo envolveria a hegemonia das atitudes pautadas em concepções e justificativas que realçariam a presença ameaçadora do morador de rua e a ausência, também ameaçadora, de espaço para estes. A solução estaria ligada a uma adequação entre as representações e o real. c) A relacionada com a *ideologia*, motivada pela supressão das possibilidades de apoio a população de rua, devido a própria concepção de pertença relacionada a raça, classe, grupo. Neste caso a solução dependeria da confluência de diversos setores no sentido destes incorporarem a população de rua como grupo de pessoas semelhantes.

Na correlação das três hipóteses, percebemos que o caráter cotidiano e hodierno do vivido da população de rua contrasta com o caráter histórico e fossilizado do concebido em relação a esta população. Vivido e concebido possuiriam, neste caso, tempos e espaços

contrastantes, o que permitiria o deslocamento e a manipulação entre o real e o representado, de acordo com as matrizes discursivas dos diferentes grupos.

Como destacamos anteriormente este trabalho é inicial e sugere algumas direções de pesquisa. No entanto estas direções precisam ser seguidas com a orientação de uma *bússola* cujo o referencial seja humanizante.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Diores S. *Formação Histórica de uma Cidade Pioneira Paulista: Presidente Prudente*. FFCL Presidente Prudente: s. n., 1972.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Rio de Janeiro: Degrau Cultural, [199?].

BRASIL. LOAS. Lei Orgânica da Assistência Social. Brasília MPAS, Secretaria de Estado de Assistência Social, 1999.

BURSZTYN, M. (Org.). *No meio da rua: nômades excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

CARLOS, Ana Fani A. (Org.). *Ensaio de Geografia Contemporânea*. Milton Santos: obra revisada, São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. A. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade: a era da informação, economia, sociedade e cultura*. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CENSO. 2000. IBGE, Municípios, Banco de dados agregados. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp>>. Acesso em 18/10/2002.

DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

DOLLFUS, Oliver. Geopolítica do Sistema Mundo. In: SANTOS, Milton et al (Orgs.). *Fim de século e globalização*. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 23-45 (O novo mapa do mundo).

ESCOREL, Sarah. *Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

ESCOREL, Sarah. Vivendo de teimosos: moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro. In: BURSZTYN, M. (Org.). *No meio da rua: nômades excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. p. 139-71.

FAORO, Raimundo. A aventura liberal numa ordem patrimonialista. *Revista USP*, n.17, p. 14-29, mar. abr. maio, 1993.

FARR, Robert M. Representações Sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). *Textos em representações sociais*. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 31-59.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP/FDE, 1996.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Petrópolis: Vozes, 1972.

GARCIA, Soledad. Cidades e Cidadania. In: GARCIA, S.; FAINSTEIN, N.; FAINSTEIN, S. *Minorias urbanas. Que Direitos?* Portugal: João Sá da Costa, 1997. p. 3-25.

GÓES, E. M. Imagens da polícia. Relações entre cidadania e violência caracterizadas nas representações da polícia paulista: Janeiro/83 – Março/85. Assis, 1998. 245f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.

GONÇALVES, Marcelino A. *A territorialização do trabalho informal: um estudo a partir dos catadores de papel/papelão e dos camelôs em Presidente Prudente (SP)*. 2000. 220f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

GUARESCHI, Pedrinho. A. Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. In: SAWAIA, Bader (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 141-56.

_____. “Sem dinheiro não há salvação”: ancorando o bem e o mal entre neopentecostais. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). *Textos em representações sociais*. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 191-225.

_____; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). *Textos em representações sociais*. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

IKUTA, Fernanda k. *A questão da moradia para além de quatro paredes: uma reflexão sobre a fragmentação dos movimentos sociais da produção e da reprodução em Presidente Prudente (SP)*. 2002. ?f. Dissertação (Relatório de Qualificação) (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente.

JACOBS, Jane. *Morte e Vida de Grandes Cidades*. São Paulo: M. Fontes, 2000.

JODELET, Denise. Os processos psicossociais da exclusão. In: SAWAIA, Bader B. (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 53-66.

JOLY, M. *Introdução a análise da imagem*. Campinas: Papirus, 1996.

JOVCHELOVITCH, Sandra. *Representações sociais e Esfera Pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). *Textos em representações sociais*. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 63-85.

KOSMINSKY, E. V.; ANDRADE, M. M. O Estado e as classes sociais. In: MARTINS, José de Souza (Org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 51-70.

KOZEL, Salette. As Representações no Geográfico. In: MENDONÇA, F; KOZEL, S. (Orgs.) *Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea*. Curitiba: Ed. da UFPR, 2002. p.215-32.

LEFEBVRE, Henri. *La presencia y la ausencia: contribucion a la teoria de las representaciones*. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

_____. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991a.

_____. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991b.

_____. *A Revolução Urbana*. Trad. Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEITE, José Ferrari. *A Alta Sorocabana e o Espaço Polarizado de Presidente Prudente*. FFCL Presidente Prudente: s.n., 1972.

LEMOS, Amália I. G. O sentido da cidade hoje: reflexões teóricas. In: SPOSITO, Maria E. B. (Org.). *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: GAsPERR/UNESP, 2001. p. 433-43.

LOJKINE, Jean. *O Estado Capitalista e a Questão Urbana*. Trad. Estela dos Santos Abreu. 2. ed. São Paulo: M. Fontes, 1997.

MARTINS, José de S. *O poder do atraso: ensaios de Sociologia da História Lenta*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997. (Coleção temas de atualidade).

MEIHY, José C. S. B. *Manual de História Oral*. 3.ed. São Paulo: Loyola, 2000.

MELLO, Sílvia L. A violência urbana e a exclusão dos jovens. In: SAWAIA, Bader B. (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 129-40.

MESTRINER, Maria L. *Assistência e Seguridade Social: oposições e aproximações*. 1992, 264f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Pontifícia Universidade Católica (PUC) São Paulo.

MORAES, Marieta (Org.) *História Oral*. Rio de Janeiro: Diadorim/FINEP, 1994.

NASCIMENTO, Elimar P. Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. In: BURSZTYN, M. (Org.) *No meio da rua: nômades excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. p. 56-87.

NOGUEIRA, Marco A. A dialética Estado/Sociedade e a construção da seguridade pública. *Cadernos ABONG*, n. 30, p.13-38, nov. 2001.

OLIVEIRA, Admardo S. et al. *Introdução ao pensamento filosófico*. São Paulo: Loyola, 1990.

OLIVEIRA, Djaci D. Migrações, redes e projetos: Os moradores de rua em Brasília. In: BURSZTYN, M. (Org.) *No meio da rua: nômades excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. p. 172-91.

RANGEL, Maria C. Migrantes da casa de passagem de Presidente Prudente. *Travessia, Revista do Migrante*, São Paulo, ano X, n. 29, p. 17-24, Set.-Dez. 1997.

_____. *Restos Humanos em Mobilidade: Casa de Passagem de Presidente Prudente e a mobilidade do (não) trabalho – 1988 – 1996*. 1996. 99f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROSA, Cleisa M. M. (Org.). *População de rua: Brasil e Canadá*. São Paulo: Hucitec, 1995.

RUDIO, Franz Victor. *Introdução ao projeto de Pesquisa científica*. 12ª.ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SÁ, Celso P. *Núcleo central das representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1996.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-80)*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SÁNCHEZ Joan-Eugeni. Metropolização e modernidade. In: SANTOS, Milton et al (Orgs.) *Fim de século e globalização*. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 293-302 (O novo mapa do mundo).

SANTOS, Milton. *Pobreza urbana*. São Paulo: Hucitec, 1978. (Estudos Urbanos).

_____. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985. (Coleção Espaços).

_____. *Metamorfoses do espaço habitado*. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1994a.

_____. Metrôpole: a força dos fracos é seu tempo lento. In: _____. *Técnica, espaço, tempo*. São Paulo: 1994b, p. 81-86.

SANTOS, Milton. A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. In: ____ et al. (Orgs.) *Fim de século e globalização*. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 15-22 (O novo mapa do mundo).

_____. *A natureza do espaço: espaço e tempo, razão e emoção*. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____.; SILVEIRA, Maria L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAWAIA, Bader B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: _____. (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 2001a, p. 97-118. (Coleção Psicologia Social).

_____. Identidade – uma ideologia separatista. In: _____. (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 2001b, p. 119-27. (Coleção Psicologia Social).

SCHONS, Selma M. *Assistência Social, entre a ordem e a “des-ordem”*: mistificação dos direitos sociais e da cidadania, São Paulo: Cortez, 1999.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Armando C. *O espaço fora do lugar*. São Paulo: Hucitec, 1978.

SINGER, Paul. *O Brasil na Crise: Perigos e oportunidades*. São Paulo: Contexto, 1999.

SMITH, Neil. *Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção do espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

_____. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. In: ARANTES, A. *O espaço da diferença*. Campinas: Papyrus, 2000, p. 132-59.

SNOW, David A.; ANDERSON, Leon. *Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua*. Petrópolis: Vozes, 1998.

SPOSITO, Eliseu S. Território, logística e mundialização do capital. In: ____ (Org.). *Dinâmica econômica poder e novas territorialidades*. Presidente Prudente: UNESP/FCT:GAsPERR, 1999. p. 99-113

_____. *Contribuição à metodologia do ensino do pensamento geográfico*. Presidente Prudente: UNESP/FCT, 2000. 214f. Originalmente apresentada como tese de Livre Docência, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2000a.

_____. (Coord.) Sistema de Informações Geográficas Intersetoriais. *Projeto Políticas Públicas/FAPESP/UNESP*: Faculdade de Ciências e Tecnologia, Laboratório de Geografia Humana (LAGHU), Presidente Prudente, 2000b.

SPOSITO, Maria E. B. *Capitalismo e urbanização*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1989. (Repensando a Geografia).

THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: _____. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 267-304.

VÉRAS Maura P. B. Exclusão social – um problema de 500 anos (notas preliminares). In: SAWAIA, Bader B. (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 27-49.

VIEIRA, M. A. C.; BEZERRA, E. M. R. e ROSA, C. M. M. (Org.) *População de rua: quem é, como vive, como é vista*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

WAGNER, Wolfgang. Descrição, explicação e método na pesquisa das representações sociais. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.) *Textos em representações sociais*. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 149-86.

WANDERLEY Mariangela B. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, Bader B. (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 16-26. (Coleção Psicologia Social).

YÁZIGI, Eduardo. *O mundo das calçadas*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Imprensa Oficial do Estado, 2000.

ANEXOS

**ANEXO A – Ficha de coleta de dados das entidades assistenciais
de iniciativa governamental e não governamental** (quantidades anuais)

NOME DO ORGÃO OU INSTITUIÇÃO:		DATA:/...../.....
ENDEREÇO:		
N.º		BAIRRO:
NOME DO SETOR:	NOME DO RESPONSÁVEL:	QTDE DE ASSISTENTES: [] FUNCIONÁRIOS [] VOLUNTÁRIOS [] ESTAGIÁRIOS
QUANTIDADE DE FAMÍLIAS ASSISTIDAS:	TOTAL DE PESSOAS ASSISTIDAS:	ANO PESQUISADO:
TIPOS DE ASSISTÊNCIA		
REFEIÇÕES: [] DIÁRIA [] SEMANAL [] EVENTUAL QTDE TOTAL: [] REFEIÇÕES	HABITAÇÃO: [] PERNOITE [] INTEGRAL [] EVENTUAL QTDE TOTAL: [] PESSOAS	PROFISSÃO: [] EMPREGA [] DA CURSOS [] ENCAMINHA QTDE TOTAL: [] PESSOAS
CESTAS BÁSICAS: [] MENSAL [] ANUAL [] EVENTUAL QTDE TOTAL: [] CESTAS	SACOLÃO: [] SEMANAL [] MENSAL [] EVENTUAL QTDE TOTAL: [] SACOLÕES	REMÉDIOS: [] FORNECE OS REMÉDIOS [] ENCAMINHA A RECEITA QTDE TOTAL: [] PESSOAS
OBSERVAÇÕES:		

ANEXO B – Ficha de entrevista /população de rua

NOME:		DATA:/...../.....	
LOCAIS MAIS FREQUENTES DE PERNOITE:			
ENDEREÇO	N.º APROXIMADO	DENOMINAÇÃO	% (DIAS)
IDADE: ----- ANOS <input type="checkbox"/> ABAIXO DE 18 ANOS <input type="checkbox"/> DE 18 A 30 ANOS <input type="checkbox"/> DE 31 A 40 ANOS <input type="checkbox"/> DE 41 A 50 ANOS <input type="checkbox"/> ACIMA DE 51 ANOS	SEXO: <input type="checkbox"/> MASCULINO <input type="checkbox"/> FEMININO	ESCOLARIDADE: <input type="checkbox"/> NUNCA ESTUDOU <input type="checkbox"/> 1º GRAU () INC. () COMPL. <input type="checkbox"/> 2º GRAU () INC. () COMPL. <input type="checkbox"/> SUPERIOR () INC. () COMPL.	
BANHO: <input type="checkbox"/> DIÁRIO <input type="checkbox"/> OUTROS	ALIMENTAÇÃO: <input type="checkbox"/> SEM FREQUÊNCIA <input type="checkbox"/> 01 VEZ AO DIA <input type="checkbox"/> 02 VEZES AO DIA <input type="checkbox"/> VÁRIAS VEZES AO DIA	É ASSISTIDO POR: <input type="checkbox"/> GRUPOS DE AUXÍLIO <input type="checkbox"/> ONG's <input type="checkbox"/> ORGÃOS PÚBLICOS	
TRABALHO: <input type="checkbox"/> TRABALHA ATUALMENTE () DIARIAMENTE () ESPORADICAMENTE <input type="checkbox"/> NÃO TRABALHA HÁ () MAIS DE SEIS MESES () MAIS DE UM ANO () MAIS DE DOIS ANOS () MAIS DE CINCO ANOS () MAIS DE 10 ANOS <input type="checkbox"/> POSSUI CTPS (CART.TRAB) ÚLTIMO REGISTRO (/ /) <input type="checkbox"/> NÃO POSSUI CTPS	PARENTESCO: <input type="checkbox"/> POSSUI PARENTES () EM P. PRUDENTE () NO ESTADO DE SP () OUTROS ESTADOS <input type="checkbox"/> NÃO POSSUI PARENTES	NÃO POSSUI RESIDÊNCIA FIXA: <input type="checkbox"/> A MENOS DE 06 MESES <input type="checkbox"/> DE 6 MESES a 1 ANO <input type="checkbox"/> DE 1 a 2 ANOS <input type="checkbox"/> DE 2 a 5 ANOS <input type="checkbox"/> A MAIS DE 05 ANOS	
OBSERVAÇÕES:			

ANEXO C – Roteiro das entrevistas realizadas junto aos moradores de rua

- 1) Qual é o nome do(a) Sr(a).?
- 2) Qual é a data do seu nascimento?
- 3) Qual é o local do seu nascimento?
- 4) O(A) Sr(a). nasceu no campo ou na cidade?
- 5) Em que cidades o(a) Sr(a). esteve antes de chegar em Presidente Prudente?
- 6) Quando o(a) Sr(a). chegou em Pres. Prudente?
- 7) Quando o(a) Sr(a). começou a morar nas ruas? Por que?
- 8) Em que lugares (cidades ou Estados) o(a) Sr(a). possui parentes?
- 9) Os parentes te procuram ou procuraram? O que eles acham do(a) Sr(a). morar na rua? Ninguém veio busca-lo(a)? Como eles tratam o(a) Sr(a).?
- 10) O(A) Sr(a). estudou?
- 11) O(A) Sr(a). conhece outras pessoas que moram na rua?
- 12) Tem amigos entre elas?
- 13) Tem inimigos entre elas?
- 14) Costuma dormir no local sozinho(a) ou em grupo?
- 15) Acontecem brigas às vezes? Por que?
- 16) Mora constantemente na rua ou intercala com outros lugares?
- 17) E a polícia aparece aqui às vezes?
- 18) Como os policiais tratam o(a) Sr(a).?
- 19) E a vizinhança de onde vocês ficam, ajudam, reclamam, não ligam, chamam a polícia? Como é?
- 20) Quando alguém fica doente ou se machuca como vocês fazem? Como vocês são tratados lá?
- 21) Antes de vir morar na rua, trabalhava em que?
- 22) Depois (estando na rua) o que tem feito para sobreviver?
- 23) Que lugares o(a) Sr(a). mais permanece durante o dia?
- 24) Que lugares o(a) Sr(a). mais permanece à noite?
- 25) Como são escolhidos os lugares para dormir?
- 26) Quais os grupos que ajudam o(a) Sr(a).?
- 27) Que objetos o(a) Sr(a). possui?
- 28) O(A) Sr(a). possui carteira de trabalho?
- 29) Em que lugares o(a) Sr(a). já dormiu na rua em Presidente Prudente?
- 30) Daqui um ou dois anos, como acha que vai estar sua vida? Vai ficar na mesma, melhorar ou piorar?
- 31) Se fosse para pedir uma ajuda, alguma coisa para melhorar a vida de quem mora na rua, o que o(a) Sr(a). pediria?
- 32) O que o(a) Sr(a). acha que poderia ser feito para melhorar a situação de quem mora nas ruas?

ANEXO D – Relação e especificidades das entidades assistenciais de iniciativa não governamental pesquisadas em Presidente Prudente (SP) no ano de 2001

NOME/ENDEREÇO	% de Atendidos de outras cidades	Quantidade de ASSISTENTES			Quantidade de atendidos	Principais tipos de atendimento fornecidos	Direcionamento específico do atendimento	Mantém(êve) contato com pessoas da população de rua? sim ou não?
		Funcionários	Voluntários	Estagiários				
01 – Associação de Moradores do Parque Alvorada – União Gera Solução	0,0	00	085	00	*	Alimentos	Famílias	NÃO
02 – Associação de Desenvolvimento de Crianças Limitadas "Lumen et Fides"	20,3	36	001	00	69	Saúde Alimentos Cursos	Pessoas com dificuldades físicas e mentais	NÃO
03 – Ação Familiar do Brasil	11,9	06	008	00	126	Cursos Saúde	Diversos	NÃO
04 – Associação Antialcoolica do Estado de São Paulo Núcleo Presidente Prudente	6,2	00	011	00	32	Saúde	Pessoas dependentes do uso de drogas	NÃO
05 – Associação de Atenção ao Idoso Vila da Fraternidade	0,0	10	016	44	28	Abrigo Alimentação	Idosos	NÃO
06 – Sociedade Civil Beneficiante Lar Santa Filomena	5,3	12	009	02	75	Abrigo Alimentos	Crianças/ Adolescentes	SIM
07 – Sociedade Civil Lar dos Meninos	92,5	57	010	10	268	Abrigo Alimentação	Crianças/ Adolescentes	SIM
08 – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Presidente Prudente	14,9	67	042	40	235	Saúde Alimentos Cursos	Pessoas com dificuldades físicas e mentais	NÃO
09 – Associação Educacional Beneficiante Casa da Oração	0,0	10	004	00	9	Abrigo Alimentos Cursos	Adolescentes/ Fórum	NÃO

10 – Associação Filantrópica de Proteção aos Cegos	16,4	05	010	01	55	Cursos Alimentos	Pessoas com dificuldades físicas	NÃO
11 – Associação Peregrinação do Rosário	8,6	04	009	00	93	Saúde Alimentos	Pessoas com dificuldades físicas	NÃO
12 – Associação Prudentina Caminheiros Busca da Paz	0,0	00	006	00	48	Alimentos Cursos	Famílias	NÃO
13 – Associação Prudentina Prevenção a AIDS – APPA	5,3	01	010	00	95	Alimentos	Famílias	NÃO
14 – Capela São Martinho – CSSRC	1,6	00	012	00	61	Cursos	Diversos	NÃO
15 – Casa Apoio Geraldo Ribeiro de Souza – Rede Feminina de combate ao Câncer	48,4	02	046	04	159	Saúde Abrigo Alimentos	Diversos	NÃO
16 – Casa da Amizade	1,1	01	006	00	88	Cursos	Adolescentes/ Diversos	NÃO
17 – Casa da Criança Centro Social São José	0,0	08	006	00	103	Cursos Alimentos	Famílias	NÃO
18 – Casa da Sopa Francisco de Assis	0,0	00	030	00	326	Alimentos Cursos	Famílias	NÃO
19 – Casa de Oração para Todos os Povos	11,1	00	*	00	36	Alimentos	Famílias	SIM
20 – Casa de Recuperação Fonte de Água Viva	62,5	00	004	00	08	Abrigo Alimentos	Pessoas dependentes do uso de drogas	NÃO
21 – Casa do Pequeno Trabalhador	1,8	09	00	03	494	Trabalho Cursos Alimentos	Adolescentes	NÃO
22 – Centro Comunitário Santa Luzia	0,0	01	050	00	22	Alimentos	Famílias	SIM

23 – Centro de Recuperação Projeto Vida	*	02	010	01	*	Saúde Abrigo Alimentos	Pessoas dependentes do uso de drogas	SIM
24 – Centro Social Fraternidade São Damião	0,0	00	010	00	83	Alimentos Cursos	Famílias	SIM
25 – Centro Social Nossa Senhora Aparecida	0,0	00	021	00	55	Alimentos	Famílias	NÃO
26 – Centro Social Santa Rita de Cássia	0,0	03	195	00	63	Alimentos Cursos	Famílias	SIM
27 – Centro Social São Sebastião	4,4	00	017	00	91	Alimentos	Idosos	SIM
28 – Comissão em Prol a Construção do Hospital do Câncer Presidente Prudente	71,4	00	180	00	14	Cestas Saúde	Diversos	NÃO
29 – Comunidade Kolping de Presidente Prudente (SP)	1,0	01	005	00	99	Cursos	Adolescentes	NÃO
30 – Comunidade Padre José de Anchieta	0,0	00	010	00	60	Alimentos	Famílias	NÃO
31 – Congregação das Irmãs dos Anciãos desamparados Lar São Rafael	8,8	27	015	40	90	Abrigo Refeição	Idosos	SIM
32 – Associação Prudentina para Prevenção dos Vícios e Recuperação de Vidas – Esquadrão da Vida	70,0	12	00	00	20	Saúde Abrigo Alimentos	Pessoas dependentes do uso de drogas	SIM
33 – Fundação Gabriel de Campos	1,1	02	003	00	86	Trabalho Cursos Alimentos	Adolescentes/ Fórum	NÃO
34 – Fundação Mirim de Desenvolvimento Social Educacional e Profissional do Adolescente Presidente Prudente	4,3	20	00	04	742	Trabalho Cursos Alimentos	Adolescentes	NÃO

35 – Grupo de Auxílio Virgílio Reis	0,0	00	025	00	70	Alimentos	Famílias/ Diversos	SIM
36 – Grupo União Núcleo Ambiental de Pessoas Portadores de Deficiência	0,0	03	034	00	34	Saúde Alimentos Cursos Abrigo	Pessoas com dificuldades físicas	NÃO
37 – Hospital Psiquiátrico Allan Kardec	71,1	45	060	70	59	Saúde Abrigo Alimentos	Pessoas com dificuldades mentais	SIM
38 – Igreja Fonte de Água Viva	0,0	00	002	00	10	Alimentos	Famílias	NÃO
39 – Legião da Boa Vontade	12,6	08	070	00	205	Alimentos Cursos	Famílias	SIM
40 – Lions Club de Presidente Prudente	0,0	02	00	00	*	Outros	Diversos	NÃO
41 – Núcleo TTERE de Trabalho – Realização	7,2	30	030	00	69	Cursos Alimentos	Pessoas com dificuldades físicas e mentais	NÃO
42 – Paróquia Santo Antônio	4,8	00	008	00	62	Cursos	Diversos	NÃO
43 – Pastoral Social Santa Edwiges	0,0	00	014	00	80	Alimentos	Famílias	NÃO
44 - Serviço Assistencial Social e Cultural Igreja Evangélica Assembléia de Deus	13,0	00	016	00	176	Alimentos	Famílias	NÃO
45 - Serviço de Obras Sociais	1,6	09	007	06	67	Abrigo Alimentos	Adolescentes/ Fórum	SIM
46 - Sociedade de São Vicente de Paulo	1,2	04	300	04	263	Alimentos Cursos	Famílias Idosos	SIM

FONTE: Entidades assistenciais de iniciativa não governamental

Pesquisa e organização dos dados: Luciano Antonio Furini, 2001.

Obs: Os trabalhos relacionados não encerram todas as atividades das entidades.

(*) Quantidade não informada.

ANEXO E - Presidente Prudente (SP): Localização das entidades